

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

CLAUDETE PAGANUCCI RUBIO

**UMA MODALIDADE DE ENSINO NA EDUCAÇÃO:
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

FRANCA/SP

2011

CLAUDETE PAGANUCCI RUBIO

**UMA MODALIDADE DE ENSINO NA EDUCAÇÃO:
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Educação e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Djanira Soares de Oliveira e Almeida

FRANCA/SP

2011

Rubio, Claudete Paganucci

Uma modalidade de ensino na educação : educação à distância /
Claudete Paganucci Rubio –Franca : [s.n.], 2011
153 f.

Tese (Doutorado em Serviço Social).Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Djanira Soares de Oliveira e Almeida

1. Educação – Políticas públicas e sociais – Brasil. 2. Serviço
Social – Educação a distância. I. Título

CDD – 361.613

CLAUDETE PAGANUCCI RUBIO

**UMA MODALIDADE DE ENSINO NA EDUCAÇÃO:
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Educação e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Profa. Dra. Djanira Soares de Oliveira e Almeida - FCHS/UNESP

1º Examinador: _____

Prof. Dr. Pe. Mário José Filho - FCHS/UNESP

2º Examinador: _____

Profa. Dra. Célia Maria David - FCHS/UNESP

3º Examinador: _____

Prof. Dr. Marcelo Donizete da Silva - CEUCLAR

4º Examinador: _____

Profa. Dra. Barbara Fadel -

Franca, 13 de junho de 2011.

Dedico

- a Deus, pela fé que me mantém viva;
- a minha família que soube entender a minha ausência nos muitos momentos desde que ingressei no doutorado, até a conclusão desta tese;
- aos meus queridos e amados esposo e filhos, pela ajuda e por suportarem meus momentos de ansiedade;
- a todos os coordenadores, professores e alunos que participaram da pesquisa;
- ao Centro Universitário Claretiano por acreditar no meu profissionalismo.

A autora

AGRADEÇO

a Deus-Pai, pela vida;

a minha mãe, que foi presença e me ofereceu ajuda, compartilhando comigo momentos de dor, solidão, silêncio e alegria;

ao meu pai querido, forte presença em minha vida e agora na casa do Pai;

ao Luiz, meu esposo e meu anjo de guarda que me fez sentir muito especial e querida, abrigando-me com todos os meus sonhos e projetos;

aos meus filhos Roberta e Rodolfo e genros Fabrício e Annie, a eles dedico minha vida;

à Prof^a. Dra. Djanira Soares de Oliveira e Almeida, minha orientadora, que abriu meu olhar para uma atuação compromissada com a qualidade social da educação, meu eterno agradecimento;

ao Prof. Dr. Pe. Mário José Filho, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, minha gratidão pelo acompanhamento e disponibilidade nos períodos de impedimento da Orientadora;

aos meus professores do Programa de Doutorado;

à Reitoria, Coordenação Geral da EAD, professores/tutores, alunos e funcionários da Instituição pesquisada, que tão prontamente se dispuseram a colaborar;

aos meus irmãos, Lizete e Irineu, pelo fundamental apoio em minha trajetória;

aos amados netinhos Júlia, Gabriel e Lívia, pelos momentos de alegria;

aos amigos Tia Nega e Mauro, que estiveram presentes nos bons e nos difíceis momentos da minha vida.

PALAVRAS NO CAMINHO

*Na canção do caminho
Amadas fora, escorregadias,
Palavras tão fugidias*

*Andando devagarinho
Agora, estão contigo,
Cuida delas, meu bom amigo,*

*Tantas certezas e desenganos
Vagas, sonhos, outros planos
Ao final, não mais
Elas não ficaram para trás*

*Na defesa da canção
Digo sim, às vezes não
A tese a sua história
Com gotas da memória*

Albérico Salgueiro

RUBIO, Claudete Paganucci. **Uma modalidade de ensino na educação:** educação a distância. 2011. 153 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo contribuir com o debate acerca da formação docente, ao buscar compreender as políticas de atendimento da educação a distância no Brasil. Esta proposta está assentada na captação de tendências que fazem a leitura crítica e sistemática da questão. Para este estudo escolheu-se, como caso emblemático, o Centro Universitário Claretiano, situado na cidade de Batatais, interior de São Paulo. O interesse da investigação justifica-se em razão da significativa relevância que as instituições de ensino vêm demonstrando em relação à modalidade de ensino a distância na educação brasileira e no esclarecimento às divergências existentes na relação com a ação social, inerente ao trabalho do Centro Universitário Claretiano. Da constatação inicial de que é bastante complexa a visão do ensino mediado por tecnologias e da importância desta na visão do homem como ser histórico, nasceu o tema desta pesquisa: refletir sobre a política de atendimento como ação social e elaborar esclarecimentos com maior nitidez e discernimento para os interessados no assunto acerca de Educação a Distância. Assim, a escolha do tema e a opção pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social, está centrada nos pilares da transformação social na área da Educação. Diante deste contexto, foi elaborado o problema norteador da pesquisa: a proposta da Educação a Distância no Brasil e a aplicação prática atende o profissional, no que diz respeito à emancipação social? Para responder ao questionamento, o trabalho foi estruturado numa perspectiva de explicitação e caracterização da metodologia da pesquisa embasada em Minayo (1999), Martinelli (1999) e Bardin (1997), com levantamento, análise e interpretação dos dados. Dos resultados obtidos, o que se pode perceber é que a expansão do mercado educacional, seja público ou privado, vai aos poucos, eliminando preconceitos relacionados ao ensino a distância, à medida que os estudantes se familiarizam com as novas tecnologias e linguagens, diminuindo também as distâncias sociais. Desta maneira, a Educação a Distância passa a ser oferecida à sociedade de forma democrática, numa situação de igualdade e oportunidades para todos.

Palavras-chave: educação a distância. emancipação social. políticas educacionais. mercado de trabalho. democracia.

RUBIO, Claudete Paganucci. **Uma modalidade de ensino na educação: educação a distância.** 2011. 153 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2011.

ABSTRACT

The aim of this research is to contribute to the debate concerning the teacher training, as it tries to comprehend the politics on distance learning education in Brazil. This proposal is based on capturing trends that make a systematic and critical reading of the matter. For this study, we chose, as an emblematic case, the Claretian University Center (Centro Universitário Claretiano), located in the city of Batatais, São Paulo. The interest on the investigation is justified by the importance that the educational institutions have demonstrated in relation to the distance learning education in Brazil and in clarifying the disagreement in relation to the inherent social work of the Claretian University Center. This theme was originated from the initial observation that the vision of technology mediated education is quite complex, as well as the importance of the vision of man as an historical being: to reflect the policy of serving as a social action and elaborate clear explanations to those interested in the subject of Distance Learning. The choice of the theme option for the Graduate Program of Social Service course is centered on the pillars of social transformation in the area of Education. Given this context the problem the guiding problem of the research was developed: Do the proposal of Distance Learning Education in Brazil and its application meet the professional practice, regarding the social emancipation? To answer this question, the work was structured in order to explain and characterize the research methodology based on Minayo Martinelli and Bardin, with data collection, analysis and interpretation. From the results obtained, it was observed that the expansion of the educational market, whether public or private, gradually eliminates bias related to distance learning, as students become familiar with new technologies and languages, also decreasing social distances. Thus, Distance Education is now offered in a democratic society, causing equality and opportunities for all.

Keywords: distance education. social emancipation. politics of education. labor market. democracy

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|------------|
| Quadro 1 - Histórico da EAD | 50 |
| Quadro 2 – Histórico da EAD no Brasil | 51 |
| Quadro 3 - Elementos centrais dos conceitos de Educação a Distância | 54 |
| Quadro 4 – Atendimento das Mega-universidades | 68 |
| Quadro 5 – Projetos de disseminação da Educação a Distância no Brasil..... | 78 |
| Quadro 6 -Programa de Expansão - UNIVESP..... | 81 |
| Quadro 7 – Comitê de Ética | 89 |
| Quadro 8 - Modelo de Educação a Distância Claretiano..... | 110 |
| Quadro 9 - Características dos sujeitos da pesquisa | 115 |
| Quadro 10 - Relatos dos sujeitos da pesquisa – Coordenadores | 116 |
| Quadro 11 – Relato dos sujeitos da pesquisa – Docentes..... | 118 |
| Quadro 12 - Relato dos sujeitos da pesquisa – Funcionários | 121 |
| Quadro 13 – Relato dos sujeitos da pesquisa - Discentes..... | 122 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----------|
| Figura 1 - Centro Universitário Claretiano - fachada - Batatais/SP | 93 |
| Figura 2 - Centro Universitário Claretiano – Domus Claret - Batatais/SP | 93 |
| Figura 3 - Centro Universitário Claretiano – Rio Claro/SP | 94 |
| Figura 4 - Centro Universitário Claretiano – Rio São Paulo/SP..... | 95 |
| Figura 5 - Centro Universitário Claretiano – Curitiba/PR | 95 |
| Figura 6 - Centro Universitário Claretiano – Belo Horizonte/MG..... | 96 |
| Figura 7 - Centro Universitário Claretiano – Taquatinga/DF | 97 |
| Figura 8 - Centro Universitário Claretiano – Batatais/SP..... | 97 |
| Figura 9 - Centro Universitário Claretiano – CEUCLAR - estrutura física – Batatais S/P | 98 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|--|
| CEUCLAR | Centro Universitário Claretiano |
| EAD | Ensino a Distância; Educação a Distância |
| IES | Instituição de Ensino Superior |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases (da Educação) |
| MDM | Material Didático Mediacional |
| MEB | Movimento Educacional do Brasil |
| MEC | Ministério de Educação e Cultura |
| MERCOSUL | Mercado Comum do Sul |
| MOBRAL | Movimento Brasileiro de Alfabetização |
| PDI | Plano de Desenvolvimento Institucional |
| SAV | Sala de Aula Virtual |
| SENAC | Serviço Nacional do Comércio |
| SESC | Serviço Social do Comércio |
| SGA | Sistema Gerador de Aprendizagem |
| UNESP | Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” |
| UNIVESP | Universidade Virtual do Estado de São Paulo |

SUMARIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| PARTE 1..... | 29 |
| 1 EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS | 30 |
| 1.1 Educação no Brasil: contexto histórico | 32 |
| 1.2 Educação a Distância | 46 |
| <i>1.2.1 Trajetória Histórica da Modalidade da Educação a Distância.....</i> | <i>48</i> |
| <i>1.2.2 Educação a Distância (EAD), Aprendizagem Aberta e a Distância (AAD), Ensino A Distância (EAD): Conceitos</i> | <i>52</i> |
| <i>1.2.3 Legislação Brasileira</i> | <i>63</i> |
| <i>1.2.4 Inclusão Social - Função Social da EAD.....</i> | <i>65</i> |
| 1.2 Tecnologias Precursoras da EAD..... | 70 |
| <i>1.2.1 O Caminho da EAD no Brasil.....</i> | <i>75</i> |
| PARTE 2..... | 82 |
| 1 A PESQUISA | 83 |
| 1.1 Metodologia..... | 83 |
| <i>1.1.1 Caracterização da Pesquisa - Estudo de Caso</i> | <i>84</i> |
| <i>1.1.2 Tipo de Pesquisa e Coleta de Dados.....</i> | <i>85</i> |
| <i>1.1.3 Delimitação da Unidade-caso.....</i> | <i>86</i> |
| <i>1.1.4 Coleta de Dados</i> | <i>86</i> |
| <i>1.1.5 Âmbito Nacional.....</i> | <i>86</i> |
| <i>1.1.6 Âmbito Institucional</i> | <i>86</i> |
| <i>1.1.7 Interpretação de Dados.....</i> | <i>87</i> |
| <i>1.1.8 Instrumentos de Pesquisa.....</i> | <i>88</i> |
| <i>1.1.9 Procedimentos de Coleta de Dados</i> | <i>88</i> |
| <i>1.1.10 Análise e descrição dos dados.....</i> | <i>89</i> |

| | |
|---|------------|
| 2 A IMPLANTAÇÃO EFETIVA DA EAD CEULAR..... | 91 |
| 2.1 A Ação Educacional Claretiana distribui suas atividades hoje em seis cidades | |
| do País..... | 91 |
| 2.1.1 <i>Batatais/SP</i> | 91 |
| 2.1.2 <i>Rio Claro/SP</i> | 93 |
| 2.1.3 <i>São Paulo/SP</i> | 94 |
| 2.1.4 <i>Curitiba/PR</i> | 95 |
| 2.1.5 <i>Belo Horizonte/MG</i> | 96 |
| 2.1.6 <i>Taquatinga/DF</i> | 96 |
| 2.2 A Estrutura Física do Centro Universitário Claretiano - CEUCLAR..... | 97 |
| 2.2.1 <i>A operacionalização da EAD no CEUCLAR</i> | 99 |
| 2.2.2 <i>Os Primórdios da Implantação da EAD no CEUCLAR</i> | 101 |
| 2.3 Perfil do CEUCLAR..... | 103 |
| 2.3.1 <i>Missão do Centro Universitário Claretiano Inspirada nos Valores Éticos e</i> | |
| <i>Cristãos</i> | 104 |
| 2.3.2 <i>E no Carisma Claretiano</i> | 105 |
| 2.3.3 <i>Consiste em Capacitar a Pessoa Humana</i> | 105 |
| 2.3.4 <i>Para o Exercício Profissional</i> | 106 |
| 2.3.5 <i>E Para o Compromisso com a Vida</i> | 106 |
| 2.3.6 <i>Mediante Uma Formação Integral</i> | 107 |
| 2.3.7 <i>Missão Que se Caracteriza Pela Investigação da Verdade</i> | 107 |
| 2.3.8 <i>O Ensino e a Difusão da Cultura</i> | 108 |
| 2.3.9 <i>Que dão Pleno Significado a Vida Humana</i> | 108 |
| 2.4 Processo de Implantação..... | 109 |
| 2.4.1 <i>O Modelo de EAD Claretiano</i> | 109 |
| 2.4.2 <i>O Sistema Gerenciador de Aprendizagem e a Sala de Aula Virtual</i> | 111 |
| 2.4.3 <i>A Tutoria</i> | 113 |
| 2.5 Análise e Descrição: Resultados da Coleta de Dados | 114 |
| 2.5.1 <i>Relato dos Dados dos Coordenadores</i> | 116 |
| 2.5.2 <i>Relato dos Dados dos Docentes</i> | 118 |
| 2.5.3 <i>Relato dos Dados dos Funcionários</i> | 121 |
| 2.5.4 <i>Relato dos Dados dos Discentes</i> | 122 |
| 2.6 Interpretação dos Dados | 123 |
| 2.6.1 <i>Os olhares ao EAD no CEUCLAR</i> | 123 |

2.6.2 *Relato dos Dados*..... 125

3 CONCLUSÃO..... 132

REFERENCIAS 143

APENDICES

APENDICE A – Identificação 152

APENDICE B – Questionário 153

INTRODUÇÃO

O terceiro milênio deflagra a fase de profundas e significativas mudanças de toda a história. Rupturas e quebras de paradigmas tem sido a palavra de ordem, que resultam em movimentos muito intensos, gerando uma multiplicação desordenada e caótica, muitas vezes, de efeitos e resultados, o que compromete o *modus vivendi*, a organização social e várias áreas do conhecimento, entre elas a Educação. Este é o panorama de ingresso na era pós-industrial, quando a acelerada troca de paradigma na produção de bens e serviços tem exigido novas bases na formação humana e criação de estratégias que levem à emancipação social. Devido a isso as profundas transformações tecnológicas e organizacionais do final do século XX e início do XXI influenciaram e continuam influenciando na aquisição de métodos, estratégias, objetivos e modalidades na Educação, entre elas, a Educação a Distância.

As tecnologias como a informática, a robótica, a engenharia genética, as telecomunicações por satélite e outras, exigem dos processos de produção de bens e serviços a necessidade de se aprimorar o aparato produtivo e as pessoas para operá-lo. Há a necessidade de maior número de profissionais preparados operacionalmente, em termos de habilidades e competências, produzindo assim um perfil específico para lidar e conviver com grandes mudanças e exigências. O que acontece é que se requerem, atualmente, cada vez menos profissionais e as exigências em termos de qualificação, os patamares elevam-se sempre mais, a cada inovação. O meio organizacional tem passado pela introdução de novas lógicas de organização e gestão, além das mudanças tecnológicas no aparato produtivo, processos de reengenharia e de Gestão da Qualidade Total, que, objetivam potencializar e acelerar ainda mais as transformações em curso.

Vê-se, por meio de mídias e acontecimentos que a humanidade vive imersa numa seara enorme de macro movimentos e, estes, por sua vez, alteram toda a sociedade em termos de comportamento influenciando diretamente o ambiente empresarial e educacional. Estes movimentos, perceptíveis aos olhos das pessoas mais observadoras, estão diariamente envolvendo as pessoas e criando um mundo novo constantemente. O desafio é conviver e lidar com estas situações no sentido de crescimento e emancipação social. Daí a importância do conhecimento, do esclarecimento, do estudo continuado. As situações que mais se percebem presentes são: os homens têm se evoluído em consciência, o modelo macroeconômico mundial tem se esgotado, dando lugar à criatividade e invenção. O capital tem livre acesso entre países de uma forma facilitada e veloz, por meio da grande facilidade

das telecomunicações, o que provoca maior número e melhorias de rentabilidade. Assim as pequenas organizações sentem-se obrigadas a deixar o pequeno contexto imediato para se abrir ao mercado externo, entrar na concorrência, provocar transcendência financeira e, para isso, aprender rapidamente as normas do empreendedorismo, no sentido de produtividade e qualidade, para assegurar o mercado interno e se superar no mercado externo. A queda do muro de Berlim veio trazer novo sentido e conhecimento política. A economia se modifica, aparecendo os blocos regionais: União Européia, Nafta, MERCOSUL, bloco da Franja Asiática do Pacífico, englobando o Japão e seus parceiros mais próximos. Isto significa que os grupos criam mercado de trabalho em unidade. Surgem grupos de trabalho, de filosofia e culturas diferentes, criando-se nova ética e nova política, entre elas as organizações não-governamentais, deixando de fora o Estado na solução de muitos problemas sociais, com organização e objetivos próprios, diferentes dos do Estado, do mercado de trabalho. Desta forma influencia ética e politicamente sobre os rumos da sociedade. Essa situação provoca na indústria a preocupação em se ajustar estruturalmente, buscando atualizar-se constantemente sua área técnica e organizacional, para que possa enfrentar a concorrência.

Vive-se o *boom* da competitividade. De uma competitividade autêntica, séria, com fundamentação nos pressupostos definitivos do crescimento empresarial. A realidade é que a produção, a aprendizagem e a difusão do conhecimento são suportes para um desenvolvimento sólido, suportes estes que vieram para ficar, pois a busca da qualidade, pelo comportamento ético e do pensamento holístico são exigências que só tendem a se ampliarem. De acordo com alguns autores, a visão holística tem demonstrado que todos os seres vivem em interdependência, em complementaridade com todos os outros seres do universo.

Como se pode observar, as organizações, empresa e/u escola, nada mais são que pequenas organizações que, juntas, formam um conjunto, um elemento maior, mas administradas com o máximo de interdependência. E a comunicação é o elo de união em que informa uma filosofia organizacional que deve ser compartilhada com cada elemento. Já se sente a necessidade de uma coordenação estratégica que deverá definir parâmetros para a organização numa visão holística, seja ela empresa ou instituição de ensino. O enfoque sistêmico é imprescindível, e, desta forma, as decisões são pensadas e definidas com a participação de todas as pessoas, eliminando assim uma decisão de cima e criando uma liderança participativa, autonomia e equilíbrio. Trata-se de enfoque sistêmico.

A revolução info-tecnológica, o foco para a necessidade de se desenvolver o capital intelectual, a revolução científica, principalmente a genética, fazendo com que as pessoas tenham mais anos de vida, engrossando assim número de pessoas mais idosas na população e

diminuindo o número de pessoas que nascem levam a mudanças drásticas na forma de conduzir a vida. Tudo isso aliado à informação on-line, que foi assustadoramente desenvolvida e a busca da espiritualidade fizeram com que o ser humano viu-se com desafios enormes, entre eles, a educação continuada, porque novas capacidades, habilidades e comportamentos se tornaram imprescindíveis. Daí um efetivo compromisso com a experimentação constante. Alguns autores falam de organizações aprendizes em que se inserem as ideias das habilidades a serem desenvolvidas, entre elas o raciocínio sistêmico, o domínio pessoal, a conscientização dos modelos mentais, definição de objetivos comuns e aprender sempre em grupo. Tais eventos têm acontecido para que a humanidade esteja realmente em grandes desafios de reação. O fim do emprego com carteira assinada, a responsabilidade por si como um empreendimento, a trans-nacionalidade das instituições quebram as barreiras e o mundo inteiro é apenas uma aldeia. No Brasil presenciam-se mudanças como a baixa da inflação e o fortalecimento da democracia facilitou que o país pudesse negociar com países do mundo inteiro. A produtividade é a palavra de ordem, em que a qualidade, produzindo com menor custo, maior lucratividade tem sempre mais um ritmo exuberante. As tecnologias só têm ajudado a competição acirrada tem provocado nos trabalhadores a melhoria em seus desempenhos. Assim a capacitação tornou-se atividade constante na vida das pessoas, que agora não só se preocupam com o aprendizado da técnica, mas também com o desenvolvimento de liderança e comportamentos adequados. Por todas essas mudanças no formato de trabalho, na exigência das tecnologias, as instituições empresariais e educacionais têm que mudar radicalmente o desempenho.

O novo paradigma da racionalização é a eficiência baseada na flexibilidade para permitir a despadronização. A informatização que diminui consideravelmente a distância entre a concepção, a tomada de decisão, a fabricação e a comercialização dos produtos, leva as instituições a reorganizarem completamente o sistema de gestão e de relações de produção.

Tem se desenvolvido um novo conceito de qualificação - devido à nova dinâmica da reestruturação produtiva do país e seus impactos sobre o trabalho, as ocupações e a qualificação dos trabalhadores - que deixa de ser entendida como simples estoque de conhecimentos e habilidades, para configurar-se como competência sujeita ao aprendizado contínuo.

A natureza do trabalho perde sua feição fragmentada, isolada em postos restritos, para tornar-se coletiva, multifuncional ou polivalente. A Educação Profissional, portanto, passa a ter novas dimensões superando a visão anteriormente predominante de treinamento em um

sentido restrito. Neste contexto, a Educação Básica e Profissional são complementares e mutuamente reformadoras, mas com domínios e propósitos bem definidos.

Todas essas mudanças ocorreram em tempo recorde de não mais que trinta anos. A cada ano a massa de conhecimento e tecnologia se duplica. Isso significa que a falta de atualização, por exemplo, no campo da Educação, pode levar uma pessoa a ficar 50% desatualizada em apenas um ano e 75% em dois anos. Em 10 anos a falta de atualização fará com que um profissional perca 93% do conhecimento, isto é obsolescência completa. E a informatização, associada à robótica e a outras inovações tecnológicas de fundo estão definitivamente encerrando a era industrial e inaugurando um novo tempo: a era pós-industrial.

Um novo mundo do trabalho está nascendo: a fábrica não é mais aquela. Nem o armazém, a farmácia, a loja da esquina, a quitanda, botequim, o sítio ou fazenda. No lugar destes, o hipermercado, a drogaria, o shopping, o *fast-food*, a empresa agrícola. No lugar do torno, o controle numérico; da caixa registradora, o computador – até na padaria da cidadezinha; do facão e da enxada, o trator e a colheitadeira. Essa é, em nosso cotidiano, uma face bem visível da chamada reestruturação produtiva. Sem dúvida, empresas e negócios estão sempre mudando. Mas, desde os anos 80, essas mudanças ampliam e se intensificam de forma nunca antes testemunhada.

O MERCOSUL (a integração econômica) logo aí em nosso quintal, a maior abertura do mercado, o aumento da concorrência, um pouco de conscientização do consumidor – que até ganhou um Código de Proteção em 1991. Tudo isso começou a pressionar as empresas para reduzir custos, ganhar competitividade, melhorar qualidade de produtos e serviços. As empresas começaram, na maioria dos casos, pela modernização de máquinas e equipamentos. Computadores e máquinas eletrônicas invadiram o mercado. Começaram também a mexer na organização, na administração, na filosofia dos negócios, um caminho sem volta, para sobreviver em mercados cada vez mais exigentes e competitivos.

Recentemente, a pressão por eficiência e competitividade ganhou um respeitável reforço: a estabilidade econômica. Foram-se os tempos em que a inflação galopante, a ciranda financeira facilitava a vida de empresas e organizações ineficientes. Preços descontrolados embutiam lucros desatinados. Dinheiro produzia dinheiro. A partir de 1994, os preços, os consumidores e, principalmente, as empresas tiveram que “cair na/no Real”, cortando gastos e buscando eficiência. Mudaram as empresas, mudou o emprego. Não faz muito tempo, costumava-se associar emprego com indústria (ou um serviço público estável), posto de trabalho, estabilidade, proteção. Com a reestruturação, o emprego migrou da indústria para os

serviços, formal ou informal. Na produção flexível, perdeu a vinculação ao posto. No mercado em transformação, tornou-se instável e autônomo.

A mudança de cultura tem sido muito rápida e exerce profundas influências na consciência humana por meio da visão sistêmica da vida. Para preparar o ser humano na convivência com todos esses movimentos, a Educação passa a ter um papel fundamental e relevante no processo. É repensada a modalidade: Educação à Distância como uma possibilidade de atender a essa demanda.

Esboça-se neste caso um novo perfil e novo conceito de qualificação que vai além das habilidades manuais e disposição para cumprir ordens, incluindo também ampla formação geral com base tecnológica. Não basta mais que o trabalhador saiba fazer, é preciso também conhecer e, acima de tudo, saber aprender a aprender.

A nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional propõe uma educação calcada na cidadania, no conhecimento e na preparação profissional com compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, profissional, coletiva e ambiental.

Diante desta nova perspectiva o currículo deve contemplar conteúdos e formas diferenciadas de aprendizagem que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana: **a vida em sociedade, atividade produtiva e a experiência subjetiva**. Para isso devem ser incorporadas diretrizes gerais e orientadoras, entre elas, as quatro premissas apontadas por Delors (1999) como eixos estruturais da Educação na sociedade contemporânea: **aprender a conhecer aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser**.

Aprender a conhecer – o aumento dos saberes fazem com que se compreenda o mundo, favorecem a curiosidade intelectual, estimulam o senso crítico e permitem a aquisição da autonomia na capacidade de discernir. Aprender a conhecer leva a pessoa a aprender a aprender, maneira de buscar mais conhecimento a partir da realidade subjacente, tema trabalhado por Peter Senge. Constitui o passaporte para a Educação permanente, na medida em que fornece as bases para continuar aprendendo por toda a vida, o que se exige na sociedade atual, uma vez que o profissional versátil, polivalente, aberto à aprendizagem e flexível para encarar novas modalidades de desempenho é valorizado e procurado no mercado de trabalho.

Aprender a fazer – o desenvolvimento de habilidades e de novas aptidões são processos essenciais quando criam as condições necessárias para lidar com novas situações que se colocam diante das pessoas. Privilegiar a aplicação da teoria na prática e enriquecer a

vivência da ciência na tecnologia é fundamental. Tem como resultado a inclusão e a vivência social, cidadã, o que passa a ter uma significação especial no desenvolvimento da sociedade contemporânea.

Aprender a viver – aprender a viver junto, desenvolver o conhecimento de si e do outro, percebendo as interdependências, o que poderá promover a realização de projetos comuns ou a gestão inteligente dos conflitos inevitáveis. A experiência de viver em grupo e a comunicação sustentável vão elaborando a trajetória do ser humano no planeta.

Aprender a ser – supõe a preparação do indivíduo para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir por si mesmo, frente às diferenças circunstanciais da vida. Supõe ainda exercitar a liberdade de pensamento, discernimento, sentimento e imaginação para desenvolver os seus talentos e permanecer tanto quanto possível dono de seu próprio destino.¹

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação propõe que cada pessoa possa aproveitar as oportunidades educativas com o objetivo de satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem constante.

Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver e desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. (ONU, 1999, online)

No país constatam-se elevados índices de desemprego e é introduzido um novo tipo de desemprego, o chamado desemprego estrutural, ou seja, o desemprego que independe dos movimentos da conjuntura econômica (crescimento e recessão), mas decorrente diretamente da modernização do aparato produtivo (novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho).

Há de se perceber a natureza excludente, em termos sociais, dessas dinâmicas econômicas e tecnológicas. Pois, além de liberar mão de obra já empregada, via desemprego estrutural, elas elevam-se a novos patamares os requisitos de inclusão no mundo do trabalho e no próprio contexto do cotidiano social. Resultado: se medidas muito profundas não forem tomadas no plano social, a inclusão das massas no mercado de trabalho será cada vez mais improvável e difícil.

155—

¹ Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors. O Relatório está publicado em forma de livro no Brasil, com o título Educação: um tesouro a descobrir. Neste livro, a discussão dos "quatro pilares" ocupa todo capítulo.

Há outro agravante: o sistema educacional, muitas vezes segmentador, distanciado das necessidades de produção e inadequado às demandas do mercado de trabalho. No que se refere à pesquisa e ao desenvolvimento científico-tecnológico, os níveis atuais são claramente insuficientes e heterogêneos. É muito acentuada a lacuna existente entre a pesquisa acadêmica e a atividade produtiva. Por sua vez, a capacitação e a Educação de adultos se realizam sem uma sintonia adequada com as perspectivas ocupacionais. Muitas instituições de capacitação que acompanharam os processos de industrialização das primeiras décadas do pós-guerra perderam a pertinência diante das transformações da produção em curso, tornaram-se rígidas e, em alguns casos, obsoletas e burocratizadas. Percebe-se que a capacitação da empresa está, em muitos casos, ainda em nível embrionário.

O conjunto do sistema educacional é ainda administrado, caracterizado, em geral, por um tipo de gestão extremamente centralizadora, burocratizada, que funciona rotineiramente, sem ser avaliada e sem ter responsabilidade pelos resultados, sem capacidade de responder aos requisitos da sociedade, tanto no plano da produtividade como no da equidade (disposição de reconhecer igualmente o direito de cada um). A ser adotada para o enfrentamento dessa questão só poderá ser por meio da Educação permanente, ficando clara, assim, a idéia de que não basta ser apenas qualificado, mas também é preciso ser competente, pois o mercado exige a busca de resultados satisfatórios imediatos. Portanto, necessário se faz refletir sobre qualificação e competência.

As competências são definidas como “saberes em ação”, ou seja, um conjunto de conhecimentos e de maneiras de ser que se combinam harmoniosamente para responder às necessidades de uma dada situação em um dado momento. Competência pode ser entendida como esquemas mentais, onde as ações e operações mentais de caráter cognitivo, sócio-afetivo ou psicomotor que, mobilizadas e associadas a saberes teóricos ou experiências, geram habilidades ou um saber fazer.

A partir de meados dos anos 1990, foi se firmando e se impondo a busca de competências e habilidades entre os estudiosos do mundo do trabalho e da Educação, como reflexo de análise de uma realidade. Realidade esta que insiste em se transformar, exigindo um ajuste do foco do estudo sobre o indivíduo, denotando maior complexidade do trabalho ao longo do tempo.

A análise detalhada e o conhecimento em profundidade e o das funções do processo de produção permitem especificar quais competências são necessárias se construírem para se realizar uma atividade; e virão a ser contextualizadas em cada área profissional e na prática pedagógica, na aquisição da competência. As competências significam uma mistura de saber e

de comportamento que confere um conhecimento preponderante: “saber-ser” e um investimento psicológico, diferentes diplomas que apenas validam saberes ou, muitas vezes nem isso. Os diplomas são adquiridos de modo definitivo, dão a noção de qualificação uma idéia estabilizadora da profissão, ao passo que a competência, por definição inqualificável é da ordem do conjuntural e não pode ser considerada um atributo definitivo, mas necessário.

Não faz muito tempo, era costume associar emprego a indústria, posto de trabalho, estabilidade ou proteção. O mercado absorvia muito bem o operário padrão, disciplinado, leal, pronto a vestir a camisa da empresa. Esse modelo de trabalhador, que marcou o processo de industrialização, desde 1930, contribuiu para o calamitoso perfil de escolaridade da população economicamente ativa do Brasil: 3,5 anos de estudos, em média, uma das mais baixas do mundo.

O emprego perdeu sua vinculação ao posto na produção inflexível. No mercado em transformação, ele tornou-se instável e autônomo. A partir de 1990, novo conceito surgiu: a empregabilidade - conjunto de conhecimentos, habilidades, comportamentos e relações que tornam o profissional necessário não apenas para uma, mas para toda e qualquer organização. Mais importante que apenas obter um emprego é tornar-se empregável, manter-se competitivo em um mercado em mutação, preparando-se, inclusive, para várias carreiras e diferentes trabalhos, às vezes, até simultâneos.

Os elementos que compõem empregabilidade podem ser sintetizados em três componentes: **competência profissional, disposição para aprender e capacidade de empreender**. A competência profissional engloba aprendizado formal e de experiência. Ela é permanentemente construída, aprimorada e renovada. Ela é um fluxo, daí a importância da **disposição para aprender**. **Empreender**, não apenas no sentido de montar um negócio próprio, o que, sem dúvida, torna-se fundamental no contexto da reestruturação e mutação do emprego. Mas, acima de tudo, em localizar-se e empreender-se a si próprio, na economia e na sociedade em permanente transformação. O cidadão produtivo é aquele capaz de apreender e gerir uma realidade que tem como regra a transitoriedade permanente.

Em lugar do conhecimento fragmentado, é importante buscar o conceito integrado, dinâmico, de habilidades e competências, visando a formação não do cidadão ou do trabalhador, mas do cidadão produtivo. Buscar um processo com foco, com começo, meio e fim, perspectiva essa que aponte para três grandes linhas programáticas na Educação Profissional, voltadas para o desenvolvimento de **habilidades básicas, específicas e de gestão**. Desta forma, possa oferecer ao cidadão o conceito de empregabilidade polivalente e em longo prazo, suprir o trabalhador de conhecimentos e práticas, que necessite para exercer

diferentes atividades profissionais, sabendo-se que um trabalhador deve mudar, em média pelo menos três vezes de profissão, ao longo de sua vida ativa. Com as habilidades de gestão o profissional irá adquirir a capacidade de gerir um negócio próprio ou de terceiros, mas antes de tudo, de gerir a própria vida, nas relações com o patrão, os companheiros, familiares, no uso do tempo e do espaço. É a própria inserção na modernidade, com os instrumentos e as características da cultura urbana que chega aos locais mais distantes. É gerir a tecnologia no cotidiano: quem hoje está livre de utilizar um cartão magnético, um caixa eletrônico, um eletrodoméstico programável, um celular?

As empresas e as escolas profissionalizantes, em geral, não vêm investindo na conscientização e na educação profissional dentro da intensidade necessária. Daí a dificuldade em encontrar profissionais competentes, o que favorece a situação de desemprego, pois o mercado exige cada vez mais o profissional preparado para os desafios da competitividade, da exigência de qualidade e da efetividade. As escolas profissionalizantes trabalham, muitas vezes, desmembradas de uma visão articulada e eficiente e outras vezes, ainda usando modelos ultrapassados de gestão escolar profissionalizante. Daí a necessidade de despender maior tempo e qualidade para o desenvolvimento profissional dos professores, administradores e de todas as pessoas envolvidas no processo.

Ao lado dos avanços e expansão da conscientização e dos esforços em oferecer cursos e treinamentos, tornando o profissional um ser empregável, percebe-se que permanecem padrões de qualidade aquém dos desejáveis para o mercado de trabalho e com desempenhos educacionais profissionalizantes deficientes. Esses desempenhos acarretam graves distorções no fluxo escolar ao longo da trajetória profissional, dificultando assim, a aquisição de conhecimentos e habilidades que permitam a inserção no mundo do trabalho cada vez mais exigente.

É clara, então, a necessidade de mudanças urgentes nas atuais tendências educacionais, o que não significa que já haja grandes experiências muito consistentes nesta área. Não se trata nem de fazer a mesma coisa que se tem feito, nem de fazer mais da mesma coisa, ainda que com mais recursos. É necessária uma transformação profunda das orientações, uma nova abordagem que conjugue crescimento com produtividade e mudança institucional, ainda que já estejam presentes ações bem definidas, estas são exceções no cenário nacional educacional.

Para realizar tal transformação, se faz necessário levar em conta alguns enfoques conceituais, como introduzir um enfoque sistêmico que integre educação, capacitação e pesquisa entre si e todas elas com o sistema de produção; Passar de sistemas e funções educacionais fechados, que não são avaliados, para uma visão aberta, que os defina e avalie

em virtude dos benefícios que trazem à economia, à sociedade e à cultura; Prevaler às demandas na conjugação da oferta educacional, permitindo uma resposta aos desafios reais; Dar ênfase à qualidade, à eficácia e aos resultados; passar da desvalorização econômica e social dos professores para o prestígio da profissão docente, de modo que o mérito conte fundamentalmente; Passar de uma capacitação à margem dos requisitos da produção para uma nova relação entre educação, capacitação e empresa, sem que esta última assuma o papel de liderança na formação de recursos humanos; Desconsiderar a ciência e a tecnologia como áreas alheias ao desenvolvimento, havendo um esforço conjunto de universidades, empresas e governos para incorporar o conhecimento à competitividade; Passar para um novo paradigma onde, na expansão da Educação e do conhecimento, os conceitos de competitividade, desempenho e descentralização sejam critérios orientadores primordiais.

Em função das mudanças registradas na sociedade atual, houve grandes discussões sobre a instituição escolar, os sistemas de ensino e a função que a Educação exerce na sociedade, por meio do papel dos agentes que os compõem. O que tem provocando profundas mudanças na forma de aprender e de ensinar, sabendo-se que há uma íntima relação entre a ordem social e as práticas educativas. Essas mudanças levam à exigência de inovação e ousadia para criar oportunidades concretas e eficientes no que tange à inclusão de pessoas em um sistema de ensino prático e de qualidade.

A expansão de uma nova modalidade de ensino, a Educação a Distância, marca uma profunda mudança nos modos de encarar a Educação no Brasil. Difundido há poucos anos, nos moldes como se apresenta hoje, o ensino a distância tem sido alvo das mais diferentes interpretações por autoridades, pesquisadores e profissionais da Educação. Esta visão existe por desconhecimento, descrença ou preconceito de algumas pessoas, por falta de aprofundar na pesquisa e elaborar propostas mais dinâmicas e criativas das novas formas de acesso à Educação. Situações como encontros, palestras e congressos, pesquisas, experiências têm procurado colocar luz nos debates sobre o ensino a distância, suas diversas metodologias, seu público específico, seus sucessos na Educação superior, técnica, corporativa, supletiva e outros. O que se vê é a complexidade de idéias, a disparidade de compreensão e o antagonismo na aceitação da Educação à Distância como uma modalidade consistente, levando-se em conta o interesse de cada Instituição.

Da constatação inicial de que é bastante complexa a visão do ensino mediado por tecnologias e da importância desta na visão do homem como ser histórico, nasceu o tema desta pesquisa: refletir a política de atendimento como ação social e elaborar esclarecimentos com maior nitidez e discernimento para os interessados no assunto, utilizando da experiência

do Centro Universitário Claretiano, instituição particular de Ensino Superior. Assim, a escolha do tema no Programa de Pós-graduação do Curso Serviço Social está centrada nos pilares da transformação social na área da Educação.

O interesse da investigação justifica-se em razão da significativa relevância que as instituições de ensino vêm demonstrando em relação à modalidade de ensino a distância na educação brasileira e, na medida do possível, no esclarecimento às divergências existentes e na relação com a ação social inerente ao trabalho no Centro Universitário Claretiano de Batatais/SP.

Refletir sobre a EAD e sua trajetória, levando-se em conta seus limites e possibilidades, irá ampliar a oportunidade de contribuir para uma nova visão educacional.

Os retornos sociais em Educação a Distância do CEUCLAR têm sido sobejamente demonstrados, por meio do grande número de cidadãos que procuram os cursos oferecidos pelos pólos e que ocupam posições de destaque nas empresas da cidade e fora dela. (Plano de Desenvolvimento Institucional).

Partindo do pressuposto de que a Educação só pode ser compreendida, e, portanto, proposta, em determinado contexto histórico-social, como nos coloca Freire (2005), “que toda ação cultural é sempre uma forma sistematizada e deliberada de ação que incide sobre a estrutura social”. Evidencia-se a necessidade de compreensão de que a Educação a Distância promove a mudança significativa na visão e na ação das pessoas. Os modelos educacionais mostram-se, cada vez mais, objeto de reflexão e questionamento e as propostas de ensino e aprendizagem não se referem apenas às novas gerações, mas também aos que ainda permanecem excluídos dos sistemas educacionais ou foram educados pelos antigos padrões.

As informações veiculadas pelos meios de comunicação de massa, quando bem utilizadas, ampliam os horizontes e ajuda a superar estereótipos como o de um país com eterno isolamento geográfico, ou ainda a eficiência de um modelo educacional que tenha como característica realizar-se no lugar cotidiano do educando e não apenas em um centro de referência determinado. À medida que supera os estereótipos, proporciona ao homem entrar em contato com o mundo que o cerca e com outras culturas, seu semelhante, caminho indispensável para se chegar à valorização do outro, do diferente.

Importante perceber a Educação numa visão sistêmica em que priorize a formação humana. No prisma ôntico de formação de valores, percebe-se que a sobrevivência da humanidade faz parte das diferentes crises porque passam os humanos. E no Brasil, dentro desta sistemática da visão sistêmica, buscam-se na Educação respostas, direcionamentos embaixadores para a construção de novos modelos de vida.

A partir do 1970 que foi instituído o Programa de Educação em Valores Humanos e é aplicado em mais de 150 países. Esta proposta se originou na pesquisa de Sri Sathya Sai Baba, que prevê uma nova ordem social. É educador internacionalmente reconhecido e sua metodologia vem sendo adotada com sucesso. Sem caráter religioso, doutrinário ou político e o conhecimento é posto em prática pautado pela ação correta e ação amorosa. Ensinar o aluno a pensar, a enfrentar os desafios, a transformar o ato de viver numa oportunidade para ampliar sempre mais as possibilidades de investigação da própria realidade, são práticas preconizadas pelo Programa de Educação em Valores Humanos. Conhecer-se provoca a harmonização da consciência para maior aproveitamento da inteligência, por meio do conhecimento exterior pela ciência que fornece informações sobre a natureza, o cosmos e as formas e conteúdos físicos e os valores morais e espirituais (que) fazem aflorar o conhecimento interior, o despertar da alma e o aperfeiçoamento do caráter. O professor/educador, também chamado facilitador de aprendizagens deve ser o modelo de vida por meio de seus ensinamentos, seu comportamento e fazer de sua profissão uma atividade de gerar vida no sentido de emancipação com pessoa e como profissional.

O processo de ensinar e aprender são responsáveis pelo o desenvolvimento e a perpetuação da espécie humana. O aprender é a ampliação da experiência humana, onde se constrói conhecimento, com o uso de diversas linguagens e da imaginação. O conhecimento formal nasce de forma sistematizada. O educador é um instrumento fundamental no processo antropológico. O crescimento pressupõe ações no sentido de transcender o humano nas relações, em todas as suas dimensões: bio-psico-social-espiritual, que ocorrem simultânea e harmoniosamente. A visão do ser humano como ser de valores, uma educação emancipatória, em que o sujeito é educado integralmente. Essa visão humana deve cooperar com o professor a mediação de sua prática, para assegurar um horizonte teórico da humanização do homem, que vai se construindo com suas experiências vividas. Parafraseando Teilhard Chardin, só o homem pode humanizar o próprio homem; é o que compreendemos como processo de hominização.

A explosão demográfica e a crescente urbanização são fatores que também desencadearam transformações. Transformações essas que, junto à integração tecnológica, contribuíram de forma decisiva para mudanças sociais e educacionais, uma vez que alteram, diretamente, os estilos de vida do homem contemporâneo e suas expectativas.

Nesse momento de adaptação às mudanças tecnológicas e, conseqüentemente, sociais, o processo educativo deve propor estratégias para a formação pessoal e profissional adequadas ao momento vigente. Isto, a partir da adequação da Educação a Distância pela

LDB 9.394/96, em seu artigo 80, adequando aos novos contextos nacionais e permitem o acesso de um maior número de alunos aos diversos níveis de ensino, com uma qualidade de formação diferenciada.

Outras instâncias sociais podem ajudar a Educação na sua missão e vice-versa. Os Cursos de Educação a distância do Centro Universitário Claretiano se propõem a instaurar tecnologias na preparação do trabalhador. O ensino à distância vem, portanto, possibilitar ao professor e aos profissionais/alunos a capacidade de auto-estudo e disciplina, daí ser o conhecimento das tecnologias fundamental nas mais diversas classes sociais e a escola e o professor não podem ficar à margem desse processo, uma vez que estes são os que preparam o profissional, ser humano, promovedor da ação social. Diante desse contexto foi elaborado o problema norteador da pesquisa:

Será que proposta da EAD no Brasil no que se refere a seu aproveitamento na prática atende ao profissional, no que diz respeito à emancipação social?

Para responder tal questionamento é preciso ter claro que toda pesquisa é uma prática teórica, no entanto ela é capaz de articular pensamento e ação sendo os problemas da pesquisa identificados a partir da própria realidade.

Para estudar uma técnica de pesquisa social estudos apontam que há que se estabelecer relações com as condições sociais; é preciso entender o contexto da investigação, fazer a relação sujeito/objeto e criar uma contraposição com o método, levando-se em conta a teoria e a prática, criando desta forma uma discussão problematizadora da realidade. É preciso ainda considerar que a realização prática de uma técnica está inserida nos fundamentos lógicos, nas suas dimensões históricas e nas contextualizações teóricas, que levam a uma significação do fato social investigado.

Tendo em vista as circunstâncias, exigências tecnológicas e mercadológicas, é que se propõe a realização de uma pesquisa buscando compreender as políticas de atendimento da educação a distância no Brasil, captando tendências e percebendo movimentos que apenas por meio de uma reflexão crítica e sistemática seja possível revelar. Além de demonstrar, por meio da experiência vivida no CEUCLAR, a melhoria de estrutura social aos que se utilizam da EAD. Para isso procedeu-se uma análise crítica das políticas de atendimento do Centro Educacional Claretiano, refletiu-se sobre a estrutura organizacional administrativa e pedagógica, as quais dão suporte aos processos formativos, detectando-se o nível de satisfação dos egressos.

De acordo com Delors (2006),

[...] numa altura em que os sistemas educativos formais tendem a privilegiar o acesso ao conhecimento, em detrimento de outras formas de aprendizagem, importa conceber a educação como um todo. Esta perspectiva deve, no futuro, inspirar e orientar as reformas educativas, em nível tanto de elaboração de programas como da definição de novas políticas pedagógicas, que possam “contribuir efetivamente para a democratização de saberes socialmente significativos e desenvolvimento de capacidades intelectuais e afetivas, tendo em vista a formação de cidadãos contemporâneos”²

A tese que se propõe é a seguinte: A Educação a distância, aceita, possibilitada e exigida pela sociedade contemporânea, surge como instrumento (tendo em vista a forma de implantação da política educacional específica) de democratização do acesso ao ensino superior, de descentralização de núcleos de excelência em ensino e pesquisa, acesso às novas tecnologias e metodologias educacionais, conforme propomos analisar na implementação realizada pelo Centro Universitário Claretiano.

O trabalho está estruturado da seguinte forma:

Parte 1: visão geral da Educação, o lugar da Educação a Distância no cenário educacional mundial e brasileiro, contexto histórico da Educação no Brasil. Educação a Distância e Políticas Públicas: conceitos, trajetória histórica, legislação e visão social da Educação a Distância; trajetória e implantação da EAD no Brasil;

Parte 2: explicitação e caracterização da metodologia da Pesquisa, coleta, análise e interpretação dos dados dentro do procedimento metodológico de estudo de caso; a implantação efetiva da EAD no CEUCLAR, descrevendo a estrutura física, a operacionalização, o histórico, o perfil da instituição, o processo da implantação, o modelo específico de EAD Claretiano. Descrição do sistema gerenciador, da sala de aula virtual e da tutoria; Percepção das pessoas que se relacionam com a EAD no CEUCLAR, entre os coordenadores, docentes, funcionários e discentes; Resultados da Pesquisa – análise dos dados retirados dos questionários aplicados, divididos entre coordenadores, docentes, funcionários e discentes. Após essa análise, procedeu-se à interpretação dos dados para se chegar às conclusões.

O desafio de refletir sobre a temática da Educação a Distância no Brasil, voltada para o ensino superior, foi aceito por esta pesquisadora com o compromisso de fazer um recorte nesse campo para responder às questões que se colocam no objetivo desta pesquisa:

155—

² · Texto transcrito do Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors. O Relatório está publicado em forma de livro no Brasil, com o título Educação: um tesouro a descobrir. Neste livro, a discussão dos "quatro pilares" ocupa todo o quarto capítulo, *Aqui se transcreve, com a devida autorização da Cortez Editora, trechos das p. 89-90 e 101-102.*

interpretar, de maneira crítico-interpretativa, a aplicação da política de atendimento do modelo de Educação superior a distância no Brasil colocando como **objeto de pesquisa** o modelo de Educação a Distância do Centro Universitário Claretiano de Batatais, no interior do Estado de São Paulo, no Brasil e sua relação com a ação social prestada pela Instituição/objeto.

Para isso, foi feito um breve histórico da modalidade EAD tentando situá-la no Brasil e, mais precisamente, no Centro Universitário Claretiano, cuja sigla aparece como CEUCLAR. O estudo das políticas de atendimento dessa modalidade educativa será apoiado na filosofia da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 – LDB - e na literatura sobre o assunto existente na área. Será levada em consideração a prática pedagógica desta pesquisadora como coordenadora de curso do CEUCLAR na modalidade EAD e o seu olhar para a implantação da política educacional na referida instituição.

A partir do estudo dos dados realizados, emergiram 10 categorias principais que procuraram refletir o que pensam sobre educação a distância. Estas unidades de significado darão suporte à interpretação dos dados a ser realizada ao final da pesquisa de campo:

- 1) educação à distância: antes da experiência com a modalidade;
- 2) educação à distância: depois da experiência com a modalidade;
- 3) qualidade de educação;
- 4) educação a distância: (im) possibilidades;
- 5) perfil dos alunos;
- 6) papel social do professor;
- 7) impactos da tecnologia na aprendizagem;
- 8) modelo de material;
- 9) incentivo das políticas públicas;
- 10) mercado de trabalho: (im) possibilidades.

PARTE 1

1 EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Educação, etimologicamente, significa *educare* – ato de criar, de alimentar ou de *educere* – conduzir para fora suas capacidades, indica ação e implica relação. De acordo com Ahlert (1999), na língua hebraica, o verbo “*yasar*”, dentre vários significados um deles é “instruir”. Moran (2002) descreve a Educação como a utilização de meios que asseguram a formação e o desenvolvimento do ser humano, isto é, produção social do homem, processo civilizatório, dotando-o de possibilidades necessárias à vida em sociedade, atualizando suas possibilidades, construção contínua da pessoa, de seus saberes, de sua capacidade de pensar, discernir e agir.

Delors (2001, p. 15), em seu relatório apresentado à UNESCO atualizou o conceito de Educação, como sendo uma necessidade que seja feita por toda a vida, conciliando competição que apenas estimula, a cooperação que reforça o sentido social e a solidariedade que une todas as pessoas para a realização da vida em sociedade, fazendo parte da mesma comunhão. Educação permanente esta que oferece meios para que o homem atinja sua formação cultural e social por meio de profunda transformação da realidade compreendendo razão, ciência e técnica.

A Educação é uma das possibilidades privilegiadas de construção da pessoa humana, de sua relação com outros indivíduos, grupos e nações. A compreensão mútua, o desenvolvimento da tecnologia devem ser instrumentos de promoção. É papel, também da Educação, fazer com que todas as pessoas tenham conhecimento, lucidez e possam usar sua criatividade e potencialidade para desenvolver nas pessoas a responsabilidade por si e pela realização de seu projeto pessoal e colaborar, também, para com as demais pessoas. Assim cada ser humano poderá tomar consciência de si, do outro, do meio em que vive, desempenhando o papel social que lhe cabe, como profissional e como cidadão. Então a Educação passa a ser uma atividade que privilegie a busca, o pensamento, a aprendizagem e reaprendizagem constantemente, ultrapassando as fronteiras de espaço e de tempo. As diferentes formas de ensino e aprendizagem são interconectadas, complementares dos espaços e tempos da Educação moderna na sua percepção sistêmica. (DELORS, 2001, p. 104).

O objetivo único da Educação é a construção do indivíduo e da/na sociedade, ela se realiza na relação humana. Há mais de quarenta anos, as nações do mundo afirmaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos que "toda pessoa tem direito à educação" (DELORS, 2001). O projeto educativo deve ser sempre o projeto de uma sociedade inteira,

com suas diferenças culturais e sociais, devendo garantir a evolução da espécie humana, sua herança cultural e a relação dentro dela.

Para que a Educação seja realmente emancipadora não basta adaptar a pessoa à sociedade ou educar apenas para o trabalho. Ciência, tecnologia e trabalho não são suficientes para que a pessoa se torne cidadã. As políticas públicas devem ao mesmo tempo em que formar oferecendo aprendizado de ciência e tecnologia ensinar Ética universal, pois a realidade mundial reclama por uma postura e critérios, comprometida com a vida em todas as suas formas e dimensões (ANDREOLA, 2001).

Necessário se faz, cada vez mais, o desenvolvimento de habilidades e competências que levarão à emancipação humana, por meio de políticas públicas que possibilitarão o acesso à tecnologia, qualificação e inclusão social.

Políticas que tenham a educação como um direito de todos os cidadãos, a participação popular como seu método de gestão, o diálogo como princípio ético-existencial, a radicalização da democracia através de gestões públicas participativas e a utopia de que *Um Outro Mundo é Possível*, como preconizou o II Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, em 2002 (AHLERT, 2004, p.47-70)

Fundamental é a construção social do conhecimento por meio do acesso aos novos avanços da ciência e da tecnologia, que, acumulados, fazem parte do patrimônio da humanidade. Não podem ficar concentrados e monopolizados, pois precisa acontecer a construção de um conhecimento que provoque a transformação social, desenvolva práticas educativas democráticas, participativas, dialógicas e de formação permanente. Isto requer políticas públicas construídas sobre patamares que garantam Educação de qualidade social, direito de todos e dever do Estado, com a participação da comunidade escolar, deve estar inserida em um projeto de desenvolvimento social do Estado e dos municípios, com consistência para qualificar e incluir socialmente.

Trazer à tona apontamentos sobre a trajetória das políticas educacionais³ no Brasil, como ações orientadas por políticas públicas⁴, neste trabalho, implica fazer referência às legislações que definiram e às reformas por que passou a Educação brasileira através de sua história no país. Tal referência exige enxergar as políticas educacionais inseridas no quadro

155_____

³ Políticas educacionais: ações governamentais dirigidas à educação da sociedade com a finalidade de conscientização, aprendizado e desenvolvimento.

⁴ Política pública é um conceito de Política e de Administração que designa certo tipo de orientação para a tomada de decisões em assuntos públicos, políticos ou coletivos. Entende-se por Políticas Públicas “o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público”

das transformações econômicas, políticas, culturais, que caracterizam o mundo dos séculos XX e XXI.

Esses apontamentos visam contextualizar as políticas neoliberais que foram pensadas no campo das transformações sociais e do processo de globalização – conceito a ser delimitado no próximo tópico - e suas implicações nas diretrizes da Educação no país contemporaneamente. Os aspectos interessam a essa pesquisa no sentido de observar como os sujeitos da Educação têm recebido as mudanças decorrentes dessas políticas, como a do incentivo à nova modalidade de educação a distância para cursos de graduação.

É sabido que as políticas educacionais e as diretrizes organizacionais e curriculares são portadoras de intencionalidades, idéias, valores, atitudes e práticas que influenciam as escolas e seus profissionais na configuração das práticas formativas dos alunos, determinando um tipo de sujeito a ser educado. Em consequência disso, passou-se a determinar também um novo perfil de professor apto a lidar com os reflexos dessas transformações, no âmbito escolar.

Sendo assim, apresentam-se, neste tópico, em ordem cronológica, fatos da história da Educação no país e políticas educacionais correspondentes que possam explicar, de alguma maneira, o momento educacional que se vive hoje.

1.1 Educação no Brasil: contexto histórico

Todo ser humano é ser histórico, pois nossas ações e pensamentos mudam à medida que o tempo passa no enfrentamento de problemas pessoais e coletivos. Desta forma é que se produz história individual inserido na cultura à qual se pertence. (ARANHA, 2006).

Estudar a Educação e suas teorias no contexto histórico em que surgiram não significa, segundo Aranha, (2006) apenas entender o paralelismo existente entre os fatos da educação e fatos políticos e sociais, mas na verdade, entender que as questões de educação são engendradas nas relações que se estabelecem entre as pessoas nos diversos segmentos da comunidade.

A História da Educação no Brasil apresenta rupturas marcantes, em que cada período determinado teve características próprias. De acordo com Ghiraldelli, (2008, p.24) a educação escolar, ou seja, a educação regular e mais ou menos institucional do período colonial teve três fases - a de predomínio dos jesuítas; a das reformas de Marquês de Pombal,

principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal - e a do período em que D. João VI, então rei de Portugal, trouxe a Corte para o Brasil.

Quando os jesuítas⁵ chegaram ao Brasil, não trouxeram somente a moral, os costumes e a religiosidade européia, trouxeram também os modelos pedagógicos. O método jesuítico funcionou absoluto durante 210 anos. Aos jesuítas coube, praticamente, o monopólio do ensino escolar. Durante esse tempo, fundaram vários colégios com vistas à formação de religiosos. Nesse período, foram realizadas, maciçamente: a catequese dos índios, a educação dos filhos dos colonos, a formação de novos sacerdotes e da elite intelectual, além do controle da fé e da moral dos habitantes da nova terra.

A experiência pedagógica dos jesuítas, de acordo com Ghiraldelli (2008, p. 25-26):

[...] sintetizou-se em um conjunto de normas e estratégias chamado de *Ratio Studiorum* (Ordem de Estudos). O objetivo dessa Ordem era o de ‘formação integral do homem cristão’, de acordo com a fé e a cultura daquele tempo. Esse plano de estudos articulava um curso básico de humanidades com um de filosofia seguido por um de teologia. A formação culminava com uma viagem de finalização de estudos na Europa.

Com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal⁶, nova ruptura se instala na educação no país. Se existia alguma coisa muito bem estruturada, em termos de educação, o que se viu a seguir foi o mais absoluto caos. Segundo alguns historiadores, de início, o desmantelamento da estrutura educacional montada pela Companhia de Jesus foi prejudicial, porque de imediato, não se substituiu o ensino regular por outra organização escolar, enquanto os índios, entregues à sua própria sorte, abandonaram as missões.

O grande gestor da introdução das idéias iluministas na província, o Marquês de Pombal, instituiu a educação leiga com responsabilidade total do Estado, sendo o pioneiro na intenção de estatizar o ensino. Tentaram-se as *aulas régias* (“régias” porque pertenciam ao rei, ao Estado e não à Igreja) de Latim, Grego e Retórica. Estruturaram-se os chamados *Estudos Menores*, que correspondiam ao ensino fundamental e médio, primeiras letras e ensino de humanidades. Em 1772 foi iniciada a segunda fase, com a Reforma dos Estudos Maiores, quando se reestruturou a Universidade de Coimbra, mas o caos provinciano continuou (GHIRALDELLI, 2008).

Portugal logo percebeu que a educação no Brasil estava estagnada e era preciso oferecer uma solução. Institui-se assim o “subsídio literário”, imposto destinado a financiar as reformas projetadas, que consistia em uma taxação sobre a cana verde, o vinho, o vinagre e a

⁵ O período jesuítico vai de 1549 a 1759.

⁶ O período pombalino vai de 1760 a 1808.

aguardente. Dessa forma, os professores eram selecionados e pagos pelo Estado, tornando-se funcionários públicos. Tal subsídio era exíguo e os professores ficavam longos períodos sem receber.

No século XVIII, permanecia grande o contraste entre a Europa e o Brasil. De acordo com Aranha (2006, p. 193):

Apesar das grandes transformações no Velho Mundo – sociais (ascensão da burguesia), econômicas (liberalismo) e políticas (revoluções para destituir os reis absolutistas) - o Brasil continuava com a sua aristocracia agrária escravista, a economia agroexportadora, dependente e submetido à política de opressão.

Nesse período, persistia o panorama do analfabetismo e do ensino precário, destinado a poucos. A sociedade brasileira, exclusivamente agrária, não exigia especialização no trabalho. Os escravos executavam todo o trabalho manual, propiciando a formação de uma elite intelectual cujo saber universal voltava-se mais para o bacharelismo, a burocracia e as profissões liberais.

Um sistema educacional nas terras brasileiras ainda não havia sido delineado e a vinda da Família Real⁷ permitiu uma nova ruptura com a situação anterior. Para preparar terreno para sua estada no Brasil, D. João VI abriu Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e sua iniciativa mais marcante em termos de mudança: a Imprensa Régia.

Ainda no século XIX não havia uma política sistemática e planejada relacionada à Educação no país, conforme observa Aranha (2006). As mudanças tendiam a resolver problemas imediatos, sem encará-los como um todo. Quando a Família Real chegou ao Brasil, existiam as aulas régias do tempo de Pombal, o que obrigou o rei a criar escolas, sobretudo superiores, a fim de atender às necessidades do momento. Durante esse período, foram muitas as contradições sociais e políticas de um país cuja economia, segundo Aranha (2006, p. 233) “consolidava o modelo agrário comercial e fazia as primeiras tentativas de industrialização”.

Com a proclamação da Independência do Brasil⁸, por D. Pedro I, filho de D. João VI, e outorgada a primeira Constituição brasileira em 1824, inicia-se uma nova fase também na Educação. Nessa carta constitucional, o artigo 179 dizia que a “[...] instrução primária é gratuita e para todos os cidadãos” (ARANHA, 2006, p 28).

Nesse período, o descaso pelo preparo do mestre fazia sentido em uma sociedade não comprometida em priorizar a educação elementar. Prevalencia nela a tradição pragmática de

⁷ O período joanino vai de 1808 a 1822.

⁸ O período imperial vai de 1822 a 1888.

acolher professores sem formação, a partir do pressuposto de que não havia necessidade de nenhum método pedagógico. Era comum o costume de nomear funcionários públicos sem concurso, devido à troca de apoio, forma de clientelismo que sempre existiu e ainda existe, no Brasil, estimulado pela prática do nepotismo e do protecionismo (ARANHA, 2006). Uma preocupação com a formação dos professores começa a transparecer quando foi fundada a Escola Normal de Niterói, em 1835, a primeira delas, na província do Rio de Janeiro.

Muitos intelectuais, influenciados pelas idéias européias e norte-americanas, procuravam novos rumos para a educação brasileira apresentando projetos de leis, criando escolas, promovendo debates com a sociedade civil, mas a distância entre a teoria e a prática, a lenta passagem de uma sociedade rural agrícola para urbano - comercial e as forças conservadoras não permitiram avanços nessa área. O poder da reação, porém, segundo Aranha (2006), manteve o privilégio de classe ao valorizar o ensino superior em detrimento dos demais níveis, sobretudo o elementar e o técnico, sem contar com a desprezada educação da mulher.

A respeito da Constituição de 1824, Ghiraldelli (2008, p. 28) comenta que ela inspirava a idéia de um sistema nacional de educação e que, segundo o documento, o Império deveria possuir escolas primárias, ginásios e universidades. Todavia, no plano prático, manteve-se o descompasso entre as necessidades e os objetivos propostos. De acordo com o autor “um sintoma disso foi a adoção do ‘método lancasteriano de ensino’”, no qual o ensino acontecia por ajuda mútua entre os alunos mais adiantados e alunos menos adiantados. Consistia esse método em um sistema de monitoria, em que o professor não ensina todos os alunos e sim prepara apenas os melhores, que por sua vez atendem grupos de colegas. A divisa de Lancaster era “Um só mestre para mil alunos”. Tal situação revelava o número insuficiente de professores e de escolas e, é evidente, a falta de uma organização mínima para a educação nacional.

O Colégio D. Pedro II foi um elemento de destaque na época do Império. Foi criado para servir de modelo de instituição do ensino secundário e acabou se tornando uma instituição preparatória para os cursos superiores. Tal período imperial marca nova ruptura no contexto educacional brasileiro influenciando até hoje o nosso ensino secundário que se mostra ainda incapaz de funcionar sem o parâmetro dado pelos exames vestibulares (GHIRALDELLI, 2008).

Até a Proclamação da República, em 1889, praticamente nada se fez de concreto pela educação brasileira. O Imperador D. Pedro II, quando perguntado que profissão escolheria não fosse Imperador, afirmou que gostaria de ser "mestre-escola". Apesar de sua afeição

pessoal pela tarefa educativa, pouco foi feito, em sua gestão, para que se criasse, no Brasil, um sistema educacional.

O surgimento da República⁹ brasileira instaurou novas mudanças na educação. A República proclamada adotou o modelo político americano baseado no sistema presidencialista. Na organização escolar, percebe-se influência da filosofia positivista. A Reforma de Benjamin Constant tinha como princípios orientadores a liberdade e laicidade do ensino, como também a gratuidade da escola primária. Estes princípios seguiam a orientação do que estava estipulado na Constituição Brasileira de 1824.

Uma das intenções dessa Reforma era transformar o ensino em formador de alunos para os cursos superiores e não apenas preparador. Outra intenção era substituir a predominância literária pela científica. Essa Reforma foi bastante criticada pelos positivistas, já que não respeitava os princípios pedagógicos de Comte e pelos que defendiam a predominância literária, já que o que ocorreu foi o acréscimo de matérias científicas às tradicionais, tornando o ensino enciclopédico. Em 1901, o Código Epiácio Pessoa incluiu a lógica entre as matérias e retirou a biologia, a sociologia e a moral, acentuando a parte literária em detrimento da científica.

A Reforma Rivadávia Correa, de 1911, pretendeu que o curso secundário se tornasse formador do cidadão e não simples promotor a um nível seguinte. Retomando a orientação positivista, pregava a liberdade de ensino, entendendo-se como a possibilidade de oferta de ensino que não seria por escolas oficiais, e de frequência. Além disso, pregava ainda a abolição do diploma em troca de um certificado de assistência e aproveitamento e transferia os exames de admissão ao ensino superior para as faculdades. Os resultados dessa Reforma foram desastrosos para a educação brasileira.

Num período complexo da História do Brasil surge a Reforma João Luiz Alves que introduz a cadeira de Moral e Cívica com a intenção de tentar combater os protestos estudantis contra o governo do presidente Arthur Bernardes (ARANHA, 2006).

A década de mil novecentos e vinte foi marcada por diversos fatos relevantes no processo de mudança das características políticas brasileiras. Foi nessa década que ocorreu o Movimento dos 18 do Forte, a Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista, a Revolta Tenentista e a Coluna Prestes, que foi de 1924 a 1927.

Além disso, foram realizadas diversas reformas educacionais de abrangência estadual, como as de Lourenço Filho, no Ceará, em 1923; a de Anísio Teixeira, na Bahia, em 1925; a

⁹ O período da Primeira República foi de 1889 a 1929.

de Francisco Campos e Mário Casassanta, em Minas Gerais, em 1927; a de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (atual Rio de Janeiro), em 1928 e a de Carneiro Leão, em Pernambuco, em 1928.

Segundo Ghiraldelli (2008), o governo federal atuou no campo educacional através de medidas dispersas durante a Primeira República. A Revolução de 30¹⁰ foi o marco referencial para a entrada do Brasil no mundo capitalista de produção. A acumulação de capital, do período anterior, permitiu que o Brasil pudesse investir no mercado interno e na produção industrial. A nova realidade brasileira passou a exigir uma mão de obra especializada e para tal era preciso investir na Educação. Sendo assim, em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, em seguida, o governo provisório sancionou decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras. Esses Decretos ficaram conhecidos como "Reforma Francisco Campos". Nessa época, um grupo de educadores lançou à nação o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros conceituados educadores da época.

A nova Constituição de 1934 (a segunda da República) dispôs, pela primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. Por iniciativa do governador Armando Salles Oliveira, foi criada nesse ano a Universidade de São Paulo, a primeira a ser criada e organizada segundo as normas do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931.

Em 1935, o Secretário de Educação do Distrito Federal, Anísio Teixeira, criou a Universidade do Distrito Federal, no atual município do Rio de Janeiro, com uma Faculdade de Educação na qual se situava o Instituto de Educação (GHIRALDELLI, 2008).

Uma nova Constituição foi outorgada em 1937¹¹. A orientação político-educacional para o mundo capitalista fica bem explícita em seu texto sugerindo a preparação de um maior contingente de mão de obra para as novas atividades abertas pelo mercado.

Nesse sentido, essa nova Constituição enfatizou o ensino pré-vocacional e profissional. Por outro lado, propôs que a arte, a ciência e o ensino fossem livres à iniciativa individual e à associação ou pessoas coletivas públicas e particulares, tirando do Estado o dever da educação; manteve a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário e também dispôs como obrigatório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas normais, primárias e secundárias.

¹⁰ O período da Segunda República foi de 1930 a 1936.

¹¹ O período do Estado Novo foi de 1937 a 1945.

Segundo Romanelli (2006, p.170), o contexto político do Estado Novo fez com que as discussões sobre as questões da educação, profundamente ricas no período anterior, entrassem "*numa espécie de hibernação*". As conquistas do movimento renovador, que influenciaram a constituição anterior, foram enfraquecidas nessa nova Constituição de 1937. Ela marca uma distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual, enfatizando o ensino profissional para as classes mais desfavorecidas.

Por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema, em 1942, alguns ramos do ensino foram reformados, cujas reformas receberam o nome de Leis Orgânicas do Ensino, e são compostas por Decretos-lei que criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e valorizam o ensino profissionalizante.

Nesse período, o ensino ficou composto por cinco anos de curso primário, quatro de curso ginásial e três de colegial, podendo ser na modalidade clássico ou científico. O ensino colegial perdeu o seu caráter propedêutico, de preparatório para o ensino superior, e passou a se preocupar mais com a formação geral. Apesar dessa divisão do ensino secundário entre clássico e científico, a predominância recaiu sobre o científico, reunindo cerca de 90% dos alunos do colegial.

O país encontrava-se em processo de industrialização, mas de acordo com Aranha (2006) a escola acadêmica persistia e os cursos mantidos pelo sistema oficial não acompanhavam o ritmo de desenvolvimento tecnológico da indústria em expansão.

O fim do Estado Novo consubstanciou-se na adoção de uma nova Constituição de cunho liberal e democrático. A nova Constituição de 1946¹², na área da Educação, passa a determinar a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e dá competência à União para legislar sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Além disso, fez voltar o preceito de que *a educação é direito de todos*, inspirada nos princípios proclamados pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, nos primeiros anos da década de trinta. (ROMANELLI, 2006).

O Ministro Raul Leitão da Cunha regulamentou, em 1946, o Ensino Primário e o Ensino Normal, além de criar o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, atendendo às mudanças exigidas pela sociedade após a Revolução de 1930.

Baseado nas doutrinas emanadas pela Carta Magna de 1946, o Ministro Clemente Mariani criou uma comissão com o objetivo de elaborar um anteprojeto de reforma geral da educação nacional. Essa comissão, presidida pelo educador Lourenço Filho, era organizada em três subcomissões: uma para o Ensino Primário, uma para o Ensino Médio e outra para o

¹² O período da Nova República foi de 1946 a 1963.

Ensino Superior. Dois anos depois, esse anteprojeto foi encaminhado à Câmara Federal, dando início a uma luta ideológica em torno das propostas apresentadas. Num primeiro momento, as discussões estavam voltadas às interpretações contraditórias das propostas constitucionais. Num momento posterior, após a apresentação de um substitutivo do Deputado Carlos Lacerda, as discussões mais marcantes relacionaram-se à questão da responsabilidade do Estado quanto à educação, inspirados nos educadores da velha geração de 1930, e a participação das instituições privadas de ensino (ROMANELLI, 2006).

Após treze anos de acirradas discussões, foi promulgada a Lei 4.024, em 1961, prevalecendo às reivindicações da Igreja Católica e dos donos de estabelecimentos particulares de ensino, segundo Romanelli (2006, p. 177), “[...] em confronto com os que defendiam o monopólio estatal para a oferta da educação aos brasileiros.”

Se as discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional foi um fato marcante, por outro lado, muitas iniciativas marcaram esse período como talvez o mais fértil da História da Educação no Brasil: em 1950, em Salvador, no Estado da Bahia, Anísio Teixeira inaugura o Centro Popular de Educação (Centro Educacional Carneiro Ribeiro), dando início à sua idéia de *escola-classe* e *escola-parque*; em 1952, em Fortaleza, Estado do Ceará, o educador Lauro de Oliveira Lima iniciou uma didática baseada nas teorias científicas de Jean Piaget: o Método Psicogenético; em 1953 a educação passou a ser administrada por um Ministério próprio: o Ministério da Educação e Cultura; em 1961 teve início uma campanha de alfabetização, cuja didática, criada pelo pernambucano Paulo Freire, propunha alfabetizar em 40 horas os adultos analfabetos; em 1962 foi criado o Conselho Federal de Educação, que substituiu o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais e, ainda em 1962, foi criado o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, pelo Ministério da Educação e Cultura, inspirado na linha de trabalho de Paulo Freire (GHIRALDELLI, 2006).

Em 1964, um golpe militar¹³ aborta todas as iniciativas de se revolucionar a educação brasileira, sob o pretexto de que as propostas eram "*comunizantes e subversivas*", segundo Ghiraldelli (2006, p. 112).

O Regime Militar impingiu na educação brasileira o caráter antidemocrático de sua proposta ideológica de governo: professores foram presos e demitidos; universidades foram invadidas; estudantes presos e feridos nos confrontos com a polícia e alguns foram mortos; os

¹³ O período do Regime Militar foi de 1964 a 1985.

estudantes foram calados e a União Nacional dos Estudantes proibida de funcionar; o Decreto-Lei 477 calou a boca de alunos e professores.

Nesse período, deu-se a grande expansão das universidades no Brasil. Para acabar com os excedentes - aqueles que tiravam notas suficientes para serem aprovados, mas não conseguiam vaga para estudar - foi criado o vestibular classificatório.

Para erradicar o analfabetismo, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, aproveitando-se, em sua didática, do expurgado Método Paulo Freire. Esse movimento propunha erradicar o analfabetismo no Brasil, embora não o tenha conseguido. Entre denúncias de corrupção, acabou por ser extinto e, no seu lugar, criou-se a Fundação Educar.

Foi no período mais cruel da ditadura militar - em que qualquer expressão popular contrária aos interesses do governo era abafada, muitas vezes pela violência física - que foi instituída a Lei 5.692, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971. A característica mais marcante dessa lei foi tentar dar à formação educacional um cunho profissionalizante. Tal reforma realizou-se durante o período mais violento da ditadura, no governo Médici (ARANHA, 2006).

A profissionalização não se efetivou. Faltavam professores especializados, as escolas não ofereciam infra-estrutura adequada aos cursos (oficinas, laboratórios, material), sobretudo nas áreas de agricultura e indústria. Sem a adequada preparação para o trabalho, segundo Aranha (2006, p. 309), era lançado no mercado um “exército de reserva” de mão de obra desqualificada e barata, o que fez manter a dependência do país para com os outros, desenvolvidos.

As escolas particulares apresentaram um “programa oficial” que atendia à lei em vigência e continuaram trabalhando para a formação geral e preparação para o vestibular.

Sendo assim, a escola da elite continuava propedêutica, enquanto as oficiais cumpriam seus programas com disciplinas mal ministradas que não atendiam à formação geral do educando. A seletividade persistia e somente a elite, mais bem preparada, ocupava as vagas das melhores universidades.

Segundo Aranha (2006, p. 320), é importante lembrar que, em relação à reforma universitária, ocorreu nesse período um processo sem precedentes de privatização do ensino. Houve uma criação indiscriminada de cursos superiores que exigiam poucos recursos materiais e humanos e permitiam a superlotação de classes atraindo os alunos de baixo nível, pois, mal preparados para a disputa pelas vagas, não tinham acesso às melhores faculdades, geralmente das universidades públicas.

Mais uma vez na história da educação brasileira deparou-se com uma reforma de caráter tecnocrático, segundo o qual os valores da eficiência e da produtividade se sobrepunham aos pedagógicos.

Durante vinte anos, de 1964 a 1985, os brasileiros viveram o medo gerado pelo governo do arbítrio e pela ausência do estado de direito. Esses anos de chumbo, além do sofrimento dos torturados e “desaparecidos”, foram desastrosos para a cultura e a educação (ARANHA, 2006).

No início da década de 1980¹⁴, o regime militar dava sinais de enfraquecimento, entrando em curso o lento processo de democratização. A discussão sobre as questões educacionais já haviam perdido o seu sentido pedagógico e assumido um caráter político. De acordo com Aranha (2006, p. 320), a sociedade civil, a classe política, as organizações estudantis passaram a falar de educação “num sentido mais amplo do que as questões pertinentes à escola, à sala de aula, à didática, à relação direta entre professor e estudante e à dinâmica escolar em si mesma”.

No plano da educação, já era reconhecido o fracasso da implantação da reforma da LDB e a Lei 7044/82 dispensava as escolas da obrigatoriedade da profissionalização, retomando a prioridade de uma formação geral para os educandos.

No bojo da nova Constituição, um Projeto de Lei para uma nova LDB foi encaminhado à Câmara Federal pelo Deputado Octávio Elísio, em 1988. No ano seguinte o Deputado Jorge Hage enviou à Câmara um substitutivo ao Projeto e, em 1992, o Senador Darcy Ribeiro apresentou um novo Projeto que só foi aprovado em dezembro de 1996, ou seja, oito anos após o encaminhamento do Deputado Octávio Elísio.

Após a queda do Regime Militar em 1985, a fase politicamente marcante na educação foi a do trabalho do Ministro da Educação Paulo Renato de Souza. Em sua gestão, por meio de uma Medida Provisória, extinguiu o Conselho Federal de Educação e criou o Conselho Nacional de Educação, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Essa mudança tornou o Conselho menos burocrático e mais político.

Mesmo que se discorde das formas como foram executados alguns programas, deve-se reconhecer que, em toda a História da Educação no Brasil, contada a partir do descobrimento, essa administração foi a que mais projetos na área da educação, foram apresentados.

Um dos programas mais contestados foi o Exame Nacional de Cursos, com o denominado "Provão", em que os alunos das universidades só recebem seus diplomas

¹⁴ O período da Abertura Política foi a partir de 1986.

mediante aprovação em uma prova no final do curso. As notas dos alunos nesta prova são levadas em consideração para a avaliação da instituição de ensino. O que se argumenta é que os alunos, podendo simplesmente assinar a ata de presença e se retirarem sem responder nenhuma questão, podem mascarar os resultados de parte dos critérios da avaliação. Entre outros argumentos, há o de que o exame é o mesmo nas diferentes regiões do país.

Pode-se afirmar que a História da Educação Brasileira tem sido registrada por rupturas marcantes, em que cada período determinado teve características próprias.

Para Aranha (2006, p. 357) deve-se partir do pressuposto de que a educação só pode ser compreendida em determinado contexto histórico; torna-se evidente a importância da pesquisa, reflexão, análise e ação aos novos rumos a serem perseguidos, consideradas, desta forma, as especificidades das mudanças ocorridas na segunda metade do século XX e as a acontecerem, daqui em diante. Segundo a autora, “o momento exige invenção, com ousadia de imaginação para criar o novo”.

O acolhimento do novo depende da construção de novas maneiras de conhecimento e de poder, de uma subjetividade emancipada e de outra sociabilidade. Pode-se dizer que existe uma intencionalidade no processo educativo que, conforme Aranha (2006, p. 362), “[...] recusa o espontaneísmo na ação, mas também se beneficia de um espírito desarmado, disposto a reconstruir e abrir caminhos à força da imaginação.”

A educação brasileira, assim como em outros países, também recebe os impactos causados pela globalização e pelas novas tecnologias, como dito anteriormente. As instituições brasileiras buscam, sempre mais, perfis e percursos constituídos por competências, que possibilitem a construção de novos espaços de conhecimento.

Para compreender bem o contexto brasileiro em relação à Educação como um todo e, especificamente, Educação a Distância, é preciso que se conheçam as perspectivas mais recentes da formação e da profissão de professor em algumas sociedades. Elas demonstram que ensinar e aprender faz parte de uma crise e que, juntos, professores e pesquisadores buscam soluções. A percepção é de que há três situações diferenciadas: uma delas é a decomposição do modelo canônico, isto é, busca de inovação, outra situação é o controle por empresários da educação e a busca real de soluções adequadas, chamada por Tardif e Lessard (2008) de marcha prudente e aberta. Profissionais desta área buscam juntos e como um todo, refletir e encontrar resultados positivos, alargando aprendizagens e respostas para suas inquietações. Por isso que conhecer experiências de outros povos, de outras culturas e comunidades é que vai ressaltar as respostas em Educação para um mundo caótico e cheio de desafios, como descrito anteriormente. E a pesquisa científica em Educação deve apresentar

uma universalidade em termos de práticas de ensino, a tecnologia aplicada e suas especificidades como um todo. Tardif e Lessard (2008) são cientistas da Educação e conhecem bem a trajetória da Educação em muitos outros países, como: Inglaterra, Bélgica, Brasil, Canadá, Estados Unidos, França e Suíça, para apresentarem uma amostragem da profissão docente. Inicialmente mostram a visão de Educação como vocação e missão, quando de sua origem, quando ensinar era promover comportamentos morais e religiosos. Com todas as mudanças já descritas anteriormente, foi sendo necessário oferecer a Educação a grandes quantidades de pessoas, daí a importância da regulação da profissão, a partir dos anos 1980. Desde então é que foi evoluindo e se consolidando a visão profissional de Educação e de profissionais envolvidos com a Educação por meio de validação como trabalho e, por isso, necessidade de aquisição de competências específicas de “saberes próprios”. Cada vez mais a Educação, no seu processo evolutivo, a Educação vai se tornando mais complexa no sentido de evolução da profissão. Deve-se levar em conta a reação de profissionais em relação a essa situação. Primeiro, vêem a crise do ensino como ruptura, resistência, culpando sempre as contradições sociais devido à instabilidade nas formas e manobras do próprio sistema. Refletindo: se o professor resiste em tomar uma atitude, quais serão as conseqüências para a escola? A Escola que rejeita o novo continua instalada, sem ousar novas estratégias de ensino, sem aprender a lidar com as mudanças, com as novas formas de se ensinar e de se aprender. Transformar a crise em desenvolvimento é o grande desafio quando há contradições sociais e estas criam amplitude.

Os autores Tardif e Lessard (2008) expõem algumas forças de mudanças principais. O desenvolvimento econômico de pós-guerra fez com que, na preparação de mão-de-obra em busca de aumentar produção, começasse a acontecer a unificação da Educação, daí ficar massificada e generalizada. A política do momento propõe melhoria de currículo e práticas docentes, tentando assim democratizar e socializar a escola. A isto se deve a qualidade da escola ficar muito próximo do sofrível, o educador, deixou de ser uma autoridade, sendo desprestigiado, desrespeitado por seus discentes. Entre professores e alunos aumentou a falta de empenho em aprender, levando-se em conta uma certificação para conseguir meios de trabalho. Assim foi perdendo o significado do real objetivo da educação, deixando cada vez mais a escola distante da vida do educando.

Dubet (1994) denomina a crise de educação como uma “decomposição do modelo clássico”, sem outro para substituí-lo, sem perspectivas de um novo modelo que poderia trazer alento para as inquietações e respostas, causando assim, um vazio, uma ausência de sentido

nas aulas, dos professores e dos alunos, não dando ênfase nas relações maduras criativas, compensadoras, criando uma desidentificação profissional no educador.

Muitos países querem e se empenham em revisar o *modus operandi*, na perspectiva de uma reestruturação escolar, buscando descentralizar e insistir na participação da família e da comunidade. Assim a Escola seria administrada numa gestão/liderança participativa, influenciando o trabalho em sala de aula. Há sugestões de maior tempo do discente e do docente na escola, interesse em oferecer maior número de cursos profissionalizantes, reflexão e modificação das formas de avaliação, melhor adequação da tecnologia, enfim, uma total reengenharia de políticas educativas: para Dubet (1994) consistem em duas correntes: uma em corrente neoliberal – potencial humano e a outra corrente humanista/cidadão – ideal de justiça social.

A eficiência com mira somente nos resultados e na produtividade como se o desempenho máximo do potencial humano significasse unicamente competitividade ferrenha entre as instituições é que prega a corrente neoliberal na lida de melhorar a qualidade de ensino. Assim cada instituição cria suas normas e suas formas no sentido de prestar contas à comunidade e às instituições financiadoras. Estados Unidos, Inglaterra, Canadá e Quebec são exemplos deste estilo de política educacional. Quebec e Canadá pouco mais humanistas e democráticos por terem tido influência da França com os ideais de justiça social, sentimento arraigado de patriotismo.

O Estado, então começa a elaborar políticas, reestruturando o plano curricular, plano de avaliação da qualidade, levando-se em conta os propósitos de empreendimento do sistema educativo, passando a delegar o exercício da operacionalização e ficando no posto de apoiador, de avaliador. Transformando, assim, as escolas em organizações complexas com planejamento estruturado, cujos objetivos e metas e, claro, os resultados são determinados e preparados os profissionais para tal ação. Inicialmente isto acontece nos países anglo-saxônicos, além da França.

Em termos de planeta, o cenário se apresenta com diferenças marcantes em cada país, praticamente, mas todos regulamentados com definições bem específicas em termos de objetivos e metas que contam com avaliação pública. Agora a escola tem que dar um retorno mensurado, por isso se ajustando constantemente a novas formas de ensinar, novas estratégias de gestão para passar por uma avaliação por instituições internacionais, como o Banco Mundial, Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (TARDIF; LESSARD, 2008).

O Estado passa a ser aquele que regula e surge a idéia da parceria que vai incitar a autonomia da Escola e exige dela uma gama de resultados consistentes. Uma ação tecnicista em que a Educação passa a significar apenas gráficos de indicações e comparações entre estabelecimentos e países e o desenvolvimento cultural, filosófico e ético deixam de ser debates importantes que definem a finalidade da Educação e formação do educando.

A competitividade se instala, leva-se em conta a gerência e rendimento como resultado mensurável, a Educação se transforma em empresa. Isto faz a profissionalização da Educação, exigindo do professor competência e postura profissional, professor como técnico, um executivo. A atitude é de oferecer um “produto” competitivo no setor privado tendo a necessidade do marketing, várias opções para que os “consumidores” do ensino possam escolher e como resultado, a divisão social, endurecimento da competição escolar. A defasagem entre o saber como democratização e a oportunidade de crescimento para todos fica bem nítida. Assim a Escola vai se transformando paulatina em discriminadora, no sentido de provocar desigualdade social, deixando de ser serviço público, aberto a todos (ALARCÃO; TAVARES, 2003).

Para Tardiff e Lessard (2008), a profissionalização do ensino trouxe conflitos entre o Estado e o mercado e estes se transformam na regulação da profissão do professor.

Em tempos de sobrecarga de informações, o célere desenvolvimento da tecnologia pressiona a escola em direção à busca de melhores alternativas na articulação dos sistemas de ensino. O acesso às informações, realmente, é uma das garantias de liberdade no mundo moderno, mas esta liberdade fica restrita àqueles que possuem o conhecimento e o domínio sobre elas. Essas tecnologias de informação e de comunicação (TIC) têm trazido ao ensino novas modalidades de ação e exigido de professores e alunos competências específicas, o que provoca um alargamento e uma uniformidade da cultura, que modifica totalmente a relação com a escrita e o conhecimento como um todo. E o resultado? Soi acontecer a criação de uma escola distinta dos programas oficiais e das práticas educativas; o afastamento do controle da escola sobre o aprendizado do aluno, tornando-o obsoleto e o distanciamento entre quem conhece e quem não conhece a tecnologia.

Os três cenários evolutivos citados: decomposição do modelo canônico, tomada de controle por empresários tecnófilos e marcha prudente e aberta nas organizações discentes e profissionais fazem parte de uma reflexão profunda do ofício de professor e supõe o futuro da profissão docente. Realmente há crise na Educação como um todo, na busca de melhores saídas, dividindo-se as reflexões entre uma educação tecnológica neoliberal e uma educação crítica e libertária. Tardif *et al* (2002) reconhecem que o trabalho da Educação constitui a

prática social fundamental do ser humano porque é com ele que o homem age sobre a natureza e sobre o mundo social modificando-o e modificando-se a si mesmo simultaneamente no decorrer deste processo.

Vê-se que aquisição de teorias levadas aos alunos não vai formá-lo para a vida, porque o momento exige competitividade, mudanças aceleradas, convívio com tecnologia e com a globalização. E para que o professor se prepare para este desafio, ele necessita, constantemente de se tornar profissional, se inserir no aprendizado constante, além de se tornar “pessoa” para conseguir lidar com todos os desafios. Assim, a tarefa do docente é construir o saber por meio da estreita relação com as práticas sociais e com o processo de construção social da realidade e sua reflexão (SCHÖN, 2000).

O desaparecimento de políticas precisas determinadas pelo poder central e as estruturas de controle, fazem com que o ensino fique instável, fora sempre dirigido e agora, com o poder centrado na escola, os profissionais, em geral, não têm ainda habilidades e competências para gerirem o que Senge (1990) chama de “equipe aprendente” provocando ambiguidade, contradições e conflitos. Só a preparação é que trará resultados consistentes e desta forma os docentes passam a ser vistos como “[...] os detentores de um saber plural, crítico e interativo, baseado na práxis” (TARDIF et al, 2002). Estes produzem seus saberes no decorrer de sua práxis educativa aprofundando o debate sobre a identidade profissional dos atores sociais, saberes estes, que têm origem no trabalho diário, no conhecimento do meio e na experiência do docente e do discente. Estas reflexões trazem importante colaboração no sentido de levar o professor a revisar sua prática e a se tornar um cientista da Educação, convivendo com novos desafios e modalidades diferenciadas de Educação.

1.2 Educação a Distância

É preciso enfrentar os desafios provenientes das tecnologias inovadoras, uma vez que o momento exige, percebendo que a informação e o conhecimento são as matérias-primas com as quais o professor trabalha independentemente de ele ser contra ou a favor da tecnologia e da Educação a Distância.

Já em 1886, Wilian Harper preconizava o dia em que o volume de conhecimento e instrução que as pessoas recebiam por correspondência seria maior que o aprendizado

recebido em aulas presenciais, como também seria maior o número de alunos que usufruiria o chamado Ensino a Distância na época.

Ainda na década de 1960, surgiram as primeiras normas sobre Educação a Distância (EAD) no Brasil, sendo as mais importantes o Código Brasileiro de Comunicações (Decreto-Lei nº 236/67) e a Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus (Lei 5.692/71). Essa última abria a possibilidade para que o ensino supletivo fosse ministrado mediante a utilização do rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação.

Inúmeros outros atos legislativos foram editados, tanto pelo Governo Federal, como pelo Distrito Federal e Estados. Também várias tentativas de criação de Universidades Abertas e a Distância e de regulamentação de Educação a Distância surgiram no Congresso Nacional, mas a maioria não teve êxito, sendo os projetos de lei arquivados pelas mais diversas razões. A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, mais conhecida como Lei Darcy Ribeiro, permitiu avanços nesse sentido, admitindo que existisse, em todos os níveis, cursos ministrados na modalidade à distância. Dispõe sobre a Educação a distância em oito dispositivos, sendo um artigo, quatro parágrafos e três incisos, regulando a matéria da seguinte forma:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições, especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Abordar a temática da Educação a Distância no Brasil (EAD), contemporaneamente, porém, apresenta-se como um desafio por estar imersa em um campo conceitual em constante reconstrução, não isento de um embate de perspectivas tanto ideológicas, quanto políticas, mas também educacionais.

1.2.1 Trajetória Histórica da Modalidade Educação a Distância

Ao contrário do que muitos pensam, a Educação a Distância (EAD) não é um instrumento recente a serviço do ensino. Seus experimentos iniciais remontam ao início século XIX e vão ganhar impulso no fim daquele século, sendo hoje um poderoso instrumento de ensino ainda mais quando os recursos da informática são utilizados em seu apoio.

Ao fazer uma retrospectiva sobre a evolução da EAD, Nunes (2009, p.2) destaca que, provavelmente, a primeira notícia que se registrou dessa nova modalidade de ensino foi o anúncio, publicado em 20 de março de 1728 na Gazette de Boston, nos Estados Unidos da América. Artigo que versava sobre as aulas por correspondência que seriam ministradas por Caleb Philips, professor de taquigrafia, que enviava lições todas as semanas aos alunos inscritos. O anúncio dizia: “Toda pessoa desejosa de aprender esta arte, pode receber em sua casa várias lições semanalmente e ser perfeitamente instruída, como as pessoas que vivem em Boston.” No século seguinte, em 1840, Isaac Pitman, na Grã Bretanha, ofereceu um curso de taquigrafia por correspondência. Quatro anos depois, o Skerry’s College ofereceu cursos preparatórios para concursos públicos e assim outras experiências foram se sucedendo ao longo do século XIX, principalmente nos Estados Unidos da América.

Em meados do século passado, cursos de extensão foram oferecidos pelas universidades de Oxford e Cambridge, na Grã-Bretanha, depois as Universidades de Chicago e Wisconsin, nos EUA, empreenderam a mesma atividade. A Escola Alemã por Correspondência de Negócios foi criada, em 1924, por Fritz Reinhardt.

Em 1910, a Universidade de Quesland, na Austrália, iniciou programas de ensino por correspondência. Durante a Primeira Guerra Mundial, estes cursos começaram a chegar às áreas isoladas do país, e mais tarde, em 1929, teve início o serviço de rádio. Em 1990, surgiu o Consórcio Nacional de Educação a Distância, um órgão criado pelo governo australiano para organizar o ensino pós-secundário.

Em 1928, a BBC de Londres começou a promover cursos para a educação de adultos pelo rádio. A tecnologia do rádio foi usada em vários países com os mesmos propósitos, inclusive no Brasil, desde a década de 1930 (NUNES, 2009).

Em 1938, na cidade de Vitória, no Canadá, realizou-se a Primeira Conferência Internacional sobre Educação por Correspondência. A partir daí, mais e mais países foram adotando a EAD: África do Sul e Canadá, em 1946; Japão, em 1951; Bélgica, em 1959; Índia, em 1962; França, em 1963, Espanha, em 1968; Inglaterra, em 1969; Venezuela e Costa Rica,

em 1977. A experiência da Open University, na Inglaterra, iniciada em 1969, é tida como um marco e um modelo de EAD até hoje, com alunos em mais de 50 países e uma média de 180.000 novas matrículas a cada ano.

Para Alves (1998), a difusão da EAD no mundo se deve principalmente à França, Espanha e Inglaterra, pois os centros educacionais desses países contribuíram bastante para que outros pudessem adotar os modelos desenvolvidos. Litto (2009) destaca que, ao contrário do que acontece no Brasil, onde há um histórico de controle governamental centralizador sobre a educação superior, em outras nações havia maiores possibilidades de inovação e, assim, o desenvolvimento de cursos e estratégias de ensino ocorreu mais rapidamente.

Com essa abertura, surgiu, em 1960, a primeira universidade virtual do mundo, baseada totalmente no conceito de educação a distância, a Open University (OU), na Inglaterra (www.open.ac.uk). Ao longo de trinta e cinco anos, foram incorporadas, nessa universidade, todas as novas tecnologias que foram desenvolvidas e popularizadas nos anos de 1980 como vídeos e computadores pessoais e a Internet nos anos de 1990. A Open University tornou-se referência para o surgimento de universidades abertas em vários outros países (ALVES, 1998).

Niskier (2009) cita o Canadá que, por ter regiões geladas durante a maior parte do ano, de acesso impossível por terra, foi o primeiro país do mundo a utilizar satélites de telecomunicações só para a educação. Lá surgiu o sistema *Schoolnet*, utilizando também cabos, Internet e Intranet, e investindo na capacitação e treinamento de professores e especialistas. Outros países gelados, como Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia, têm populações dispersas pelos seus territórios e altíssimos níveis de Educação básica.

Como se percebe, as nações com vastas extensões geográficas encontraram na EAD possibilidades de soluções para alguns de seus problemas educacionais. Além do Canadá, a Austrália, onde aproximadamente 30% da população vive espalhada em grandes áreas, a modalidade a distância é largamente utilizada.

Assim como a Inglaterra, Portugal tem sua própria Universidade Aberta, que foi criada em 1988. E além do Brasil, outros países da América Latina, como Bolívia e Argentina, têm realizado experiências com a educação a distância (NUNES, 2009).

Como já foi dito, a EAD não é recente, seguem-se as datas mais importantes relativas a sua história:

| Data | Local | Instituição | Situação |
|-------------|---------------------|----------------------------|---|
| 1829 | Suécia | Instituto Hermondes | (150.000 usuários) |
| 1840 | Reino Unido | Faculdade Sir Isaac Pitman | Primeira escola por correspondência na Europa |
| 1892 | EUA | Universidade de Chicago | Divisão de Ensino por Correspondência para preparação de docentes no Departamento de Extensão |
| 1922 | União Soviética | | Ensino por correspondência (350.000 discentes) |
| 1948 | Noruega | | Primeira legislação para escolas por correspondência |
| 1969 | Reino Unido | | Fundação da Universidade Aberta (200.000 alunos) |
| 1977 | Venezuela | | Fundação da Universidade Nacional Aberta |
| 1978 | Costa Rica | | Universidade Estadual à Distância |
| 1984 | Holanda | | Implantação da Universidade Aberta |
| 1985 | | | Fundação da Associação Europeia das Escolas por Correspondência (AEEC) |
| 1985 | Índia | | Implantação da Universidade Nacional Aberta Indira Gandhi (242.000 alunos) |
| 1987 | | | Resolução do Parlamento Europeu sobre Universidades Abertas na Comunidade Europeia |
| 1987 | | | Fundação da Associação Europeia de Universidades de Ensino à Distância |
| 1988 | Portugal | | Fundação da Universidade Aberta |
| 1990 | Budapeste | | Implantação da rede Europeia de Educação à Distância, baseada na declaração de Budapeste |
| 1991 | Comunidade Europeia | | Comissão sobre Educação Aberta e à Distância (CORRÊA, 2005: 17-19). |

Quadro 1 - Histórico da EAD - Elaborado pela Autora

No Brasil, a partir de 1923 (os primeiros experimentos em EAD no Brasil ficaram sem registro, por isso a lista da autora se inicia apenas em 1923):

| Data | Instituição | Situação |
|-------------|---|---|
| 1923/1925 | Rádio Sociedade do Rio de Janeiro | |
| 1923 | Fundação Roquete Pinto | Radiodifusão |
| 1939 | Marinha e Exército | Cursos por correspondência |
| 1941 | Instituto Universal Brasileiro | Cursos por correspondência, formação profissional básica. |
| 1970 | | Projeto Minerva – cursos transmitidos por rádio em cadeia nacional |
| 1974 | TVE do Ceará | Cursos de quinta a oitava série, com material televisivo, impresso e monitores |
| 1976 | SENAC – Sistema Nacional de Teleducação | Cursos com material instrucional (em 1995, já havia atendido 2 milhões de alunos) |
| 1979 | Colégio Anglo-Americano (RJ) | Atua em 28 países, com cursos de correspondência para brasileiros residentes no exterior em nível de 1º e 2º graus. |
| 1979 | UnB | Cursos veiculados por jornais e revistas; em 1989 transforma no Cead e lança o BrasilEAD |
| 1991 | Fundação Roquete Pinto | Programa Um salto para o Futuro, para a formação continuada de professores do ensino fundamental. |
| 1995 | Secretaria Municipal de Educação – Mutei (RJ) | Cursos de quinta a oitava série, através de programas televisivos e material impresso. |
| 1995 | | Programa TV Escola – SEED/MEC |
| 1997 | Centro Universitário Claretiano | Cronologicamente, as primeiras ações em Ensino a Distância no Centro Universitário Claretiano, segundo seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2010, p.22) datam do final da década de 1990, com o programa de televisão “O assunto é...”, veiculado mensalmente pela Rede Vida de Televisão para todo o Brasil, em rede nacional. |
| 2000 | | UNIREDE – Rede de Educação Superior à Distância – consórcio que reúne 68 instituições públicas do Brasil [Corrêa; 2005: 21 e 22] |

Quadro 2 – Histórico da EAD no Brasil. - Elaborado pela Autora

Quando se compara o histórico brasileiro em Educação a Distância com o de outros países, pode-se perceber o quanto defasado se encontra, apesar do atual desenvolvimento da modalidade educacional a distância. Para que se tenha uma idéia do atraso, considere-se Venezuela e Costa Rica que têm programas em EAD baseados na Open University de Londres, e são, como esta última, referência em todo o mundo no que diz respeito à EAD. Costa Rica, um pequeno país da América Central, cuja economia é praticamente centrada no turismo e nem exército tem, é referência em EAD. Por essa retrospectiva, observa-se que a

EAD teve uma primeira consolidação no início do século XX, e posteriormente, com o desenvolvimento de novas tecnologias, na segunda metade do mesmo século, houve condições para a ampliação de projetos existentes e para o surgimento de novos projetos.

No próximo tópico, conceitua-se o termo educação a distância, dentro do contexto da atualidade, apresenta-se a legislação que a fundamenta e analisa-se o papel de inclusão a ela atribuído.

1.2.2 Educação a Distância (EAD), Aprendizagem Aberta e a Distância (AAD), Ensino a Distância (EAD): Conceitos

Há conceitos que demoram em firmar-se a partir de suas características por ser pouco consistentes ou por dependência de outros já dominantes. Com a Educação a distância aconteceu desta forma, por ser um termo mais apreensível e direto. Foi a partir das pesquisas dos anos 1970 e 1980, que ela é conceituada pelas características que a determinam ou por seus elementos constitutivos. Houve muitas insistências, inicialmente, em conceituar a Educação a Distância, mas improdutivas porque não conseguiram definir realmente seus propósitos, uma vez que havia grande confusão com a Educação presencial e a tentativa era de tê-la como cópia e modelo para a modalidade em questão. Numa modalidade em que o professor se encontra no contato com o aluno sempre define uma estratégia completamente diferenciada, infelizmente presente no país por meio da ação de pesquisadores, professores e mantenedores educacionais. Utilizar-se da mesma operacionalidade da educação presencial para se fazer educação a distância é um grande equívoco, é não compreender ainda o formato específico da educação a distância, compreensão pouco científica e de poucos resultados para a preparação do cidadão para a vida. Há necessidade de debruçar-se sobre o assunto para conhecer as prerrogativas a que se devem.

Walter Perry e Greville Rumble (1987) apontam a característica básica da Educação a distância como a realização de uma comunicação de dupla via, onde professor e aluno não se encontram na mesma sala, necessitando então de meios que possibilitem a comunicação entre ambos como correspondência postal, correspondência eletrônica, telefone ou telex, rádio, "modem", videodisco controlado por computador, televisão apoiada em meios abertos de dupla comunicação e outros. Há diferentes denominações utilizadas correntemente para descrever a Educação a distância, como: estudo aberto, educação não tradicional, estudo

externo, estudo por contrato, estudo experimental. Mas nenhuma dessas denominações explícita com exatidão a Educação a distância, são termos genéricos que, em certas ocasiões, incluem, mas não representam somente a modalidade a distância. Um livro ou fascículo, como exemplo, desses que se intitulam "faça você mesmo"; um texto isolado de instrução programada, uma programação de rádio ou um programa assistemático de televisão não são formas de educação a distância. Esta supõe um processo educativo sistemático e organizado que exige não somente a dupla via de comunicação, como também a instauração de um processo continuado, onde os meios ou os multimeios devem estar presentes na estratégia de comunicação, são apenas ferramentas, meios pelos quais se faz a Educação. O meio ou multimeio é escolhido de acordo com o tipo de público, custos operacionais e, principalmente, eficácia para a transmissão, recepção, transformação e criação do processo educativo.

O termo genérico de Educação a distância inclui um conjunto de estratégias educativas referenciadas por: *educação por correspondência*, utilizado no Reino Unido; *estudo em casa* (home study), nos Estados Unidos; *estudos externos* (external studies), na Austrália; *ensino a distância*, na Open University do Reino Unido. E, também, *téléenseignement*, em francês; *Fernstudium/Fernunterricht*, em alemão; *educación a distancia*, em espanhol; e *teleducação*, em português. (KEEGAN, 1991).

Educação a distância, Ensino a distância e Teleducação expressam o mesmo processo real, mas ainda há confusão com a palavra teleducação como se fosse apenas educação por televisão. *Tele* em grego significa ao longe ou, neste caso, a distância. Existem diferenças entre Educação a distância e Educação aberta, porém ainda prevalece, principalmente, nos projetos universitários, forte alusão de semelhanças entre ambos os conceitos. A Educação aberta pode ser a distância ou presencial, todos podem nela ingressar, independentemente de escolaridade anterior. O aluno pode organizar seu próprio currículo e ir vencendo por seu próprio ritmo (CIRIGLIANO, 1983, p. 11).

Algumas definições de educação a Distância, sendo que as três primeiras foram retiradas do site MiniWeb Cursos e a quarta citada por Ricardo Pinto:

- a) Forma sistematicamente organizada de auto-estudo em que o acompanhamento e a supervisão do processo de aprendizagem são feitos por um ou um grupo de professores, à distância por meio da aplicação de meios de comunicação capazes de vencer longas distâncias. O oposto de "Educação a distância" é a "Educação direta" ou "Educação face a face": que acontece com o contato direto entre professores e alunos. (DOHMEM 1967, online.)

- b) Método racional, adulto de partilhar conhecimento/conteúdos, habilidades e atitudes, pela aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizacionais, tendo como estratégia o uso extensivo de meios de comunicação (PETERS, 1973, online).
- c) Métodos instrucionais onde as ações dos professores são executadas mediante ações dos alunos, incluindo ações continuadas, daí ser necessária a facilitação de comunicação entre professor e aluno por meios impressos, eletrônicos, mecânicos ou outros (MOORE, 1973, online).
- d) O termo "educação a distância" esconde-se sob várias formas de estudo, nos vários níveis que não estão sob a contínua e imediata supervisão de tutores presentes com seus alunos. A educação a distância se beneficia do planejamento, direção e instrução da organização do ensino (HOLMBERG, 1977).

Keegan (1991, 38) sumariza os elementos que considera centrais dos conceitos acima enunciados:

| |
|---|
| Separação física entre professor e aluno; |
| Sistemática educacional (planejamento, sistematização, plano, projeto, organização dirigida); |
| Utilização de meios técnicos de comunicação, para unir o professor ao aluno e transmitir os conteúdos educativos; |
| Possibilidade de encontros ocasionais com propósitos didáticos e de socialização. |

Quadro 3 - Elementos centrais dos conceitos de Educação a Distância – Autoria da Autora, adaptação de Keegan (1991).

Armengol (1987, 22-24) de acordo com pesquisas, incluindo os trabalhos de Borje Holmberg, Anthony Kaye e Greville Rumble, enumera as características da Educação a distância:

- a. **população estudantil relativamente dispersa**, pela incapacidade de presença física. A falta de condições para obedecer a horários e locais das escolas presenciais fica muitas vezes sem acesso ao ensino uma enorme quantidade de pessoas. O aluno, que é profissional e ocupa todo o tempo na sua ação, para ele torna-se impossível compatibilizar horários profissionais e responsabilidades familiares com um novo curso. A Educação a distância vem de encontro a essa necessidade, tornando-se o meio adequado para acessar um novo saber.

- b. **população estudantil predominantemente adulta**, o que consiste em peculiaridades que justificam enfoques educativos andragógicos.¹⁵ E é Educação para quem é responsável, organizado, disciplinado e cômico de suas possibilidades
- c. **cursos que pretendem ser auto-instrucionais**, por meio de preparação de materiais específicos para o estudo independente, que demonstrem objetivos claros, avaliações, exercícios, e atividades complementares. Estes cursos devem se transformar em guias para fomentar a procura e estudo de outros textos, a observação, a crítica e o pluralismo de idéias.
- d. **cursos pré-produzidos**, utilizando-se de ampla variedade de outros meios e recursos tais como: suplementos de periódicos e revistas, livros adicionais, rádio e televisão educativos em circuito aberto ou fechado, filmes, computadores e, especialmente, microcomputadores, vídeo-disco, vídeo-texto, comunicações mediante telefone, rádio e satélite, equipamentos portáteis para testes ("kits"), e outros, o que se denomina "enfoque multimeio", que tem como logística a centralização da produção, combinada com uma descentralização da aprendizagem.
- e. **comunicações massivas**, os cursos, estando pré-produzidos, é conveniente e econômico que sejam utilizados para um número grande de estudantes.
- f. **comunicações organizadas em duas direções**, que possam se cumprir por meio de tutorias, orientações, observações dos estudantes, auto-avaliações e avaliações finais. O meio principal de comunicação é a palavra escrita, entretanto usa-se com frequência, skype, sms, o telefone, o rádio e reuniões entre tutor e aluno ou com pequenos grupos. A tecnologia, nos seus distintos avanços na comunicação moderna leva a transformações permanentes e cada vez mais velozes e exige atenção redobrada das equipes de pesquisa e dos formuladores de políticas administrativas. O que não pode acontecer é o distanciamento das linguagens das equipes técnicas e pedagógicas, mesmo sabendo-se

155—

¹⁵ **Andragogia** é a arte ou ciência de orientar adultos a aprender, segunda a definição creditada a Malcolm Knowles, na década de 1970. O termo remete a um conceito de educação voltada para o adulto, em contraposição à pedagogia, que se refere à educação de crianças (do grego *paidós*, criança). Para educadores como Pierre Furter, a andragogia é um conceito amplo de educação do ser humano, em qualquer idade. A UNESCO, por sua vez, já utilizou o termo para referir-se à educação continuada.

que os núcleos de elaboração pedagógica não se formaram para a utilização racional e adequada das novas tecnologias. Isto pode provocar uma subordinação da área pedagógica a "mitos técnicos" ou a aversão dessa mesma área à aplicação de novas tecnologias.

- g. **estudo individualizado**, não se pretende seja uma característica exclusiva desta forma de ensino, mas "aprender a aprender" constitui um recurso especialmente importante para o estudante.
- h. **forma mediadora de conversação guiada**, levando-se em conta e ressaltando como fundamental os aspectos relacionados à separação entre professor e aluno, que, por isso devem ser elaboradas refinadas e específicas formas de comunicação entre ambos.
- i. **tipo industrializado de ensino aprendizagem**, a produção massiva de materiais auto-instrucionais implica em uma clara divisão do trabalho na criação e produção, tanto intelectual como física dos materiais. Esse modelo pressupõe como conseqüência a valorização do trabalho multidisciplinar/transdisciplinar e em equipe.
- j. **crecente utilização da "Nova Tecnologia Informativa"** Para Scriven (1981 apud ARMENGOL, 1987) a informação não é Educação, mas o conhecimento se firma na informação. A nova tecnologia informativa depende mais da eletrônica e fundamentalmente compreende três tecnologias convergentes: computação, microeletrônica e telecomunicações. As possibilidades dessas novas tecnologias para a educação a distância são extraordinárias.
- k. **tendência a adotar estruturas curriculares flexíveis**, via módulos e créditos; tais estruturas permitem uma maior adaptação às possibilidades e aspirações individuais da população estudantil, pois representa a possibilidade de oferecer abertura e facilidades.
- l. **custos decrescentes por estudante**, a educação a distância pode ser mais barata, depois de elevados investimentos iniciais e sempre e quando se combinem uma população estudantil numerosa com uma operação eficiente. Afirma Greville Rumble¹⁶:

¹⁶ "Planning for Distance Education", trabalho apresentado no Seminário Africano sobre Educação a Distância, realizado em Addis Abeba em 1979..

Finalmente, há incentivos econômicos para adotar o Ensino a distância. O sistema de educação convencional exige grandes investimentos em recursos humanos. Pode-se argumentar que usando as facilidades de uma produção centralizada para elaborar e produzir materiais de alta qualidade, para estudantes independentes, pode-se obter grandes economias. Este argumento deve ser examinado com muito cuidado. A concepção de materiais de boa qualidade, adequados para esse estudo é mais caro em termos de tempo de professor, hora de estudante e tempo de aprendizagem, que nos casos do ensino convencional 'cara-a-cara'. Ademais, os custos iniciais de produção física, distribuição e transmissão podem ser muito elevados e certamente muito mais custosos que o caso de sistemas tradicionais. Contudo, a variável custo de ensino é geralmente mais baixa no ensino a distância sempre e quando a população estudantil a ser atendida for suficientemente grande.

Os conceitos de Aprendizagem Aberta (AA) e de Educação a Distância (EAD) referem-se a dois aspectos diferentes de um mesmo fenômeno. Em linhas gerais, colocam-se como parâmetros definidores da EAD a separação espacial entre professor e aluno e o uso de meios técnicos para compensar esta separação, enquanto na AA esses elementos podem estar presentes, mas não são considerados essenciais. Os critérios de abertura, relacionados ao acesso, lugar e ritmo de estudo, é que definem fundamentalmente a AA enquanto a EAD diz respeito mais a uma modalidade de Educação e a seus aspectos institucionais e operacionais (BELLONI, 2006).

A partir de 1990, no contexto sociocultural contemporâneo, estabelece-se uma crítica aos modelos industrialistas, baseados nas teorias behavioristas de aprendizagem e nas práticas desenvolvidas pela tecnologia educacional. Gradativamente, observa-se a consolidação de conceitos mais abrangentes e mais abertos, cuja inspiração é extremamente ampla, e nos quais, segundo Belloni (2006, p. 34),

[...] podemos identificar duas grandes fontes: as teorias cognitivas, especialmente o construtivismo, e os 'paradigmas' sociológicos e econômicos que podem se agrupar sob as etiquetas de pós-modernidade, globalização, pós-fordismo.

No âmbito da Educação a Distância, é possível falar de uma EAD antes e de uma EAD depois da Internet, tanto na Europa, quanto no Brasil, porém em níveis de ensino diferentes. Embora o distanciamento quanto a espaço e tempo, entre professor e aluno, seja o que caracteriza radicalmente os dois momentos, as formas de veiculação dos programas, conforme as mídias utilizadas e a possibilidade de intercâmbio mudam consideravelmente:

Antes da Internet tínhamos uma EAD que utilizava apenas tecnologias de comunicação de um-para-muitos (rádio, TV) ou de um-para-um (ensino por correspondência). Via Internet temos as três possibilidades de comunicação reunidas numa só mídia: um-para-muitos, um-para-um e, sobretudo, muitos-para-muitos (AZEVEDO, 1999, p. 10)

As definições que se referem a EAD antes da década de 1990, no contexto europeu, geralmente são meramente descritivas, com ênfase excessiva nos processos de ensino (estrutura organizacional, planejamento, concepção de metodologias, produção de materiais) e pouca ou nenhuma consideração dos processos de aprendizagem (características e necessidades dos estudantes, modos e condições de estudo, níveis de motivação), como no exemplo abaixo:

Educação a distância se refere àquelas formas de aprendizagem organizada, baseadas na separação física entre os aprendentes e os que estão envolvidos na organização de sua aprendizagem. Esta separação pode aplicar-se a todo o processo de aprendizagem ou apenas a certos estágios ou elementos desse processo. Podem estar envolvidos estudos presenciais e privados, mas essa função será suplementar ou reforçar a interação predominantemente a distância (MALCON TIGHT, 1988, p. 26).

É preciso lembrar que no período de grande expansão do capitalismo, o paradigma industrial – o industrialismo é uma das quatro dimensões da contemporaneidade. Segundo Giddens citado por Belloni, 2006, esse paradigma inspirava as ações do estado-providência, fazendo com que os serviços públicos (saúde, educação, transporte, habitação) fossem também organizados em bases fordistas¹⁷, ou seja, de modo racionalizado e planejado, em larga escala, para atingir as massas.

As estratégias fordistas, aplicadas à organização de sistemas de EAD, segundo Campion, também citado por Belloni, 2006), sugeriam a existência de um provedor altamente centralizado, operando em *single-mode* (isto é, exclusivamente em EAD), de âmbito nacional, fazendo economias de escala através da oferta de cursos estandardizados para um mercado de massa, o que justificaria, segundo o autor, um maior investimento em materiais caros.

As denominações e conceituações para várias formas contemporâneas de educação à distância, voltadas para o ensino pós-secundário e para a educação ao longo da vida, variam conforme os autores identificam a modalidade a partir da separação entre professores e alunos ou a partir da questão temporal – sincronia e assincronia¹⁸. Outros ainda tomam como

¹⁷ O fordismo foi o modelo industrial dominante durante o século XX, até que as sucessivas crises e transformações do sistema capitalista foram demonstrando seu esgotamento. O avanço tecnológico aparece como elemento – chave que concretiza a crise do paradigma fordista e a necessidade de reestruturação dos processos de produção industrial e modo capitalista. O fordismo, que propunha a produção de massa para mercados de massa, se baseava em três princípios: baixa inovação dos produtos, baixa variabilidade dos processos de produção e baixa responsabilidade do trabalho notas encontradas na obra de Belloni.

¹⁸ *Sincronia*: estado ou condição de dois ou mais fenômenos ou fatos passados ou atuais que ocorrem simultaneamente e são, de certo modo, relacionados entre si. *Assincronia*: qualidade, condição ou estado de assíncrono; falta de concomitância (de coisas ou fenômenos) no tempo; assincronismo, considerações obtidas no Dicionário Houaiss online.

referência as próprias tecnologias envolvidas no processo. Já há autores que focalizam seu interesse no par ensino-aprendizagem.

Belloni (2006 p. 33) refere-se a Trindade quando comenta as características da EAD a aprendizagem autodirigida, a disponibilidade de meios e materiais, a programação da aprendizagem e a interatividade entre estudantes e agentes de ensino, Educação a Distância define-se como:

[...] uma metodologia desenhada para aprendentes adultos, baseada no postulado que, estando dadas a sua motivação para adquirir conhecimento e qualificações e a disponibilidade de materiais apropriados para aprender, eles estão aptos a terem êxitos em um modo de auto-aprendizagem.

Belloni (2006, p.33) considera que na definição de Trindade para EAD estão presentes todos os elementos essenciais para a compreensão do que é esse fenômeno no contexto das sociedades contemporâneas:

[...] uma população-alvo, considerada mais como um usuário autônomo do que como aluno, um princípio orientador, ou uma “filosofia”, de centralidade no estudante capaz de autonomia e autodireção na escolha e organização de seus estudos, a necessária disponibilidade de materiais e equipamentos apropriados e uma série de princípios operacionais ligados à concepção de estratégias de acompanhamento e apoio ao estudante, agrupados no conceito de interatividade, e de produção de materiais, com base nas aquisições da tecnologia educacional.

Trindade refere-se ainda à “modularização dos cursos”, ou seja, a apresentação dos conteúdos curriculares em módulos autônomos de menor dimensão, organizados em *menus* de temas relevantes, como um componente essencial para a “aprendizagem aberta e a distância” (AAD), o que ofereceria ao estudante uma ampla possibilidade de escolha (BELLONI, 2006 p. 33).

Ainda de acordo com Trindade citado por Belloni (2006, p. 30):

A relação entre os conceitos de aprendizagem aberta e aprendizagem a distância é mais complexa. Aprendizagem aberta tem essencialmente dois significados: de um lado refere-se aos critérios de acesso aos sistemas educacionais (‘aberta’ como equivalente da idéia de remover barreiras ao livre acesso à educação e ao treinamento); de outro lado, significa que o processo de aprendizagem deve ser, do ponto de vista do estudante, livre no tempo, no espaço e no ritmo (*time-free, place-free e pace-free*). Ambos os significados estão ligados com uma filosofia educacional que identifica abertura com aprendizagem centrada no estudante.

Enquanto para a EAD os parâmetros definidores essenciais são a separação professor/aluno e o uso de meios técnicos para compensar essa separação, na Aprendizagem Aberta (AA), esses elementos podem estar presentes, mas não são considerados essenciais.

AA define-se fundamentalmente por critérios de abertura, relacionados a acesso, lugar e ritmo de estudo:

EAD diz respeito mais a uma modalidade de educação e a seus aspectos institucionais e operacionais, referindo-se principalmente aos sistemas ‘ensinantes’; enquanto a relaciona-se mais com modos de acesso e com metodologias e estratégias de ensino e aprendizagem, ou seja, enfoca as relações entre os sistemas de ensino e os aprendentes (BELLONI, 2006, p. 32).

Segundo Belloni (2006, p.34), atualmente a expressão mais largamente usada e recomendada pelos organismos internacionais é “aprendizagem aberta e a distância” (AAD) (*open distance learning*), adotada pela Comissão da União Europeia, que inclui diferentes formas e regimes de EAD (GT da Confederação das Conferências de Reitores da União Européia, 1998).

Belloni (2006) argumenta que a Educação a Distância, por sua experiência em ensino com metodologias não presenciais, pode vir a contribuir para a transformação dos métodos de ensino e da organização do trabalho nos sistemas convencionais, bem como para a utilização adequada das tecnologias de mediatização da educação. Segundo ela, existe já nesse campo todo um conhecimento acumulado sobre a especificidade pedagógica e didática da aprendizagem de adultos, as formas de mediatização do ensino e as estruturas de tutoria e aconselhamento, fundamentadas em uma concepção de educação como processo de auto-aprendizagem, centrado no sujeito que aprende como indivíduo autônomo, capaz de gerir seu próprio processo de aprendizagem. E defende o modelo de sistemas *mistos* ou *integrados* no ensino superior: parte presencial e parte a distância.

A educação a distância pode ser feita nos mesmos níveis que o ensino regular. No ensino fundamental, médio, superior e na pós-graduação. É mais adequado para a educação de adultos, principalmente para aqueles que já têm experiência consolidada de aprendizagem individual e de pesquisa, como acontece no ensino de pós-graduação e também no de graduação.

Há modelos exclusivos de instituições de educação a distância, que só oferecem programas nessa modalidade, como a Open University da Inglaterra ou a Universidade Nacional a Distância da Espanha. As maiores partes das instituições que oferecem cursos a distância também o fazem no ensino presencial. Esse é o modelo atual predominante no Brasil.

As tecnologias interativas, sobretudo, vêm evidenciando, na Educação a distância, o que deveria ser o cerne de qualquer processo de educação: a interação e a interlocução entre

todos os que estão envolvidos nesse processo. Na medida em que avançam as tecnologias de comunicação virtual (que conectam pessoas que estão distantes fisicamente como a Internet, telecomunicações, videoconferência, redes de alta velocidade) o conceito de presencialidade também se altera. Poderemos ter professores externos compartilhando determinadas aulas, um professor de fora "entrando" com sua imagem e voz, na aula de outro professor... Haverá, assim, um intercâmbio maior de saberes, possibilitando que cada professor colabore, com seus conhecimentos específicos, no processo de construção do conhecimento, muitas vezes a distância.

O conceito de curso, de aula também muda. Hoje, ainda entendemos por aula um espaço e um tempo determinados. Mas, esse tempo e esse espaço, cada vez mais, serão flexíveis. O professor continuará "dando aula", e enriquecerá esse processo com as possibilidades que as tecnologias interativas proporcionam: para receber e responder mensagens dos alunos, de criar listas de discussão e alimentar continuamente os debates e pesquisas com textos, páginas da Internet, até mesmo fora do horário específico da aula. Há uma possibilidade cada vez mais acentuada de estarmos todos presentes em muitos tempos e espaços diferentes. Assim, tanto professores quanto alunos estarão motivados, entendendo "aula" como pesquisa e intercâmbio. Nesse processo, o papel do professor vem sendo redimensionado e cada vez mais ele se torna um supervisor, um animador, um incentivador dos alunos na instigante aventura do conhecimento.

No Brasil, nuances sobre os conceitos que envolvem as nomenclaturas Educação a Distância (EAD) e Ensino a Distância (EAD) têm sido debatidas entre pesquisadores e profissionais da área, pois implicam em discutir primeiramente a concepção de *educação* (e, conseqüentemente, de ensino, de treinamento, e de aprendizagem) e também de **distância** (que pode ser física ou temporal).

De acordo com Chaves (1999, p. 2),

Ensino a distância é o ensino que ocorre quando o ensinante e o aprendente (aquele a quem se ensina) estão separados (no tempo ou no espaço).

O autor complementa que, obviamente, para que possa haver EAD, mesmo nesse sentido fundamental, "é necessário que ocorra a intervenção de alguma tecnologia".

Segundo Moran (2007),

Educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente.

Observa-se que a ênfase das definições varia de acordo com o autor, mas trazem como elemento estruturante a utilização das tecnologias com enfoque na separação física dada entre os estudantes e os professores. A complexidade não se limita apenas na conceitualização do termo, pois abrange, também, a própria nomenclatura utilizada.

Nos dois autores citados para a definição em questão, é possível perceber que Chaves e Moran utilizam nomenclaturas diferentes, “ensino” e “educação”, e ambas são amplamente empregadas. Chaves (1999, p. 2) justifica sua escolha afirmando que

[...] o que pode ocorrer à distância é o ensino, não a educação ou a aprendizagem: estas ocorrem sempre dentro do indivíduo e, portanto, não podem ser 'remotizadas'. O ensino, entretanto, pode.

E finaliza afirmando que "Educação a Distância ou Aprendizagem a Distância, são expressões que, para mim, não fazem sentido.". Moran (2007) explica que

Na expressão 'ensino a distância' a ênfase é dada ao papel do professor (como alguém que ensina a distância)". E afirma que prefere "a palavra 'educação' que é mais abrangente, embora nenhuma das expressões seja perfeitamente adequada.

Reconhece-se o pressuposto postulado por Moran de que nenhuma expressão é perfeitamente adequada. A definição aqui escolhida para essa modalidade de Educação deveu-se principalmente ao enfoque político que se pretende neste trabalho. Sendo assim, entende-se, em conformidade com o Decreto que a regulamenta nº 5.622 de 19/12/2005, que:

Educação à Distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

No Brasil, o conceito de Educação a Distância demorou a que se firmasse pelo que é, ou seja, a partir de suas características fundamentais. Inicialmente conceituava-se a EAD comparando-a com a modalidade presencial. Apesar de não ser totalmente inadequado, o conceito passava um entendimento parcial do que é Educação a distância e muitas vezes sem muita base científica. Recentemente estudos mostram uma conceituação mais precisa do que é Educação a distância.

O Decreto 2494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamentava o art. 80 da LDB (Lei nº 9.394/96), já entendia a Educação a Distância da seguinte maneira:

Educação a Distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

Percebe-se que a legislação brasileira entende “educação a distância” como uma forma de ensino em que professor e estudante não necessitam estar no mesmo lugar e ao mesmo tempo para que a aprendizagem ocorra. Sendo assim, a terminologia adotada neste trabalho será a oficial, ainda que muitos autores utilizem outras expressões: ensino a distância, aprendizagem a distância, aprendizagem aberta e a distância.

Muitas controvérsias se apresentam, tanto no âmbito acadêmico, como no escolar, quando o tema é Educação a distância. As novas tecnologias da contemporaneidade, dentro de um processo de globalização, trazem um gama enorme de implicações em todos os setores da sociedade, o que reflete nas formas de as políticas públicas programarem políticas educacionais, gerando cenários educacionais difusos, instáveis, controversos.

Dentre os termos mais utilizados em EAD é apreciado pelo professor Márcio Roberto Gonçalves de Vazzi, (online), o termo AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem. Este termo reporta a um local, não físico, onde é desenvolvida a aprendizagem, mediada ou não, o que se parece o mais próximo de uma realidade em Educação a Distância.

1.2.3 Legislação Brasileira

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394, de 1996, oficializou uma era normativa da educação a distância no Brasil a partir do capítulo 16 que trata, especificamente, “da Educação a Distância e da Educação Continuada”. Ao ser regulamentada pelo Decreto nº 5.622, publicado no D.O.U. de 20 de dezembro de 2005 (que revogou o Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o Decreto nº 2.561, de 27 de abril de 1998), a lei consolidou a modalidade como válida e equivalente para todos os níveis de ensino. Os cursos de mestrado, doutorado e especialização são disciplinados pelo Capítulo V do Decreto nº. 5.622/05 e pela Resolução nº 01, da Câmara de Ensino Superior (CES), do Conselho Nacional de Educação (CNE), de abril de 2001.

O artigo 80 da LDB, que trata da Educação a distância, determina, inicialmente, que o Poder Público deverá incentivar, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada, o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância.

Desde 1970, os Ministérios das Comunicações e da Educação e Cultura, incentivaram e regulamentaram o uso gratuito do rádio para programas educativos, o que oportunizou o surgimento e propagação de vários projetos. Na tentativa de organizar as ações de educação à

distância surgiu, em 1972, o Programa Nacional de Telecomunicações (Prontel), ligado à Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura, que deveria coordenar experiências e formular uma política nacional para o setor. Colocando em andamento essas ações, o Prontel elaborou o Plano Nacional de Tecnologias Educacionais, apresentando-o no ano seguinte. Esse plano se constituiu, segundo Barreto (1996), num instrumento de coordenação, integração e desenvolvimento de tecnologias educacionais, relacionadas com os meios ou sistemas de comunicação como o rádio, a televisão, o cinema, o computador, o ensino por correspondência e outros meios utilizados para todas as áreas, graus e tipos de ensino.

No final da década de 1970 foi criado um Sistema Nacional que atendesse às carências educacionais, por iniciativa do Prontel e da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, operacionalizando uma rede de transmissão de programas de caráter educativo mediante atuação integrada das emissoras de TV educativas. A realização aconteceu somente com a Secretaria de Aplicações Tecnológicas (SEAT), que, reunindo todas as emissoras de TVE criou o Sistema Nacional de Televisão Educativa (SINTED). O respaldo legal veio somente em 1982, com a Portaria do MEC/MINICOM nº 162. Por incorporar as emissoras de rádio educativas, o órgão passou a denominar-se Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa – SINRED, regulamentado pela Portaria MEC nº 344. Nessa época, de acordo com Preti (1996, pag. 17) a “EAD passou a ocupar uma posição instrumental estratégica para satisfazer as amplas e diversificadas necessidades de qualificação das pessoas adultas”, porque se observam mudanças nos processos produtivos e a EAD passa a ser vista como uma solução para as necessidades de formação, em especial a formação de professores e dos trabalhadores prevalecendo a produtividade econômica e revelando uma lógica de mercado.

Em dezembro de 1990, foi encaminhado para o Congresso Nacional o projeto de lei nº. 4.592 do Ministério da Educação que dispõe sobre a Universidade Aberta do Brasil e dá outras providências. As primeiras medidas concretas para a formulação de uma política nacional de EAD foram realizadas, em 1993, por meio do Ministério da Educação para a criação do Sistema Nacional de Educação a Distância (SINEAD), através do Decreto nº. 1.237, de 06/09/94, objetivando, segundo Chaves (1999), “[...] catalisar, potencializar, ampliar e articular as iniciativas fragmentadas já existentes na área.”

Um passo importante foi dado, pelo Ministério da Educação (MEC), para institucionalizar as ações e as políticas em EAD, criando, em 2005, a Secretaria de Educação a Distância (SEED), por meio do decreto nº 1.917, de 27 de maio de 1996. A criação, pelo MEC, do Sistema Nacional de Educação a Distância, a Lei de Diretrizes e Bases de Educação são instâncias jurídicas que asseguram, no País, o avanço da educação à distância.

Ao longo deste estudo, ao tratarmos sobre a implantação da EAD no país, serão delineados os caminhos da EAD no Brasil e será apresentado o campo teórico em que discursos controversos caracterizam o contexto em que as políticas públicas propõem a modalidade EAD para a implementação de políticas educacionais voltadas para a formação de professores.

1.2.4 Inclusão Social – Função Social da EAD

A Internet, dentro de muito pouco tempo passará a ser audiovisual, com transmissão em tempo real de som e imagem. É a chamada tecnologia *streaming*, que permite inteirar-se com a imagem do professor numa tela, ao mesmo tempo em que poderá acompanhar o resumo da apresentação, ouvir sua fala e fazer perguntas ou comentários. Será mais fácil fazer integrações entre TV e WEB¹⁹. Enquanto assiste a determinado programa, o telespectador poderá acessar simultaneamente às informações que achar interessantes sobre o programa, acessando o *site* da programadora na Internet ou em outros bancos de dados ao mesmo tempo.

São fantásticas as possibilidades educacionais que se abrem. Torna-se mais fácil poder ver e ouvir as pessoas e ser visto e ouvido a distância com o alargamento da banda de transmissão, como acontece na TV a cabo. As possibilidades de interação serão diretamente proporcionais ao número de pessoas envolvidas. Chegar-se-á em tempo remoto em que haverá aulas à distância com interação on-line (ao vivo) e aulas presenciais com interação à distância. . Muitas instituições oferecem cursos de qualidade em que se integra tecnologia e propostas pedagógicas inovadoras, onde a aprendizagem consistente e eficaz é focada, utilizando-se uma pluralidade de estratégias: momentos presenciais, ensino on-line, adaptação ao ritmo pessoal, interação grupal, diferentes formas de avaliação.

Não é uniforme o processo de mudança na Educação a Distância, nem fácil. A mudança vai se fazendo aos poucos, em todos os níveis e modalidades educacionais. Há uma discrepância econômica, de acesso, de maturidade e de motivação das pessoas, o que faz com que uns estejam preparados, outros ainda não (BARROS, 2006). Padrões adquiridos (de gerência, de atitudes) do governo, dos profissionais, da sociedade, das organizações, não são fáceis de serem substituídos e muitas pessoas ainda não têm acesso aos recursos tecnológicos,

¹⁹ Parte da Internet que nos permite navegar, fazer pesquisas...

recursos esses que democratizam o acesso à informação. Mais que urgente possibilitar a todos o acesso às tecnologias, à informação significativa e à mediação de professores efetivamente preparados para a sua utilização inovadora.

Durante a década de 1990, o campus virtual passa a ser o modelo básico de expansão da Educação a distância em escala mundial. Redes de consórcios são patrocinadas pelo Banco Mundial que ocupam continentes, a exemplo da África, cuja tendência, ainda se encontra embrionária no Brasil, e que tem como objetivo o desenvolvimento de projetos de educação à distância nas instituições de ensino superior público e privado. A educação a distância tem sido uma das ferramentas para colaborar na solução das carências educacionais. A tecnologia potencializa e amplia, atualmente, o ensino à distância. Com ela há a intensificação do esforço educacional e uma ampliação de seu alcance social, na medida em que leva a um maior número de pessoas a oportunidade de aprendizagem, o que não aconteceria se não houvesse esta ferramenta. Essas tecnologias educacionais procuram atenuar disparidades educacionais em várias partes do mundo. É uma forma de inclusão, e, por isso, muitos projetos de ensino a distância estão sendo inseridos em políticas educacionais do Brasil, mais recentemente e em muitos países já há mais de século.

A educação a distância não é só solução para as carências educacionais, mas uma modalidade já existente nos países de primeiro mundo muito antes de se tornar presente nos países emergentes. Sugerem a intensificação do esforço educacional e a ampliação do seu alcance social. Muitas vezes, instituições não sérias, infelizmente utilizam o discurso em prol da democratização do ensino, das oportunidades de acesso ao sistema educacional e da justiça social mascarando o sentido de investimentos privados. Mas há um grande número de instituições que desenvolvem ações para real democratização do ensino, oferecendo oportunidades de acesso ao sistema educação, promovendo justiça social. Claro está que é instituído no campo educacional, o jogo das forças de mercado, induzindo à presunção de que as preferências individuais impõem a qualidade desejada. Como se fosse qualquer mercadoria, a educação é transformada pelo liberalismo em objeto de flutuações do mercado.

Nas instituições que oferecem educação a distância, os pólos são utilizados apenas para receber o material, tirar suas dúvidas ou resolver questões burocráticas. A existência de um percentual tão alto de alunos distribuídos em localidades remotas dos Estados (alguns alunos deslocam-se até sete horas de viagem para chegar ao pólo) provocou mudanças significativas observadas quando de entrevistas feitas com os alunos. Percebe-se sempre a necessidade de uma organização em grupos, seja para divisão de despesas de viagem ou para trabalhos em grupo. Isso desenvolve a autonomia no processo de aprendizagem, muitas vezes

exigindo esforços, por desconhecimento da tecnologia por grande parte do grupo. Novas estratégias são desenvolvidas e o estudo coletivo ganha uma força e importância muito maior do que no processo de aprendizagem regular. Criam uma rede de conhecimento e compartilhamento de informações. Nos bolsões de exclusão distantes dos grandes centros, ainda não absorveram os elementos inerentes a um novo modelo de sociedade informacional (CARVALHO, 2006). A modalidade a distância, por sua concepção e estrutura, já absorve o aluno dentro desta sociedade informacional. Os modelos industriais de produção fazem parte de todas as esferas sociais e o setor educacional faz parte destas esferas. O avanço tecnológico e as transformações no processo de trabalho farão com que a Educação como um todo incluindo EAD e o ensino convencional, se transforme num complexo organismo de educação aberta (BELLONI, 2003).

A Educação, no final do século XX, se faz ressurgir, provocando mobilidade social. A busca da empregabilidade como canal de ascensão social só pode ser feita por meio da Educação, que imprime na pessoa a densidade cultural, humana e social. Os desajustes e disparidades sociais, responsáveis pelas dificuldades de desenvolvimento técnico da população é que diminuem a demanda ao ensino a distância:

Assim, a pobreza é associada ao baixo desempenho educacional. A falta de escolaridade é convertida em causa do desemprego. Os baixos padrões de vida são devidos à limitada capacidade de iniciativas de amplos setores da população. Amparada em condutas e volições individuais esta lógica dissimula a acumulação privada que dá origem às desigualdades sociais. Encobre a estrutura de classe que organiza política e economicamente a sociedade capitalista. (BATISTA, online)

A aquisição de conhecimentos e de competências técnicas é que provoca a inserção na vida profissional e social, resultando em inclusão social e é desta forma que a Educação à Distância colabora na promoção da pessoa humana. A educação a distância permite que corporações transnacionais não reconheçam fronteiras. O conhecimento e a comunicação virtual colocam a pessoa em contato com o mundo, com diversas culturas e o aprendizado necessário à vida digna e produtiva. São, portanto, promotoras da vida social, uma vez que leva o aluno a transcender, haja vista o número de universidades e de alunos espalhados pelo mundo afora. No Quadro 4 as mega-universidades, que, em diferentes momentos atende a diferentes propósitos, em vários lugares do mundo, desde muito tempo, o que no Brasil é ainda um assunto em construção.

| País | Nome da instituição | Criação | Estudantes em programa de graduação |
|---------------|---|---------|-------------------------------------|
| China | China TV University System | 1979 | 530.000 |
| França | Centre National d'enseignement à distance | 1939 | 184.614 |
| Índia | Indira Gandhi National Open University | 1985 | 242.000 |
| Indonésia | Universitas Terbuka | 1984 | 353.000 |
| Irã | Payame Noor University | 1987 | 117.000 |
| Coréia | Korea National Open University | 1982 | 210.578 |
| África do Sul | University of South Africa | 1873 | 130.000 |
| Espanha | Universidad Nacional de Educación a Distancia | 1972 | 110.000 |
| Tailândia | Sukhothai Thammathirat Open University | 1978 | 216.800 |
| Turquia | Anadolu University | 1982 | 577.804 |
| Reino Unido | Open University | 1969 | 157.450 |

Quadro 4 – Atendimento das Mega-universidades

Fonte: Daniel, J.S. 1996, Mega Universities and Knowledge Media, online

Na Espanha, a UNED possui hoje cerca de 170 cursos de graduação e pós-graduação e mais de 200.000 alunos. No Brasil, com o início do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), a expansão da oferta de vagas de graduação tem crescido exponencialmente. Em 2005, havia mais de 300.000 alunos matriculados em cursos superiores de graduação e pós-graduação, significando um aumento de mais de 80% em relação a 2004. Com o início do programa E-Tec Brasil e a expansão de matrículas em cursos técnicos de Ensino Médio, a tendência da EAS tornou-se irreversível.

Pelo número de cursos na modalidade EAD sendo oferecidos, necessário se faz preocupar-se com a formação humana daqueles que buscam um meio de realização profissional e social, por meio da Educação, tornando-se assim cidadãos ativos para convivência numa sociedade em transformações profundas e constantes. Sabe-se, contudo que não se pode atribuir unicamente à escola o papel de formação humana, de comportamentos de cidadania. Toda a sociedade tem esse papel: família, comunidades, movimentos sociais, empresas, que devem ter como pressuposto a responsabilidade social de formar e capacitar pessoas. E desta forma a sociedade, corporificada nos grupos referidos evitará cada vez mais a presença de grande número de pessoas que ainda ficam na marginalidade, se permitindo trabalho escravo e desqualificado que os mantém na ignorância e não aproveita todo o potencial que tem uma pessoa.

O Centro Educacional Claretiano, tem (PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional, p.22) a missão, a formação de cidadãos responsáveis e comprometidos com o meio em que vivem, isto é, sabendo que vive em uma sociedade e que pode contribuir para que esta seja mais justa e igualitária. A instituição compromete-se com a inclusão social, garantindo um ensino de qualidade, que garanta

[...] o acesso, a permanência e a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais e de estudantes em condições socioeconômicas desfavoráveis no Ensino Superior.

O CEUCLAR faz-se presente também em comunidades, atingindo milhares de pessoas, anualmente, nesse país, em diversas áreas por meio de projetos ligados à assistência à Educação, assistência comunitária, amparo à saúde, técnica e administrativa e à cultura.

No Plano de Desenvolvimento Institucional (p.22.) verifica-se:

[...] além do simples cumprimento governamental e abrange toda a atividade institucional, ou seja, um pré-requisito para a qualidade do serviço Claretiano. Assim, neste documento, observa-se essa visão em diversas metas para o quinquênio (2010/2014), tais como: organização entendimento de responsabilidade social e melhoria da oferta de bolsas de estudo; democratização do acesso ao Ensino Superior; qualidade dos processos de seleção de docentes; inclusão de portadores de necessidades especiais, entre outras.

Conforme aponta o Centro Universitário Claretiano, inspirado em valores éticos e cristãos, busca oferecer aos seus alunos o pleno significado da vida humana, capacitando-os de forma integral para o trabalho e para o compromisso com a vida docente. E para isso envolve o aluno na investigação da verdade, o ensino e a difusão da cultura. As atividades desenvolvidas pela Ação Educacional Claretiana são orientadas pelo carisma dos

Missionários Claretianos, que, há 114 anos, promovem, no Brasil, trabalhos nas áreas de: Educação, Assistência Social, Saúde, Cultura e Comunicação.

1.2 Tecnologias Precursoras da EAD

Na medida de seu aparecimento, as tecnologias promoveram mudanças complexas nas sociedades. Cada artefato novo, a roda, a escada, o pergaminho e o papel alteraram profundamente o processo evolutivo da humanidade. Segundo McLuhan (1969, p. 176):

[...] os meios, ao alterar o ambiente, evocam em nós sua proporção única do sentido de percepção. O prolongamento de qualquer sentido altera nossa maneira de pensar e agir – a maneira de perceber o mundo.

O homem contemporâneo percebe o mundo por meio dos artefatos e ferramentas criados pela “inteligência coletiva”, que seria um partilhamento de funções cognitivas, como a memória, a percepção e o aprendizado, no convívio das pessoas (LÉVY, 2001). As lentes, máquinas fotográficas, câmeras e televisões aumentam o alcance desses instrumentos e transformam a natureza de nossas percepções. Os carros, aviões e computadores modificam profundamente nossa relação com o mundo e, em particular, nossas relações com o espaço e o tempo, de maneira que não se sabe mais se eles transformam o mundo humano ou nossa maneira de percebê-lo. Segundo Lévy (2001, p. 98) “o universo de coisas e de ferramentas que nos cerca e que compartilhamos, pensa dentro de nós de mil maneiras diferentes”.

As novas tecnologias da informação e da comunicação colaboram sensivelmente para integrar e conectar comunidades e organizações em novas combinações de espaço e tempo, que têm intensificado o processo de globalização. E essas novas características temporais e espaciais, que resultam de uma compressão de distâncias e de escalas temporais, segundo Hall (2002, p.62), “estão entre os aspectos mais importantes da globalização a ter efeito sobre as identidades culturais”. Para ele, a modernidade tardia, diferentemente das sociedades tradicionais, que veneravam e perpetuavam o passado a cada geração, caracteriza-se pela constante mudança, que produz muitos rompimentos ou “deslocamentos”. O autor reúne três pensadores que, embora com leituras diferentes sobre a natureza das mudanças no mundo pós-moderno, colocam ênfase na “[...] descontinuidade, na fragmentação, na ruptura e no deslocamento” são eles: Giddens, Harvey e Laclau (apud HALL, 2002, p. 18).

Giddens (1994, p.6) atribui ao ritmo e ao alcance das mudanças, que colocam diferentes partes do globo em interconexão, as “[...] ondas de transformação social que atingem virtualmente toda a superfície da terra e a natureza das instituições modernas.” Maiores importâncias têm as transformações de espaço e de tempo e o que ele chama de ‘desalojamento do sistema social’ – a extração das relações sociais dos contextos locais de interação e sua reestruturação ao longo de escalas indefinidas de espaço-tempo (HALL, 2002, p. 21). O contato entre pessoas de culturas diferentes, ainda que mediatizado, ao mesmo tempo em que as distâncias de seu mundo local lhe conferem referências, fornecem-lhes novos parâmetros para compreender seu contexto (HALL, 2002, p. 15). Harvey (1989, p.12) vê a modernidade como “[...] um rompimento impiedoso com toda e qualquer condição precedente”, mas também “[...] caracterizada por um processo sem fim de rupturas e fragmentações internas no seu próprio interior” (HALL, 2002, p. 16). Laclau (1990 apud HALL, 2002, p. 16-17) usa o conceito de “deslocamento”: uma estrutura deslocada seria aquela cujo centro desaparece e não é substituído por outro, mas por uma “pluralidade de centros de poder”. As sociedades da modernidade, para ele, são caracterizadas pela “diferença”: elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais, que produzem uma variedade de “posições de sujeito” – isto é, identidades - para os indivíduos.

O sociólogo Bauman, ao se referir à realidade ambígua e multiforme em que se vive contemporaneamente, usa a expressão "modernidade líquida" para designar a desintegração de discursos sólidos, fixos, previsíveis, institucionalizados, tanto no campo econômico, como no social e no político:

Os primeiros sólidos a derreter, os primeiros sagrados a profanar eram as lealdades tradicionais, os direitos costumeiros e as obrigações que atavam pés e mãos, impediam os movimentos e restringiam as iniciativas (BAUMAN, 2001, p. 10).

A desintegração da solidez das instituições tradicionais serviu para dar lugar às individualidades. As noções de classe, etnia, como pontos históricos de orientação das pessoas são vistas hoje por outros parâmetros. Agora os indivíduos é que ditam os parâmetros de comportamento, chocando-se com outros novos padrões multifacetados de convívio social, cada vez mais micros, mais fluidos, em curtos espaços de tempo.

Os poderes que liquefazem passaram do ‘sistema’ para a ‘sociedade’, da ‘política’ para as ‘políticas da vida’ - ou desceram do nível macro para o nível ‘micro’ do convívio social (BAUMAN, 2001, p. 14).

Também em Bauman (2001, p.18), a mudança de tempo e de espaço é determinante: “o poder se tornou verdadeiramente ‘extraterritorial’, não mais limitado ao espaço, pois

“pode se mover com a velocidade do sinal eletrônico”. Não importa mais onde está quem dá a ordem, a diferença entre “próximo” e “distante”, ou entre o espaço selvagem e o civilizado, está a ponto de desaparecer.

Essas mudanças socioculturais e econômicas, intensamente marcadas pela fragmentação de tempos e espaços, pela idéia da novidade, da efemeridade, são apontadas por diversos teóricos, uns tecnófilos²⁰, outros tecnófobos²¹, como resultados da utilização do novo potencial das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), notadamente, da Internet. Embora evitando noções simplificadoras sobre o “impacto” das TICs na sociedade, como salienta Silva (2003, p. 58), este trabalho procura apresentar visões de pensadores sobre suas implicações na educação:

[...] é preciso insistir na percepção de que a nova morfologia social em rede não é produto da multimídia e da telemática. [...] Dizer apenas que esta é potenciada pela lógica das redes informacionais significa excluir a ação coautora do social nesse movimento complexo que entrelaça as esferas social e tecnológica. Insisto, portanto, no tratamento recursivo do social e das novas tecnologias informacionais. Este procedimento pode evitar a tentação da idéia linear de causa/efeito, de produto/produtor.

A metáfora da “aldeia global”, preconizada desde 1960 por McLuhan²², sugeria a formação de uma comunidade mundial, com infinitas possibilidades de comunicação, informação e fabulação, hoje agilizadas pela eletrônica e concretizadas pela Internet, como se vê na criação da *World Wide Web*, na década de 1990.

A predição de McLuhan (1962, p. 31), resumida aqui na afirmação de que “a nova interdependência eletrônica recria o mundo à imagem de uma aldeia global”, ocorre muitos anos antes da configuração da internet como meio de comunicação. Ainda assim, suas idéias produziram alguns conceitos fundamentais, que passaram a ser retomados, à medida que a internet se consolida, como meio de comunicação da sociedade contemporânea. O que escapou à análise de McLuhan é que na vida, o processo de comunicação é interativo, ou seja, o fluxo é de mão dupla, enquanto o contexto comunicacional dos anos 1960 ainda se baseava no fluxo de comunicação unidirecional, dos meios para os públicos.

155—

²⁰ Tecnófilos – termo utilizado por Nelson Asher em matéria intitulada “Tecnófilos e Tecnófobos”, na Folha de São Paulo. Ilustrada, 19/03/2004, para designar os admiradores, defensores e utilizadores das novas tecnologias.

²¹ Tecnófobos – termo utilizado por Nelson Asher na mesma matéria, para designar aqueles que são resistentes e críticos e têm aversão ao uso das novas tecnologias. Publicado na Folha de São Paulo. Ilustrada de 19/04/2004

²² Em 1966, Marshall McLuhan, então chamado pela primeira vez comunicólogo, publicou *The medium is the message*, título que ao ser decomposto se autodefine: *mass age*, idade das massas, ou seja, o próprio meio é a mensagem e a massagem também. A tradução em português, no ano de 1969, obedeceu ao mesmo princípio e assim o título “O meio são as Massa-gens”, chegou aos jovens adultos letrados dos anos 60 como o arauto dos novos tempos, da era eletrônica.

Com o desenvolvimento tecnológico da internet, sua idéia de aldeia global acabou sendo superada pelo conceito de sociedade em rede, proposta por Castells (2004), em que o termo aldeia global já não mais satisfaz, pois a idéia de rede formada por indivíduos melhor se adapta à idéia:

A aldeia global foi um tema forte e interessante na época em que foi definida, mas foi uma predição completamente errônea. Não é uma aldeia, mas uma rede de casas individuais, o que é completamente diferente.

Afirma Castells em entrevista publicada no periódico *Global Media and Communication* (2005, 141 - 142).

O acesso de todas as novas tecnologias é um processo demorado, pois os grupos dominantes sempre procuram apoderar-se dos novos inventos para manter ou aperfeiçoar sua dominação. Castells (2004) alerta que os grupos sociais disputam e usam as novas tecnologias para servir ao poder. Tem-se, portanto, a expansão do poder apenas para uma minoria, enquanto a grande maioria desfavorecida continuará à margem dessa sociedade digital.

Segundo Baudrillard (1991, p. 9):

O real é produzido a partir de células miniaturizadas, de matizes e de memórias, de modelos de comando – e pode ser reproduzido um número indefinido de vezes a partir daí. [...] Dissimular é fingir não ter o que se tem. Simular é fingir ter o que não se tem. O primeiro refere-se a uma presença, o segundo a uma ausência.

Pode-se pensar a partir dessa reflexão de Baudrillard, que atualmente a mídia e os discursos postos em circulação pelos tecnófilos simulam a realidade das tecnologias como algo democrático e que está em pleno processo de acessibilidade a todos os cidadãos. A questão do acesso às tecnologias, da forma como tem sido discursada nas mídias, parece deixar a responsabilidade do acesso nas mãos e na vontade daqueles que não o têm. Assim, muitas vezes criam-se simulacros da educação a distância como uma solução para a educação do país, uma maneira de levar o conhecimento a todos, de forma mais fácil e mais rápida.

Belloni (2006), ao apresentar os resultados de um estudo realizado na Universidade Aberta de Portugal sobre Educação a Distância, reporta-se a Giddens (1994) para referir-se às sociedades “radicalmente modernas”. Nestas, as mudanças sociais aconteceriam em ritmo acelerado e seriam singularmente visíveis no espantoso avanço das tecnologias da informação e comunicação (TIC), provocando desequilíbrios estruturais, senão mudanças profundas no campo da educação. O processo de globalização, nessa fase de “modernidade tardia”, gera mudanças em todos os níveis e esferas da sociedade e cria novos estilos de vida e de consumo, novas maneiras de ver o mundo e de aprender. Para a autora, a globalização não é

apenas um fenômeno econômico, de surgimento de um “sistema mundo”, mas tem a ver com a “transformação do espaço e do tempo”. Segundo Giddens (BELLONI, 2006, p. 3), a globalização é uma “ação a distância” e se intensifica com o surgimento de meios de comunicação e de transporte em escala planetária. A interconexão global intensificada provoca mudanças nas relações tempo/espaço, o que traz consequências para os modos de operar da sociedade. O contato, ainda que mediatizado, dos indivíduos com eventos e ideias existentes em outras culturas produz um efeito de descontextualização (com relação ao mundo local vivido) e de recontextualização num mundo globalizado que, tecnicamente virtual, fornece-lhes novos parâmetros para compreender seu próprio contexto.

Hoje, em mais de 80 países nos cinco continentes, adotam a educação a distância em todos os níveis de ensino, em programas formais e não formais, atendendo a milhões de estudantes. A Educação a distância tem sido um instrumento de treinamento e aperfeiçoamento por meio de uma gama de programas formais e não formais de ensino para adultos nas mais diversas áreas: saúde, agricultura, educação, previdência social e outros, tanto pela iniciativa privada como pela governamental. É crescente o número de instituições e empresas que desenvolvem programas de desenvolvimento de recursos humanos por meio desta estratégia educacional.

A idéia de que a formação inicial tem demandado mudanças substanciais, faz com que apareçam necessidades prementes: a reformulação radical dos currículos e métodos de educação, levando-se em conta a multidisciplinaridade e a aquisição de habilidades de aprendizagem e a formação continuada nos ambientes de trabalho, sabendo-se que esta deve ser por toda a vida (CARVALHO, 2006).

O uso crescente das tecnologias digitais e das redes de comunicação interativa acompanha e amplifica uma profunda mutação na relação com o saber. Ao prolongar determinadas capacidades cognitivas humanas (memória, imaginação, percepção), as 8 tecnologias intelectuais com suporte digital redefinem seu alcance. E algumas vezes até mesmo sua natureza. As novas possibilidades de criação coletiva distribuída, aprendizagem cooperativa e colaboração em rede oferecida pelo ciberespaço colocam novamente em questão o funcionamento das instituições e os modos habituais de divisão do trabalho, tanto na empresa como nas escolas. (LÉVY, 2001)

1.2.1 O Caminho da EAD no Brasil

Há registros históricos que colocam o Brasil entre os principais no mundo no desenvolvimento da Educação a Distância (EAD), especialmente até os anos 70, segundo Alves (2009, p. 9), mas, a partir dessa época, outras nações avançaram e o Brasil estagnou. Somente no final do milênio é que as ações positivas voltaram a acontecer e pôde-se observar novo crescimento, gerando nova fase de desenvolvimento.

Alves (2009) relata que a história da Educação a distância no Brasil teve início em 1904, com o ensino por correspondência. Na época, instituições privadas passaram a ofertar cursos técnicos sem exigir escolarização anterior. Teve seu marco inicial com a Fundação Roquete Pinto e a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro entre 1922 e 1925, com a finalidade de ampliar o acesso à educação a partir da radiodifusão da cultura, que teve pleno êxito, mas trazia grandes preocupações para os governantes. Acreditavam na grande possibilidade de transmissão de programas, naquela época, considerados subversivos, especialmente pelos revolucionários da década de 1930. Em 1936, sem alternativas, os instituidores precisaram doar a emissora para o Ministério da Educação e Saúde. Vale lembrar que até 1930 não existia um ministério específico para tratar de assuntos referentes à educação, e os assuntos eram tratados por órgãos que tinham outras funções principais, mas que cuidavam também da instrução pública.

Dessa forma, a educação pelo rádio foi considerada o segundo meio de transmissão a distância do conhecimento, sendo apenas precedida pela correspondência. A partir daí, inúmeros programas foram sendo implantados. Destacaram-se entre eles, a Escola Rádio-Postal, a Voz da Profecia, criada pela igreja Adventista em 1943, com o objetivo de oferecer cursos bíblicos. O SENAC iniciou suas atividades em 1946 e, logo a seguir, em 1947, juntamente com o SESC e com a colaboração de emissoras associadas, criou a Universidade do Ar, em São Paulo, cujo objetivo era oferecer cursos comerciais radiofônicos. Os programas, gravados em discos de vinil, eram repassados às emissoras, que programavam as emissões das aulas nos radiopostos três vezes por semana e, nos dias alternados, os alunos estudavam nas apostilas e corrigiam exercícios, com o auxílio dos monitores. Compunha essa série radiofônica um montante de noventa e seis aulas. Segundo a instituição:

]

Na década de 1950, a Universidade do Ar chegou a atingir 318 localidades e oitenta mil alunos. A experiência - levada a efeito até 1961 - foi avaliada positivamente em âmbito nacional, tendo passado a constar como significativa para a história da EAD no País (online).

Em 1959, a Igreja Católica, por meio da diocese de Natal, Rio Grande do Norte, criou algumas escolas radiofônicas, dando origem ao Movimento de Educação de Base (MEB)²³. Essa experiência teve bons frutos, mas grande parte dos resultados do trabalho de alfabetização se perdeu pela falta de continuidade do programa. Além disso, sua cartilha impressa foi considerada pelos governos militares, a partir de 1964, como uma tentativa de subversão da ordem e todo o material pronto foi apreendido. Este fato, aliado tanto à falta de recursos para se dar continuidade ao trabalho após a primeira etapa de alfabetização, quanto ao desinteresse do MEC e das Secretarias Estaduais de Educação em apoiar a iniciativa da CNBB (Conferência Nacional de Bispos do Brasil), prejudicou o desenvolvimento do MEB.

Em 1964, a ação do MEB já atingia 14 estados. Vinte e cinco emissoras transmitiam os programas de educação de base, inclusive as chamadas aulas radiofônicas. Essas transmissões tinham grande penetração na área rural. Em 1965, último ano de existência do MEB, tinha-se um total de 4.522 escolas radiofônicas (de recepções organizadas) (BARRETO, 2006).

Com o desenvolvimento da televisão, houve a criação, em 1961, de um curso para alfabetização de adultos, ministrado pela Fundação João Batista do Amaral e divulgado pela TV Rio até 1965, mas com pequena repercussão. Em 1962, com a colaboração da Missão Norte-Americana de Cooperação Técnica, essa Fundação lançou também pela TV Rio e, depois, por outras redes de televisão, um importante programa, o qual era destinado ao aperfeiçoamento de professores primários. É também em 1962 que Gilson Amado lança a ideia de uma Universidade de Cultura Popular, que começou a se concretizar em 1966, transmitindo, pela TV Continental, o curso Artigo 99. Logo, outras emissoras de televisão aderiram ao programa e seu sucesso foi decisivo para uma maior participação dos Governos Federal e Estadual, a partir de 1967. Em 1967, cria-se, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a Lei nº 5.198, a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa. Em 1968, a Fundação Padre Landell de Moura - FEPLAM dá início, no Rio

²³ Missão do MEB "Contribuir para promoção integral e humana de jovens e adultos, através do desenvolvimento de programas de educação popular na perspectiva de formação das camadas populares para a cidadania, buscando trilhar os caminhos de superação da exclusão social."

Grande do Sul, a uma série de cursos profissionalizantes e de madureza pela TV e pelo rádio; neste mesmo ano, é inaugurada a TV Universitária do Recife, em Pernambuco.

Projetos como o Mobral, vinculado ao governo federal prestaram grande auxílio e tinham sua abrangência nacional especialmente pelo rádio. A revolução militar deflagrada em 1964 abortou grandes iniciativas, e o sistema de censura praticamente liquidou a rádio educativa brasileira.

Hoje ainda existem ações isoladas, entretanto pouco apoiadas pelos órgãos oficiais. O desmonte da EAD via rádio foi um dos principais causadores de queda do país no ranking internacional. Enquanto o Brasil deixava de usar as transmissões pela rede de emissoras, outros países programaram modelos similares.

Alves (2009) comenta que tem esperança de que o país volte a transmitir educação através dessa modalidade, e que possa ser reinstalada uma grande rede de difusão de programas educativos, especialmente os voltados para a população menos assistida pelas mídias mais avançadas.

A TV Educativa com finalidades educacionais foi utilizada na sua fase inicial de maneira positiva, e há registros de vários incentivos no Brasil a esse respeito, sendo intensificada nas décadas de 1960 a 1970.

Em 1967, o Código Brasileiro de Telecomunicação publicou uma determinação de que deveria existir transmissão de programas educativos pelas emissoras de radiodifusão, e também pelas televisões educativas. Foi concedido para alguns grupos de poder o privilégio da concessão de televisão com fins específicos de educação. Universidades e Fundações, por exemplo, receberam incentivos para a instalação de canais de difusão educacional. Em resumo, apresentamos os projetos que contribuíram para a disseminação da Educação à distância no Brasil:

| Data | Projeto |
|----------------|--|
| 1904 | Escolas internacionais que eram instituições privadas ofereciam cursos pagos, por correspondência; |
| 1934 | Edgard Roquete-Pinto instalou a Rádio-Escola Municipal no Rio de Janeiro. Estudantes tinham acesso prévio a folhetos e esquemas de aulas. Utilizava também correspondência para contato com estudantes; |
| 1939 | Surgiu o Instituto Monitor, em São Paulo; |
| 1941 | Primeira Universidade do Ar que durou dois anos; |
| 1947 | Nova Universidade do Ar, patrocinada pelo SENAC, SESC e emissoras associadas; |
| 1961/65 | Movimento de Educação de Base (MEB) – Igreja Católica e Governo Federal utilizavam um sistema radio-educativo: educação, conscientização, politização, educação sindicalista e outras; |
| 1970 | Projeto Minerva – convênio entre Fundação Padre Landell de Moura e Fundação Padre Anchieta para produção de textos e programas; |
| 1972 | O Governo Federal enviou à Inglaterra um grupo de educadores, tendo à frente o conselheiro Newton Sucupira: o relatório final marcou uma posição reacionária às mudanças no sistema educacional brasileiro, colocando um grande obstáculo à implantação da Universidade Aberta e a Distância no Brasil; |
| Década de 1970 | Fundação Roberto Marinho – programa de educação supletiva à distância, para 1º e 2º graus; |
| 1992 | Foi criada a Universidade Aberta de Brasília (Lei 403/92), podendo atingir três campos distintos: - Ampliação do conhecimento cultural: organização de cursos específicos de acesso a todos; - Educação continuada: reciclagem profissional às diversas categorias de trabalhadores e àqueles que já passaram pela universidade; - Ensino superior: englobando tanto a graduação como a pós-graduação Os anos se passaram e os resultados concretos nos canais abertos de televisão não atingiram seus objetivos. Na grande maioria dos casos, esses programas eram transmitidos em horários incompatíveis aos dos possíveis alunos. Vale lembrar que a iniciativa positiva da Fundação Roberto Marinho criou vários projetos de sucesso, com os telecursos. Há também o projeto da TV Escola, sob a proteção do poder público federal, que gera bons programas. |

Quadro 5 – Projetos de disseminação da Educação a Distância no Brasil - elaborado pela autora

Neste momento existem propostas concretas quanto à utilização da EAD no âmbito das Universidades. Uma delas se refere à nova Lei de Diretrizes e Bases que incentiva a criação de sistemas cuja base seja o ensino individualizado. Outra proposta diz respeito ao **Consórcio Interuniversitário de Educação Continuada e a Distância / BRASILEAD**, que vem se consolidando, desde novembro de 1993, quando da assinatura do Convênio entre o MEC e as Universidades Públicas Brasileiras, com o objetivo de implantar um sistema público de EAD.

Há hoje consenso entre as universidades brasileiras quanto à necessidade de criação de alternativas de atendimento a um contingente expressivo da população que ainda não tem acesso ao ensino de 3º grau. Novas formas devem ser pensadas e implementadas urgentemente, conforme as possibilidades e demandas regionais, expandindo sua ação e buscando uma maior atuação sem que isto acarrete perda de qualidade.

Somente em 1996 é que foi oficialmente criada a SEED – Secretaria de Educação a Distância e, em 1997 foi lançado o Proinfo – Programa Nacional de Informática na Educação. Seu objetivo é a instalação de laboratórios de computadores para as escolas públicas urbanas e rurais de Ensino Básico de todo o Brasil, para fomentar a incorporação de tecnologias de informação e comunicação (TICs) e das técnicas de Educação a Distância aos métodos didático-pedagógicos.

Surgiu como um processo de ensino-aprendizagem, num projeto futurista dentro do contexto sócio-pedagógico. Um professor de muitos anos do CEUCLAR disse tomar conhecimento dos cursos a distância quando se inscreveu num deles para tutor. A idéia de não exigir tempo para freqüentar tornava-se um grande desafio. Naquela época o computador já não era mais uma máquina sofisticada, mas uma ferramenta de grande utilidade que já começava a fazer parte no processo de aprendizagem, nas ações do ensino a distância. Disse perceber que todas as pessoas vivem atreladas a essa realidade e sente-se participante da reforma educacional em que a EAD desponta com máxima prioridade pela sua metodologia específica. E ela como qualquer metodologia educacional supre o objetivo principal proposto no Projeto Pedagógico do Ensino Tradicional, que é contribuir significativamente para a formação e o aperfeiçoamento do educando para se empreender socialmente.

A modalidade EAD tem o foco principal nos cursos superiores e de Pós-graduação, mas será de extrema importância que essa metodologia fosse extensiva ao Ensino Básico da rede pública, pois ainda é enorme o número de pessoas que ainda não consegue concluir seus estudos, em função de trabalho intenso, falta de oportunidades. Há investimentos públicos, implantação de Laboratórios de Informática das Escolas Públicas, mas para que seja extensiva ao Ensino Fundamental e Médio, a realidade está ainda aquém dessa proposta, devido a questões administrativas e políticas.

A sociedade em que vivemos é chamada de sociedade de informação, devido a existência de fluxos complexos de idéias, produtos, dinheiro, pessoas, o que provocou uma nova forma de organização social. Durante os anos 1990, as políticas educacionais tinham como objetivo oferecer qualificação para a produção e para a globalização da economia. (OLIVEIRA, 2001). Há a premente necessidade de repensar os problemas estruturais da Educação, pois os sistemas políticos de ensino devem ser reformados, levando-se em conta as questões de políticas como financiamento, controle e gestão da Educação pública. O que mais dificulta essas ações é a dificuldade de adaptação do sistema público de Educação ao novo padrão de acumulação e produção, pela lentidão com que acontecem as mudanças de paradigmas para que se efetive um novo modelo de Educação. Claro está que houve

movimento do MEC, os progressos na década de 1990 foram notáveis, mas estes avanços não foram suficientes para atender as exigências da sociedade em constante mudança e transformações tecnológicas.

Hoje, já não basta garantir a universalização do ensino compulsório, que no Brasil é de oito anos. Para uma cidadania plena, e uma vida produtiva, exige-se, no mínimo, doze anos de escolaridade básica” (MEC/INEP, 2000).

A escola pública encontra-se defasada em relação a outros países, apresentando estrutura e prática superadas. É preciso que entre em um contexto de inovação tecnológica e flexibilidade de um mundo globalizado. Há ações como a implementação de um programa de formação docente na modalidade a distância com a articulação de vários setores: federal, estados e municípios e as universidades públicas. Chamado Programa Pró-Licenciatura, tem o objetivo de criar cursos de graduação na modalidade a distância na formação e qualificação dos docentes que atuam na rede pública e não são ainda habilitados para tal. Por meio de parcerias entre os Consórcios Regionais e o MEC, coordenado por secretarias, a implementação destes cursos já aponta para uma melhoria na Educação brasileira. O sistema público em parceria com setenta instituições de ensino superior, formando consórcios regionais, é uma proposta mais ampla da UNIREDE (Universidade Virtual Pública do Brasil), tem como objetivo a democratização do acesso à educação de qualidade e fará com que haja grande transformação sócio-educativa. Essas ações do MEC tiveram como precedentes o PROFORMAÇÃO (Programa de Formação de Professores), desenvolvido, por exemplo, pela Universidade Federal de Mato Grosso, que desenvolve desde 1995 o Programa Interinstitucional de Qualificação Docente, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação. Outras experiências são evidenciadas pela Universidade Federal de Alagoas, Universidade Estadual da Paraíba, que oferecem a oportunidade de adquirir experiência em formação continuada de educadores, numa modalidade em que seja a tecnologia é embutida na própria metodologia e inúmeras possibilidades pedagógicas que permitam melhor atuação numa sociedade de informação e conhecimento. Desta forma a formação profissional torna-se adequada para sua atuação, o que transforma os paradigmas individuais (BELLONI, 2003).

A partir do ano 2009 houve a criação da UNIVESP – Universidade Virtual do Estado de São Paulo, por meio do Programa de Expansão de Vagas no Ensino Superior Paulista – Programa UNIVESP, com o objetivo de melhorar e oferecer mais oportunidades de formação superior, utilizando-se das TICs e os cursos serão realizados por meio das universidades estaduais paulistas – USP, UNESP e UNICAMP, tendo o apoio da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo, da FUNDAP – Fundação do Desenvolvimento

Administrativo Paulista e da EPA – Fundação Padre Anchieta. Algumas mensurações deste projeto:

| UNIVESP em números* |
|--|
| - 6.600 vagas já em 2009, destinadas nesta primeira etapa a professores em exercício; Sendo que: 5 mil no curso de pedagogia, da Unesp e USP. 700 de licenciatura em biologia, da USP. 900 de licenciatura em ciências, USP. |
| - 70 pólos avançados de ensino para atividades presenciais |
| *Os números são referentes à primeira etapa de Licenciatura e podem sofrer mudanças. |

Quadro 6 – Programa de Expansão-UNIVESP

Fonte: Assessoria de Comunicação da Secretaria de Ensino Superior do Estado de São Paulo

PARTE 2

1 A PESQUISA

1.1 Metodologia

Na tentativa de compreender o papel dos docentes, discentes, funcionários e demais sujeitos no contexto das políticas de atendimento à modalidade de Educação a distância, optou-se pelo método indutivo com uma abordagem de investigação qualitativa e pesquisa exploratório-descritiva. Estas respondem às necessidades geradas pela questão norteadora, a qual permite uma compreensão da realidade por meio da interação entre o pesquisador e o fenômeno investigado. Essa opção pela investigação qualitativa não exclui uma fundamentação de natureza quantitativa, uma vez que se procederá a levantamento e quantificação de dados de modo a sustentar a análise qualitativa.

Para um melhor embasamento teórico foram apresentados os diversos autores elencados nas referências que versam sobre Educação a Distância, Educação, Inclusão Social por meio da Educação e sobre o Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR), por se tratar do estudo de caso. Para análise de dados utilizaremos a técnica de análise de conteúdo embasada por Bardin.

Conforme Minayo (1999), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, para compreensão de certos fenômenos sociais de relevância. A pesquisa qualitativa é uma abordagem que favorece aos participantes expressarem suas percepções e representações, valorizando o conteúdo apresentado pelos sujeitos. Sustenta, ainda, uma dimensão social e política, uma vez que revela a cultura e a ação dos mesmos.

Segundo Martinelli (1999), na pesquisa qualitativa os dados de pesquisa ocorrem em um contexto de interação entre o pesquisador e o pesquisado e em uma ampla interação entre o sujeito e o objeto de conhecimento. No caso o universo pesquisado é o Centro Universitário Claretiano, na modalidade a distância e os sujeitos da pesquisa são discentes, docentes, coordenadores e funcionários que atuam nos cursos de Educação a Distância da instituição pesquisada. Nossa aproximação metodológica foi com **pesquisa bibliográfica**, ou seja, elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos, de periódicos e atualmente, com material disponibilizado na Internet (MINAYO, 2007; LAKATOS,1986). Valemo-nos também da **pesquisa documental**, elaborada a partir de

materiais que não receberam tratamento analítico (MINAYO, 2007; LAKATOS et al, 1986); e da legislação vigente sobre o tema.

Na pesquisa de campo e coleta de dados, foi utilizada a técnica de questionário semiestruturado, permitindo ao pesquisado participar do processo de investigação com liberdade e espontaneidade, sem perder a objetividade.

O questionário semiestruturado é:

[...] em geral aquela parte de certos questionamentos básicos, apoiados em nosso referencial teórico e hipóteses, que interessam ao corpo do trabalho, e em seguida, oferecem um grande campo de interrogativas, frutos de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebemos as respostas do informante (TRIVINÕS, 1987, p.145).

O fato de ter sido realizado o questionário individual com perguntas abertas acarretou o acúmulo de um rico material referente às experiências de cada um dos sujeitos participantes entrevistados. Esse material permite uma análise qualitativa, segundo a metodologia de análise do discurso. **Discurso** é a prática social de produção de textos. Isto significa que todo discurso é uma construção social, não individual, em que só pode ser analisado considerando seu contexto histórico-social, suas condições de produção; significa ainda que o discurso reflete uma visão de mundo determinada, necessariamente vinculada à do(s) seu(s) autor(es) e a sociedade em que vive(m).

A pesquisa documental foi realizada junto ao Centro Universitário Claretiano, em questão, para a contextualização da política de atendimento do ensino a distância e para observar os resultados em termos de inclusão social e no mercado de trabalho. Para a interpretação dos dados pesquisados optou-se pela técnica de análise de conteúdo que, segundo Bardin (1977), aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que idealiza procedimentos sistemáticos e objetivos.

1.1.1 Caracterização da Pesquisa - Estudo de Caso

A caracterização da pesquisa é de estudo de caso, pois trata de constatar as possibilidades das políticas de atendimento na modalidade de ensino na EAD do Centro Universitário Claretiano e suas implicações sociais. Gil (1996:58) caracteriza o estudo de caso como:

Estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos considerados.

Assim, o estudo de caso é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente, na investigação de fenômenos de áreas diversas. Young (1960, p.269) Gil (1966, p.59) define o estudo de caso como:

[...] um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas várias relações internas e nas suas fixações culturais, quer seja essa unidade uma pessoa, uma família, um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação.

Nessa perspectiva, o estudo de caso é exploratório, pois se volta à realidade objetiva para investigar os fatos sociais que compõem essa realidade, tendo como principal utilidade a apreensão do problema nos seus diferentes traços, inquirindo o pensamento lógico e estimulando a experiência intelectual. Ainda a autora (DINIZ,1999, p.27) define esse estudo como “uma forma de investigar o real pela qual se coletam e se registram dados para a posterior interpretação, objetivando a reconstrução em bases científicas dos fenômenos observados”. O estudo de caso traduz a busca do pesquisador na descoberta de ideias, caminhos, e atitudes que possibilitem a explicação da realidade concreta:

[...] a pesquisa exploratória, categoria na qual se situa o estudo de caso, propõe uma busca e não uma verificação de informações. Seu objetivo é a descoberta de idéias que sejam úteis, críticas e norteadoras de novas atitudes em relação ao mundo.

Nesta perspectiva, o caso escolhido foi o trabalho desenvolvido no CEUCLAR, em relação à Educação a Distância, na sua política de atendimento como melhoria na inclusão social.

1.1.2 Tipo de Pesquisa e Coleta de Dados

Para apreensão da realidade deste objeto de pesquisa foram utilizadas técnicas de coletas de informações variadas, caracterizando o estudo de caso por sua grande flexibilidade. Gil (1996) relata que a maioria dos estudos de casos distingue-se em quatro fases:

1.1.3 Delimitação da Unidade-Caso

Encontra-se centrada nas políticas de atendimento do Centro Universitário Claretiano.

1.1.4 Coleta de Dados

Foi obtida por meio de quatro fontes de informações. A primeira refere-se à pesquisa bibliográfica, em que foram selecionados vários autores que abordam conceitos sobre Educação a Distância, assim como os levantamentos e registros de experiências de projetos relacionados ao tema. A segunda fonte de informações constitui-se em fazer o levantamento em documentos oficiais existentes na Instituição pesquisada:

1.1.5 Âmbito Nacional

Foram extraídas fontes, sendo elas: dados diversos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) retirados de sua *homepage*, na *Internet*, para levantamentos sócio-demográficos; Informe sobre educação, um periódico de publicação do Ministério da Educação (MEC), Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que trata da Educação a Distância no Brasil; e publicações como revistas, jornais e outros.

1.1.6 Âmbito Institucional

Dados coletados do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) nos quadriênios 2004 a 2009 e 2009 a 2014, Perfil Sócio-Econômico de Batatais e das cidades onde estão situados os Pólos de EAD do Centro Universitário Claretiano referentes aos anos de 2005 a 2010; Plano de Carreira do período referente a 2004 a 2010.

A quarta fonte de informações foi a coleta de dados, via questionário, aplicada a uma amostra composta de 73 sujeitos, sendo 06 coordenadores, 28 docentes, 31 discentes, 08 funcionários envolvidos no processo de EAD sendo 05 secretários, 03 assistentes de coordenação. Esses formulários visaram atender os objetivos propostos e perceber como os 73 sujeitos da pesquisa interpretam a Educação a Distância no Centro Universitário Claretiano, bem como investigar as formas de suas participações na definição de políticas de atendimento.

1.1.7 Interpretação dos Dados

A interpretação das informações coletadas possui as finalidades: estabelecer uma compreensão dos dados coletados; confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas; ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural do qual faz parte (MINAYO, 1996). Estas informações subsidiaram o alcance do objetivo que consistiu em analisar, de maneira crítica-interpretativa, a aplicação da política de atendimento do modelo de educação superior a distância no Brasil, a partir da literatura disponível e da análise específica da implantação deste modelo educacional, levando-se em conta o serviço social inerente a tal ação. Para complementar os procedimentos de avaliação, optou-se pela utilização da técnica da análise de conteúdos, norteados pelos conceitos e técnicas de Bardin (1977) citado por Triviños (1987, p.160), que afirma:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens. A análise de conteúdo possibilita a ação de procedimentos como a classificação de conceitos ou construção de categorias para explicar o objeto de estudo. As categorias expressam o movimento da realidade, representando a dinamicidade da sociedade em suas múltiplas determinações.

Esta pesquisa possibilitou a criação de 10 categorias, que viabilizaram a redação da tese:

- 1) educação à distância: antes da experiência com a modalidade;
- 2) educação à distância: depois da experiência com a modalidade;
- 3) qualidade de educação;

- 4) educação a distância: (im) possibilidades;
- 5) perfil dos alunos;
- 6) papel social do professor;
- 7) impactos da tecnologia na aprendizagem;
- 8) modelo de material;
- 9) incentivo das políticas públicas;
- 10) mercado de trabalho: (im) possibilidades.

1.1.8 Instrumentos de Pesquisa

A investigação proposta utilizou-se dos instrumentos de pesquisa assim discriminados: **análise bibliográfica, análise documental e questionário semi-estruturado**. A **análise documental** visa recolher documentos, registros, arquivos, regulamentos, atas, projetos institucionais, materiais escritos que podem servir de fonte de informação acerca dos municípios e serviços a serem estudados. O **questionário semi-estruturado** visa coletar dados junto aos participantes da pesquisa e a dimensão político-institucional da implantação do CEUCLAR.

Essas questões foram elaboradas para atender aos objetivos correspondentes já mencionados. O roteiro converge para o atendimento dos objetivos geral e específicos correspondentes, traçados no estudo.

1.1.9 Procedimentos de Coleta de Dados

Foi construída uma carta de apresentação e encaminhada aos sujeitos pela Sala Virtual (SAV) e por e-mail, explicando o objetivo da mesma, da forma mais clara e transparente possível. A pesquisadora não teve contato com os sujeitos selecionados para a investigação. A proposta foi encaminhada sugerindo a participação dos interessados.

Consta na carta que a pesquisadora se compromete para com os pesquisados, enviar um documento, após a sua defesa, com os resultados, no intuito de reforçar o compromisso

ético do caráter deste estudo ²⁴. As abordagens da pesquisa foram qualitativas - expressas pelos depoimentos obtidos e categorizados segundo as orientações de Bardin (1977) apresentado por Triviños (1987) - e também quantitativas - no que se refere aos dados coletados na pesquisa bibliográfica e documental.

A submissão do projeto ao Comitê de Ética se justificou por a pesquisa tratar com seres humanos na atividade educacional:

| |
|--|
| <p>COMITÊ DE ÉTICA</p> <p><u>PROCOLO: 03/2011</u></p> <p><u>Título: Ensino a Distância: Perfil Atual de sua Política de Atendimento.</u></p> <p><u>Responsáveis: Profa. Claudete Paganucci Rubio e Profa. Djanira Soares de Oliveira e Almeida.</u></p> <p><u>Data de registro: 03/03/2011.</u></p> <p><u>Obs. A presente notificação virtual assegura que o projeto sob sua responsabilidade foi entregue corretamente à Coordenadoria Geral de Pesquisa e Iniciação Científica.</u></p> |
|--|

Quadro 7 – Comitê de Ética

Fonte: CEUCLAR

1.1.10 Análise e Descrição dos Dados

A partir do estudo dos dados realizados, emergiram 10 categorias principais que procuraram refletir o que pensam sobre educação a distância.

- 1) educação a distância: antes da experiência com a modalidade;
- 2) educação a distância: depois da experiência com a modalidade;
- 3) qualidade de educação;
- 4) educação a distância: (im) possibilidades;
- 5) perfil dos alunos;
- 6) papel social do professor;
- 7) impactos da tecnologia na aprendizagem;
- 8) modelo de material;

155_____

²⁴ O formulário e a carta de apresentação encontram-se no anexo XI.

9) incentivo das políticas públicas;

10) mercado de trabalho: (im) possibilidades.

2 A IMPLANTAÇÃO EFETIVA DA EAD NO CEUCLAR

2.1 A Ação Educacional Claretiana: distribui suas atividades hoje em seis cidades do país

2.1.1 Batatais/SP

Na cidade de Batatais, a Ação Educacional Claretiana conta com o Colégio São José, que oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; e com o Centro Universitário Claretiano, que disponibiliza 25 cursos de Graduação presencial nas áreas de Humanas, Biológicas, Exatas, Gestão e Tecnólogos, 19 cursos a distância (licenciaturas, bacharelados e tecnólogos), 48 cursos de pós-graduação, presenciais, semi-presenciais e a distância e 31 cursos de extensão. Conta, ainda, com a Universidade aberta à terceira idade, que é uma opção para as pessoas com mais de 45 anos que buscam qualidade de vida e interação social, além do desenvolvimento de projetos sociais direcionados à comunidade da região.

Está localizado na Rua Dom Bosco, nº. 466, no bairro Castelo. Mantém mais de 40 pólos presenciais de educação a distância, que não possuem personalidade jurídica, atuando, apenas, como apoio presencial da educação a distância.

Em Batatais, no dia 18 de maio de 2009, foi inaugurada mais uma unidade da Ação Educacional Claretiana, o DOMUS CLARET, que é uma clínica especializada e projetada para receber pessoas em regime de internato. Destina-se a atender, especificamente, adultos e idosos que buscam qualidade de vida ou que necessitam de cuidados especiais e recuperação funcional. Possui infraestrutura condizente com requisitos legais para uma clínica geriátrica. Sua missão é o compromisso com a vida, respeitando os valores éticos cristãos.



Figura 1 – Centro Universitário Claretiano – fachada - Batatais/SP
Foto cedida pelo Centro Claretiano



Figura 2 – Centro Universitário Claretiano – Domus Claret - Batatais/SP
Foto cedida pelo Centro Claretiano

2.1.2 Rio Claro/SP

Na cidade de Rio Claro, a Ação Educacional Claretiana mantém o Colégio Claretiano, que oferece cursos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio; as Faculdades Integradas Claretianas, que oferecem 27 cursos de Graduação presencial nas áreas Exatas, Humanas, Biológicas e Tecnólogos, além de ser pólo dos cursos a distância do Centro Universitário Claretiano; o Anglo Vestibulares²⁵, a Universidade aberta da terceira idade e

²⁵ Trata-se de parceria na oferta de cursos entre o Sistema Anglo de Ensino e o Ceucar

projetos sociais. Está localizada na Avenida Santo Antonio Maria Claret, nº. 1724 no bairro Cidade Claret. Também em Rio Claro, uma nova unidade no bairro Terra Nova está sendo construída, onde funcionará um complexo para atividades sociais, esportivas e de atendimento à população carente desse bairro, que é o mais necessitado da cidade.



Figura 3 - Centro Universitário Claretiano – Rio Claro/SP

Foto cedida pelo Centro Claretiano

2.1.3 São Paulo/SP

Na cidade de São Paulo, a Ação Educacional Claretiana mantém o Colégio Claretiano, que oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; bem como as Faculdades Integradas Claretianas Unidade São Paulo, que disponibiliza hoje 6 cursos presenciais. É polo dos cursos a distância do Centro Universitário Claretiano; possui, também, a Universidade aberta da terceira idade, além do desenvolvimento de projetos sociais. Está localizada na Rua Jaguaribe, nº. 699, no bairro Santa Cecília.



Figura 4 – Centro Universitário Claretiano São Paulo/SP
Foto cedida pelo Centro Claretiano

2.1.4 Curitiba/PR

Em Curitiba, a Ação Educacional Claretiana mantém o curso de Teologia, destinado à formação humana. Além disso, é polo dos cursos a distância do Centro Universitário Claretiano, além de desenvolver atividades sociais para a população carente.



Figura 5 – Centro Universitário Claretiano – Curitiba/PR
Foto cedida pelo Centro Claretiano

2.1.5 Belo Horizonte/ MG

Em Belo Horizonte, a Ação Educacional Claretiana mantém o Colégio Claretiano Dom Cabral, que oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e que também é polo dos cursos a distância do Centro Universitário Claretiano, além de desenvolver importantes atividades sociais para a população carente.



Figura 6 – Centro Universitário Claretiano – Belo Horizonte/MG
Foto cedida pelo Centro Claretiano

2.1.6 Taguatinga/ DF

Em Taguatinga, a Ação Educacional Claretiana mantém o Centro Educacional Stella Maris, que oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e que também é polo dos cursos a distância do Centro Universitário Claretiano, além de desenvolver importantes atividades sociais para a população carente.



Figura 7 – Centro Universitário Claretiano – Taguatinga - DF
Foto cedida pelo Centro Claretiano

2.2 A Estrutura Física do Centro Universitário Claretiano – CEUCLAR



Figura 8 - Centro Universitário Claretiano – Batatais – SP. – Brasil
Foto cedida pelo Centro Claretiano

O Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR), é uma instituição educacional mantida pela Ação Educacional Claretiana (EDUCLAR). Dirigida pelos Padres Missionários Claretianos desde 1925, com sede à Rua Dom Bosco, 466, Bairro Castelo, na Cidade de Batatais, cidade que conta com 56.035 habitantes e está situada no nordeste do estado de São Paulo, na região da Alta Mogiana, entre os municípios de Ribeirão Preto e Franca, aproximadamente a 350 km da capital. Na região, a economia está baseada na agricultura,

distinguindo-se especialmente pelo cultivo da cana de açúcar e pelas indústrias do calçado, açúcar e álcool.



Figura 9 – Centro Universitário Claretiano Batatais - CEUCLAR -
Estrutura física - Batatais/SP
Foto cedida pelo Centro Claretiano

Tendo em vista o adequado espaço para gestão administrativa e pedagógica das atividades de educação a distância, em 2007 foi construído um novo prédio com infraestrutura ampla e adequada para a expansão de EAD vislumbrada pela instituição. A sede do Claretiano, em Batatais, é um local de acolhimento, de formação, de desenvolvimento dos projetos, de atualização tecnológica e inovação.

Além da sede, os pólos de apoio presencial permitem momentos presenciais para abertura de disciplinas, esclarecimento de dúvidas, aulas expositivas, seminários, apresentação de resultados de estudos, socialização das experiências profissionais vivenciadas nos estágios, encontro entre turmas e convivência entre professores, tutores e alunos.

Os polos regionais constituem-se em pontos de apoio ao aluno, tanto no aspecto pedagógico, quanto no fluxo administrativo de sua vida acadêmica e vão sendo instalados conforme a necessidade de atendimento aos alunos em cada região.

O Claretiano implanta seus polos em ambientes escolares (preferencialmente colégios católicos) onde disponibiliza aos alunos laboratório de informática, salas de estudo para alunos e tutores, espaço para convivência cotidiana, secretaria para atendimento local e

biblioteca atualizada onde os alunos encontram as principais obras de referência de seus cursos, além de obras referenciais para os estudos universitários.

O projeto de instalação prevê a abertura de polos no território nacional, onde haja um grupo de alunos interessados na oferta e onde se possa criar uma parceria institucional. O polo de apoio presencial é o local onde o aluno é recebido nas atividades presenciais. Nele, professores, tutores e alunos realizam as atividades práticas, trocam experiências, esclarecem suas dúvidas, fazem sugestões, propõem problemas, estabelecem relações pessoais, compartilham êxitos e dificuldades da educação a distância. Os regionais são postos avançados, instalados em cidades cuja localização possa reunir e dar suporte a um determinado grupo de alunos circunvizinhos.

2.2.1 A Operacionalização da EAD no CEUCLAR²⁶

Cronologicamente, as primeiras ações em Ensino a Distância no Centro Universitário Claretiano, segundo seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2010, p.22) datam do final da década de 1990, com o programa de televisão “O assunto é...”, veiculado mensalmente pela Rede Vida de Televisão para todo o Brasil, em rede nacional. O programa foi exibido por três anos e visava a informar a população sobre assuntos ligados à área da Saúde, especificamente Fisioterapia. Quase que simultaneamente, foi desenvolvida uma ferramenta tecnológica, ou seja, um Sistema Gerenciador de Aprendizagem (SGA) para a EAD (*Software* Educlad) dentro dos critérios de qualidade indicados pelo governo e observados, segundo a instituição, no cenário nacional e internacional. Com o SGA houve início da oferta de Cursos de Extensão totalmente a distância, mediados pelo *Software* Educlad, via internet.

A partir de 2002, a Instituição de Ensino Superior começou a oferecer uma parte das disciplinas dos cursos reconhecidos a distância – cerca de 10%, conforme autorizado, à época, pela Portaria nº 2.253 de 18/10/01, revogada pela Portaria nº 4.059, de 10/12/04, que facultava a oferta de até 20% das disciplinas dos cursos reconhecidos na modalidade de Educação a Distância. A primeira estratégia de utilização de EAD nos cursos presenciais foi a oferta de duas disciplinas a distância para os primeiros anos dos cursos de Educação Física,

²⁶ Operacionalização: Colocar em operação um sistema ou processo que hoje está "no papel", transformar ideia em ação.

Pedagogia - Administração Escolar (incluindo Complementação Pedagógica), Letras Portugêses/Inglês, Fisioterapia e Filosofia.

No mesmo ano de 2002, o Claretiano apresentou ao MEC o pedido de autorização para oferta de programas de pós-graduação *lato sensu* na modalidade a distância. Recebeu visita *in loco* em dezembro do corrente ano, e após trâmite habitual junto ao Ministério, recebeu credenciamento e autorização em outubro de 2003 (pela Portaria nº 3.100, de 31 de Outubro de 2003). Os cursos de pós-graduação passaram a ser ofertados em 2004, nas áreas de educação e saúde (Cursos de Especialização em Educação Infantil e Alfabetização, Educação Especial e Nutrição e Condicionamento Físico).

Ainda no ano de 2003, foi iniciado um projeto que oferecia aos estudantes novos recursos de tecnologia e educação a distância para disciplinas presenciais. Assim, para cada disciplina presencial pôde ser criado um ambiente virtual, com interatividade, conteúdo e informação complementar.

A partir de 2004, os Trabalhos de Conclusão de Curso também passaram a ser desenvolvidos, orientados e registrados em ambiente virtual, utilizando a ferramenta Blog do Software Educlad. Nesse mesmo ano, as Salas de Aulas Virtuais passaram a ser utilizadas para o acompanhamento e auxílio de atividades de dependência e adaptações das disciplinas dos cursos de graduação presenciais.

Com o objetivo de garantir o acesso e utilização das novas ferramentas de aprendizagem pelos estudantes, foi criada a disciplina Tecnologia Educacional para Educação a Distância, que viabilizou a adaptação dos alunos ingressantes dos cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e a distância, às especificidades da Educação a Distância.

Durante o ano de 2004, com a reestruturação da Coordenadoria Geral de Educação a Distância (CEAD) e com as ações iniciais em EAD em cursos de Pós-Graduação, a instituição organizou e apresentou ao Ministério da Educação dois cursos de Graduação em EAD (Licenciatura em Filosofia e Licenciatura em Computação). Recebeu aprovação e credenciamento para atuar nesta modalidade no ensino superior (Portaria nº 3.635, de 9 de Novembro de 2004), conforme Anexo II. Segundo o documento (PDI, 2010, p. 66), “essa portaria inovou os procedimentos do MEC, visto que estabeleceu autonomia universitária para oferta de novos cursos nas áreas de competência do Centro Universitário”.

Em 2004 o Centro Universitário Claretiano integrou-se à Comunidade de Aprendizagem Virtual da Rede de Instituições Católicas de Ensino Superior (CVA-RICESU), um consórcio formado pelas Instituições de Ensino Superior como PUC-Campinas, PUC-PR, UCSAL, UCDB, PUC-RS, UCB, UCG, UCPEL, UNISINOS, UNISANTOS e UNICAP.

Atualmente, além destas IES, passaram a fazer parte da CVA-RICESU a PUC-MG, PUC-SP, USC e UNILASSALE. Segundo a instituição, esta parceria com a CVA-RICESU conferiu maior amplitude e credibilidade ao projeto de Educação a Distância do CEUCLAR.

Tendo em vista essa aprovação e credenciamento pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), foram incorporados novos projetos para oferta, em 2005, dos cursos de Pedagogia (Habilitação em Magistério das Séries Iniciais e Magistério da Educação Infantil), Pedagogia (Habilitação em Administração, Orientação e Supervisão Escolar do Ensino Fundamental e Médio), e Letras (Habilitação em Português e Literaturas).

2.2.2 Os Primórdios da Implantação da EAD no CEUCLAR

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2005), em 2005 o Centro Universitário Claretiano passa por uma avaliação sistemática de toda sua atividade acadêmica em EAD, que, por determinação do MEC (Portaria nº 2.202, de 22 de junho de 2005), o Departamento de Supervisão do Ensino Superior da Secretaria de Educação Superior - DESUP/SESu havia designado comissões de verificação *in loco* para acompanhar a oferta dos cursos superiores à distância para avaliação do primeiro ano de oferta dos cursos de várias IES. Com base nos resultados da avaliação realizada, encaminhar-se-ia ao Ministro da Educação pedido de retificação dos prazos inicialmente concedidos na portaria de credenciamento institucional para oferta de cursos a distância. Esta avaliação resultou no Relatório n.º 730/2005-MEC/SESu/DESUP/COSI, de 24 de novembro de 2005 (anexo IV), em que a comissão, após verificar *in loco* a oferta dos cursos superiores a distância oferecidos pelo Centro Universitário Claretiano, teve parecer favorável e aprovação do prazo inicialmente concedido na portaria de credenciamento do CEUCLAR para a oferta de cursos superiores a distância, além de reconhecer a qualidade da EAD ofertada na instituição.

Ainda em 2005, o Centro Universitário em questão foi avaliado para oferta de seus cursos superiores a distância em outras unidades da federação, visto que seu credenciamento institucional limitava suas ações em EAD ao território paulista e o resultado deste processo foi a Portaria nº 557, de 20 de fevereiro de 2006 (publicada no D.O.U. em 21 de fevereiro de 2006). Nesse documento (vide anexo III), o Centro Universitário Claretiano fica autorizado a

estabelecer parcerias com instituições para realização de momentos presenciais, ofertando seus cursos à distância em pólos em outras unidades da federação.

No final do primeiro semestre de 2006 o Claretiano solicitou ao MEC o reconhecimento de seis de seus doze cursos de graduação oferecidos na modalidade à distância naquele período: Programa Especial de Formação Pedagógica, com habilitação em Matemática, Filosofia, Letras e Biologia, e dos cursos de Pedagogia; Licenciatura em Pedagogia com habilitações em Magistério da Educação Infantil e Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, e Licenciatura em Pedagogia com Habilitações em Administração, Orientação e Supervisão Escolar do Ensino Fundamental e Médio). Obteve recomendação para reconhecimento de todos os cursos avaliados, tendo publicadas todas as portarias de reconhecimento dos cursos supracitados:

Reconhecimento do curso de Pedagogia, licenciatura, habilitação em Administração, Orientação e Supervisão Escolar do Ensino Fundamental e Médio, na modalidade a distância - Portaria nº 991, de 29 de novembro de 2006 (publicada no D.O.U. em 1 de dezembro de 2006) (Anexo V).

Reconhecimento do curso de Pedagogia, licenciatura, habilitação em Magistério da Educação Infantil e das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, na modalidade a distância - Portaria nº 992, de 29 de novembro de 2006 (publicada no D.O.U. em 1 de dezembro de 2006) (Anexo V).

Reconhecimento do Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes em Letras - Língua Portuguesa - Portaria nº 1.137, de 26 de dezembro de 2006 (publicada no D.O.U. em 27 de dezembro de 2006) (Anexo VI).

Reconhecimento do Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes em Filosofia - Portaria nº 77, de 25 de janeiro de 2007 (publicada no D.O.U. em 29 de janeiro de 2007) (Anexo VII).

Reconhecimento do Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes em Matemática - Portaria nº 395, de 8 de Maio de 2007 (publicada no D.O.U. em 9 de maio de 2007) (Anexo VIII).

Reconhecimento do Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes em Biologia - Portaria nº 409, de 15 de maio de 2007 (publicada no D.O.U. em 16 de maio de 2007) (Anexo IX). (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, 2005).

No ano de 2006, atendendo ao que propõe a Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Licenciatura em Pedagogia, o Claretiano reformulou suas duas ofertas de Licenciatura em Pedagogia, transformando seus cursos em uma única oferta: o curso de Licenciatura em Pedagogia, atendendo às orientações emanadas pelo Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação.

Outra ação implantada no Programa de EAD desse centro universitário, em 2006, foi a realização da Avaliação Institucional *online*. Como regularmente acontece, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) implanta as ações de avaliação institucional no CEUCLAR. Ao

final de cada semestre, há uma nova etapa de avaliação, contemplando a análise das disciplinas cursadas no período. Conforme o documento (PDI, 2005), simultaneamente a essa atividade, a CPA disponibilizou aos alunos de EAD uma nova forma de responder a esta avaliação, utilizando o Sistema Gerenciador de Aprendizagem, o que proporcionou mais rapidez e agilidade na gestão dos resultados. Trata-se da disponibilidade, para os alunos, de um ambiente *online* de testes e, posteriormente, da implantação e fase de coleta de dados. Segundo a instituição, essa avaliação, elaborada com questões objetivas e subjetivas, visou a repensar os modos de atuação, os objetivos e os resultados possibilitados pelas ações realizadas para os cursos de graduação e pós-graduação na modalidade EAD e permitiu identificar problemas, corrigir eventuais erros e introduzir mudanças na qualidade dos cursos.

2.3 Perfil do CEUCLAR

O nome do Centro Universitário Claretiano deriva de Santo Antônio Maria Claret, missionário espanhol, nascido em Sallent (Barcelona), em 1807, fundador da Congregação de Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria, também conhecidos como Missionários Claretianos, que conta hoje com aproximadamente três mil e cem integrantes espalhados por sessenta e quatro países. Segundo Mazula²⁷, a instituição tem o objetivo de “anunciar, por todos os meios possíveis, no Serviço Missionário da Palavra, o Evangelho de Jesus Cristo a todo o mundo”. Essa congregação, segundo o autor, desenvolve outras atividades apostólicas como paróquias, educação (colégios, faculdades, escolas eclesiásticas, formação de leigos, agentes de pastoral e voluntários), missões, meios de comunicação social e obras sociais. Esses trabalhos se estendem pelos estados de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Alagoas, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Rondônia.

Na educação, sabe-se que toda organização busca alcançar seus objetivos, por isso define uma missão institucional, com base numa visão de futuro e valores. Todo referencial utilizado no planejamento estratégico, tanto do ponto de vista administrativo como pedagógico parte, portanto, da missão, de uma visão de mundo que é a fonte inspiradora de toda ação educativa da Instituição de Ensino Superior.

²⁷ Informação verbal em 2007.

Diante da grande diversidade de modelos de educação a distância praticada em todo o mundo, torna-se necessário apresentar os princípios e fundamentos que consolidam o modelo Claretiano, objeto desta pesquisa, e seus desdobramentos pedagógicos nascidos de uma visão de mundo inspirada na missão institucional.

O modelo de EAD Claretiano, ademais de todas as questões de inovação tecnológica e pedagógica, caracteriza-se pela missão institucional – que diz respeito exclusivamente ao Centro Universitário Claretiano – “inspirada em valores éticos e cristãos e na procura do sentido pleno para a vida”, segundo a instituição, por isso diferencia-se dos demais. Para a instituição, a eficácia e eficiência de seu modelo de EAD (estratégias e projeto pedagógico – da EAD e de cada curso) são adequadas na medida em que cumprem a missão institucional:

A Missão do Centro Universitário Claretiano, inspirada nos valores éticos e cristãos e no carisma Claretiano, consiste em capacitar a pessoa humana para o exercício profissional e para o compromisso com a vida mediante uma formação integral; missão que se caracteriza pela investigação da verdade, o ensino e a difusão da cultura, que dão pleno significado à vida Humana (Projeto Educativo Claretiano, p. 17).

A própria instituição analisa as implicações preliminares da missão e como seus valores implícitos se relacionam com a EAD:

2.3.1 Missão do Centro Universitário Claretiano: inspirada nos valores éticos e cristãos

Os valores institucionais são dados pela tradição da Igreja católica, ou seja, são pautados em princípios éticos do cristianismo. O humanismo é o ponto de partida da atividade universitária do Claretiano e por isso, todos os cursos antes de tudo são planejados a partir de uma base filosófica (existencial e teleológica) e somente depois disto em questões técnicas. Dessa forma, a Educação a Distância faz uso das novas tecnologias tendo em vista o humanismo e a ética do cristianismo, não se reduz em nenhum momento a uma educação tecnicista, de massa, positivista e impessoal.

2.3.2 *E no Carisma Claretiano:*

O Carisma Claretiano é pautado na experiência da vivência da boa nova de Jesus Cristo por Santo Antônio Maria Claret²⁸. O Claretiano deve buscar o que é mais urgente, oportuno e eficaz para formação do aluno, por todos os meios possíveis²⁹, buscando a maior Glória de Deus³⁰ e a salvação³¹ humana. O carisma Claretiano é marcado pela dimensão missionária, ou seja, cada um dos agentes do processo educativo é impelido e a anunciar a boa notícia, a plenitude humana, por meio da Educação e da Graça de Deus. Nesta missão cada educador deve se valer de todos os meios possíveis, por isso os recursos tecnológicos e as novas metodologias estão plenamente alinhados a missão institucional. Dessa forma, a Educação a Distância é uma forma de atualização do carisma missionário Claretiano.

2.3.3 *Consiste em Capacitar a Pessoa Humana*

A educação tem por finalidade tornar o ser humano capaz de superar-se. Quando pensamos em capacitação desejamos desenvolver aptidões, ou seja, munir os partícipes do processo educativo com uma série de domínios cognitivos, habilidades e atitudes que o tornem “capaz” de se realizar enquanto pessoal. A formação é destinada a pessoa humana, ou seja, não é exclusiva aos alunos, mas a professores, tutores, equipes técnicas, funcionários

155

²⁸ Antonio Maria Claret é o fundador da Congregação dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria, também conhecidos como Missionários Claretianos. Claret foi um padre espanhol que se destacou por sua atividade de evangelização itinerante e zelo apostólico, por isso foi eleito primeiro bispo de Cuba, onde se destacou por sua forte ação social e difusão da cultura. No fim de sua vida voltou para a Espanha onde foi perseguido e morreu exilado em um mosteiro da França. Claret foi canonizado no ano de 1950, e recebeu o título de apóstolo da imprensa, pela grande difusão do de livros e opúsculos.

²⁹ As Constituições da Congregação Claretiana, ou seja, a norma máxima dos Missionários Claretianos propõe o imperativo de não medir esforços para alcançar a realização da missão. O termo “todos os meios possíveis” nos impele a buscar a permanente atualização dos recursos estratégicos, as novas tecnologias, os novos contextos. Assim, compreendemos que tal termo denota a pertinência da tecnologia para o cumprimento da missão.

³⁰ A tradição católica em Santo Irineu, afirma que a glória de Deus é que o homem viva plenamente, desenvolvendo todas as suas potencialidades.

³¹ O termo salvação não tem aplicação escatológica no contexto educativo. A salvação do ser humano é a significação da realidade, a plenificação do tempo presente, a atualização permanente da salvação de Cristo e a realização do ser humano aqui e agora pela ação da Graça de Deus. Nesse sentido a educação colabora para a compreensão da Salvação (Projeto Educativo Claretiano).

técnicos administrativos, enfim, toda comunidade educativa. Todos os seres humanos são passíveis de permanente formação.

2.3.4 Para o Exercício Profissional

A formação deve voltar-se para a excelência do educando enquanto profissional. Segundo Mezsaros (2005), a educação tem um papel soberano na elaboração de técnicas específicas e próprias para transformar as condições de reprodução e também para a mudança do indivíduo para realizar a reformulação de uma ordem social. O trabalho é uma forma de ser no mundo, é um caminho de realização e de transformação da realidade. Pelo trabalho o ser humano dá continuidade a criação, significa a realidade, plenifica o mundo que o rodeia. O exercício profissional tem forte caráter social e comunitário, é a forma de que cada educando atue no mundo e promovendo a pessoa humana³².

2.3.5 E para o Compromisso com a Vida

Os processos formativos profissionais só terão validade e alcançarão seu objetivo se refletirem na vida. A aplicabilidade dos conhecimentos na existência de cada indivíduo é crucial para que o educando não caia no vazio de um conhecimento estéril e inútil, que não toca a vida. Portanto, todo conhecimento deve ser relacionado e articulado com a vida, está é a meta de alunos e professores na realização de seus estudos.

³² Pessoa humana pode soar redundante, contudo tal expressão agrega dois conceitos fundamentais o de pessoa e de humanidade.

2.3.6 Mediante uma Formação Integral

Por formação integral compreendemos a busca do pleno desenvolvimento de todas as dimensões da pessoa. A educação universitária tem o desafio de plenificar as dimensões psíquicas, biológicas, cognitivas e espirituais. Trata-se de um processo de permanente superação, onde cada um deve ir além de si, superar-se.

2.3.7 Missão que se Caracteriza pela Investigação da Verdade

“A verdade vos libertará” (Jo 8,32), este é o lema institucional. A investigação, a pesquisa, o rigor e o estudo - na busca de conhecimento - fazem parte da essência da universidade na tríade ensino, pesquisa e extensão. A natureza de toda e qualquer investigação é o desvelamento da verdade. A alegria de procurar a verdade, de descobri-la e de comunicá-la, em todos os campos do conhecimento. Sua tarefa privilegiada é unificar existencialmente, no trabalho intelectual, duas ordens de realidade que, não raro, tende-se a opor, como se fossem antitéticas: a investigação da verdade e a certeza de conhecer, já, a fonte da verdade. (João Paulo II, citado no CEUCLAR, 1990, p. 18)

Nesse contexto, a instituição entende que cabe ao Claretiano,

Proclamar o sentido da verdade, valor fundamental sem o qual se extinguem a liberdade, a justiça e a dignidade do homem. Em prol duma espécie de humanismo universal, a universidade católica dedica-se, totalmente, à investigação de todos os aspectos da verdade, no seu nexos essencial com a Verdade suprema, que é Deus. (CEUCLAR, 1990, p. 18)

As novas tecnologias e metodologias utilizadas na EAD permitirão aos agentes do processo educativo a investigação da verdade no contato com pessoas de diversas regiões do Brasil, além de possibilitar pela internet um campus vastíssimo de contato com informações das mais diversas culturas. O modelo de EAD Claretiano possibilita e motiva a multiculturalidade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade.

2.3.8 O Ensino e a Difusão da Cultura

O Centro Universitário Claretiano preocupa-se com a excelência do ensino, a transmissão dos valores e dos conhecimentos produzidos na história da humanidade, tendo em vista a cultura, ou seja, a possibilidade de receber o que foi produzido por outros, mas ao mesmo tempo de produzir a cultura. Dessa forma, no termo cultura compreendemos a herança da sociedade que nos precede e ao mesmo tempo a reformulação dinâmica da realidade.

Promove a cultura, mediante a atividade de investigação, ajuda a transmitir a cultura local às gerações sucessivas, mediante o ensino, favorece as iniciativas culturais, com os próprios serviços educativos. Ela está aberta a toda a experiência humana, disposta ao diálogo e à aprendizagem de qualquer cultura. A universidade católica deve tornar-se cada vez mais atenta às culturas existentes na Igreja, na maneira de promover um contínuo e proveitoso diálogo entre o Evangelho e a sociedade de hoje. Entre os critérios que distinguem o valor duma cultura, está em primeiro lugar, o sentido de pessoa humana, sua liberdade, sua dignidade, seu sentido de responsabilidade e sua abertura ao transcendente. Ao respeito da pessoa está unido o valor eminente da família, célula primária de toda a cultura humana.

2.3.9 Que dão Pleno Significado a Vida Humana

A plenitude será alcançada na medida em que a significação consciente da realidade for realizada. Por meio da liberdade e da responsabilidade o ser humano faz história e busca sua realização por meio de uma vida feliz. A confluência entre ética, estética e política são as bases de uma vida feliz e a universidade deve dar elementos para que cada sujeito busque a realização dessas dimensões.

À luz da missão, compreendemos que cada ser humano é um ser único, irrepetível, constituído das dimensões biológica, psicológica, social, unificadas pela dimensão espiritual, capaz de alcançar a plenitude por meio da constante superação de si e pela transcendência. O ser humano é ser de relação, aberto para o mundo, capaz de construir sua liberdade de maneira concreta e responsável. Portanto, o homem é ser de cultura, recebe dela sua maneira de ser, é educável, porém é capaz de personalizar-se, capaz de se torna agente de seu próprio

destino pessoal e social, transformando e atuando com discernimento na história (PROJETO EDUCATIVO CLARETIANO, p. 18).

É com base nessa visão de mundo e de pessoa humana que a gestão do ensino superior a distância do Centro Universitário Claretiano se diz estar centrada na busca da superação do neoliberalismo, em que o mercado é o princípio fundador, unificador e auto-regulador da sociedade. Segundo Libâneo (2007, p. 111-112),

[...] na ótica economicista e mercadológica, presente na atual reestruturação produtiva do capitalismo, o desafio essencial da educação consiste na capacitação da mão-de-obra e na e qualificação dos trabalhadores, para satisfazer as exigências do sistema produtivo e formar o consumidor exigente e sofisticado para um mercado diversificado, sofisticado e competitivo. Trata-se, portanto, de preparar trabalhadores/consumidores para os novos estilos de consumo e de vida moderna. O cidadão eficiente e competente, nessa ótica, é aquele capaz de consumir com eficiência e sofisticação e de competir com seus talentos e habilidade no mercado de trabalho

Ao analisar essa observação de Libâneo, a instituição se posiciona e afirma que

[...] não se trata de demonizar o mercado, mas sim de humanizar o mercado. Diante da formação de pessoas e da busca da excelência em educação, há que se zelar pelo ideário ético e pela solidez da formação humanística presente advinda da tradição Católica. (Projeto Educativo Claretiano, p. 19).

2.4 Processo de Implantação

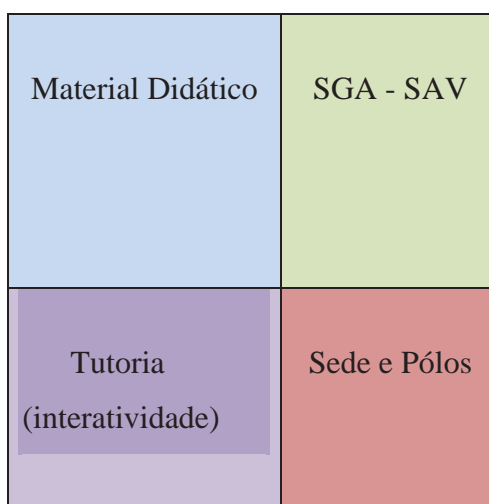
A educação a distância caracteriza-se pelo alto nível de sistematização e planejamento das atividades de ensino e aprendizagem. Diante dos vários elementos norteadores da atividade educativa, o Centro Universitário Claretiano propõe uma cadeia de valores em que apresenta os processos matriciais para a articulação da atividade educativa a distância.

2.4.1 O Modelo de EAD Claretiano

O ponto de partida para o estudo do aluno é o material didático, desenvolvido e elaborado por uma equipe multidisciplinar. O material didático aponta para um caminho de

estudo, contudo todos os sujeitos envolvidos no processo têm autonomia relativa para propor novos temas, dar novas ênfases, estabelecer níveis diversos de leitura.

O modelo de Educação a Distância do Centro Universitário Claretiano é sustentado por quatro elementos pedagógicos que se articulam numa relação de autodependência e comunicação, que são os alicerces do seu modelo de EAD:



Quadro 8 – Modelo de Educação a Distância Claretiano

Elaborado pela autora

O Material Didático Mediacional (MDM) é um dos elementos essenciais da Educação a Distância (EAD). O MDM Constitui a porta de entrada para o ensino-aprendizagem pela mediação professor-aluno, é a mola propulsora dos processos de estudo a distância. É por meio dele que o professor-tutor e seus alunos iniciarão uma comunidade de construção colaborativa do conhecimento.

Segundo a instituição, o MDM deve despertar a curiosidade do aluno, direcionar sua atenção para textos complementares, relacionar a teoria estudada à prática da realidade do mundo do trabalho, instigar a interação entre os participantes, propor estratégias de estudo sistemático e rigoroso, indispensáveis para a construção do conhecimento (PDI, 2010, p.22).

Todo conteúdo e abordagem do MDM nascem do projeto pedagógico do curso, é nele e na relação entre cada uma das disciplinas e objetivos de cada curso, que estão as bases para definição das estratégias de *design* instrucional em parceria com a equipe multidisciplinar, envolvidos num processo de produção editorial de acordo com normas internacionais. Dessa forma, não há um padrão único, cada curso tem sua especificidade e estratégias distintas de abordagem.

A instituição estabelece que “toda unidade de estudo deve propiciar o desenvolvimento de competências, com objetivos claros e estratégias de verificação da apreensão de conhecimento, possibilitando a auto-avaliação dos alunos”. Por competência compreende-se “a apreensão cognitiva de informações, a habilidade de desempenhar uma atividade aplicando o conhecimento adquirido e a atitude de se posicionar de forma ética e crítica frente à teoria e à prática” (PDI 2010, p. 23). De acordo com o documento, o domínio cognitivo é fruto da apreensão das informações por meio do estudo rigoroso dos textos, vídeos, imagens; a consolidação das habilidades é evidenciada numa atividade proposta em *portfólio*, onde o aluno deverá desempenhar de maneira sistemática a aplicação da teoria estudada.

O Plano de Desenvolvimento Institucional afirma que “a atitude ético-crítica será trabalhada em cada uma das interatividades dos *fóruns*, onde o aluno será instigado a se expressar, a contrapor idéias, questionar e refletir em comunidade” (PDI 2010, p. 24). Segundo o documento, todo o material é construído tendo em vista o Sistema Gerenciador de Aprendizagem e a Sala de Aula Virtual (SGA-SAV) e as estratégias de tutoria. É no MDM que descrevem com precisão o caminho de estudos que cada aluno e professor deverão percorrer.

O MDM pode ser impresso, em vídeo, em cd, DVD, ou ainda totalmente *on-line*, dependendo da especificidade do curso e do tipo de abordagem pedagógica dos conteúdos.

2.4.2 O Sistema Gerenciador de Aprendizagem e a Sala de Aula Virtual

O Sistema Gerenciador de Aprendizagem – Sala de Aula Virtual (SGA – SAV) é o local onde os alunos formam uma comunidade. O conceito e a vivência da comunidade, segundo a instituição, é algo imprescindível para a tradição cristã, e por isso, mesmo a distância, alunos, professores e tutores são chamados a formar uma comunidade.

Dentro do modelo de EAD Claretiano, conforme o ponto de vista institucional, a vivência em comunidade é imprescindível e o aluno não poderá seguir seus estudos de maneira auto-instrucional, apenas respondendo questões e enviando a seu professor; o processo dialógico deve ser permanente na comunidade virtual de aprendizagem.

O SGA-SAV é um software proprietário desenvolvido pelo Centro Universitário Claretiano e que permite o desenvolvimento de atividades síncronas e assíncronas³³, por meio de uma grande diversidade de ferramentas mais acessíveis, amistosas e eficientes que os atuais *softwares* livres disponíveis, como o *Moodle*³⁴ e *Teleduc*³⁵. Possibilita a confluência de mídias e recursos de web 2.0, dessa forma, ferramentas como fóruns, chats, portfólio, lista de discussão, mural de recados, agenda, salas de audioconferência e videoconferência, são espaços privilegiados de vivência da dimensão comunitária da vida universitária a distancia. Os tutores acompanham os alunos por meio dos instrumentos da sala de aula virtual (SAV), registrando todos os passos de alunos e tutores no SGA (Sistema Gerenciador de aprendizagem).

O SGA (Sistema Gerenciador de Aprendizagem) garante a acessibilidade entre alunos e professores e também entre alunos e alunos. Um dos motores para o bom andamento do curso é a intercomunicação entre os sujeitos. Por isso, há possibilidade de discussão assíncrona e síncrona via ambiente virtual mediante fóruns, chats, listas de e-mail, recados, portfólio e ainda utilização de *softwares* disponíveis na internet, como, por exemplo, *MSN* e *skype*.

A partir do uso de tecnologias na educação, o Centro Universitário Claretiano declara procurar “desenvolver uma relação de aprendizagem colaborativa: alunos e professor/ tutor são co-responsáveis pelo bom desenvolvimento do processo de ensino, pesquisa e aprendizagem” (PDI 2010, p. 22 e seguintes).

155

³³ Atividade Síncrona é quando professor e aluno estão em aula ao mesmo tempo. Exemplos de recursos síncronos: Telefone, Chat, Vídeo-conferência, Web conferência.

Atividade Assíncrona é quando professor e alunos não estão em aula ao mesmo tempo. Exemplos de recursos assíncronos: e-mail e fórum. No e-learning assíncrono com professor, este irá responder dúvidas, participar de discussões em momentos diferentes do tempo. Exemplo: o aluno publica uma pergunta às 9h00 e o professor responde às 17h00. A grande diferença no assíncrono é que o tempo é “elástico” – o oposto de rígido, no síncrono – e cada aluno pode fazer o curso em seu tempo, hora, velocidade.

³⁴ Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (Moodle) é um *software* livre, de apoio à aprendizagem, executado num ambiente virtual. A expressão designa ainda o *Learning Management System* (Sistema de gestão da aprendizagem) em trabalho colaborativo baseado nesse programa. Em linguagem coloquial, o verbo *to moodle* descreve o processo de navegar despreziosamente por algo, enquanto faz-se outras coisas ao mesmo tempo.

³⁵ O TelEduc é um ambiente de educação a distância pelo qual se pode realizar cursos através da Internet. Está sendo desenvolvido conjuntamente pelo Núcleo de Informática Aplicada à Educação (NIED) e pelo Instituto de Computação (IC) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

2.4.3 A Tutoria

Tutoria é o processo de orientação e formação da comunidade educativa virtual com o uso do MDM com base nas possibilidades de comunicação e interação do SGA-SAV. O trabalho de tutoria em educação a distância (EAD) pressupõe o estabelecimento de uma comunicação efetiva entre docentes e alunos, para que se crie um ambiente virtual de real aprendizagem. No Claretiano existem dois tipos de tutores, os tutores presenciais, aqueles que acompanham os alunos nas atividades presenciais nos pólos e em plantões durante a semana e tutores a distância, ou seja, aqueles que acompanham os alunos em cada uma das disciplinas e nas atividades no ambiente virtual.

Para Lima (s/d),

É fundamental para isso que todos os personagens envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem estejam motivados e comprometidos com os objetivos do projeto didático-pedagógico. Na educação a distância criar esse ambiente de aprendizagem é uma tarefa bem mais complexa do que a criação de um ambiente interativo presencial entre alunos e o professor. O aluno está distante fisicamente do professor, e é preciso criar uma infra-estrutura que permita a máxima interação possível entre os personagens responsáveis diretamente pelo processo de ensino e de aprendizagem. Neste contexto o tutor assume uma posição de destaque. É ele que atua junto ao aluno com a responsabilidade de orientá-lo e acompanhá-lo no desenvolvimento dos seus estudos, auxiliando-o no sentido da aquisição de estratégias de aprendizagem, ajudando-o a adquirir autonomia de estudo e práticas auto-avaliativas. LIMA, Rosângela Lopes. A tutoria: uma importante função na implementação de projetos de qualidade em EAD.

Os processos educativos dos cursos a distância do CEUCLAR se dizem centrados no aluno. Dessa forma, o aluno deve ser o protagonista do processo. O professor/tutor nessa relação tem por missão ser um incentivador, um motivador. A palavra tutor quer dizer, segundo o dicionário Houaiss de língua portuguesa, aquele que governa, que dirige, que vigia, que cuida, que controla. Tal designação remete ao conceito de professor da escola tradicional. Talvez não seja a nomenclatura mais adequada, contudo é a que mais se aproxima do ideal de acompanhante. Segundo a instituição, a missão do professor tutor, é estar junto, caminhar junto ao aluno, para que ele sinta a presença protetora e estimulante, sendo referência que motiva e instiga a questionar e promover uma busca contínua de conhecimento. (PDI, 2010) Cabe ao tutor potencializar as competências de cada aluno rumo ao desenvolvimento de todos os envolvidos no processo educativo. Sob o ponto de vista dos idealizadores do projeto de EAD, “o professor não é o centro do processo; ao contrário, deve gravitar ao redor de vários

centros, ou seja, de cada um dos alunos”. Dessa forma, a instituição procura oferecer um acompanhamento individualizado, pessoal e exclusivo para cada aluno.

Todos os alunos contam com tutoria no ambiente virtual e, também, podem entrar em contato com o professor via 0800, fax, ou ainda, via correio. Essas possibilidades de comunicação são pertinentes, pois favorece os desprovidos dos benefícios da internet, bem como os que procuram uma aproximação ou esclarecimento imediato.

O papel do tutor é amplamente discutido pela literatura de EAD e é inegável a importância desse agente para o auxílio aos alunos. No modelo Claretiano, os alunos contam com tutores presenciais (em cada um dos pólos) e tutores a distância (para cada uma das disciplinas). Esse contato pessoal com professores, exercendo função de tutoria é um espaço privilegiado para sanar dúvidas, dirimir equívocos e motivar os estudos.

A tutoria visa garantir o processo de personalização do atendimento aos alunos. De acordo com a instituição, no ambiente virtual, “cada aluno é tratado como pessoa humana única e irrepetível”, cabendo ao tutor potencializar a originalidade, a criatividade e personalidade de cada aluno. Ainda de acordo com o documento, o que possibilita a busca da autonomia, da emancipação e da liberdade para o desenvolvimento pleno de todas as capacidades dos alunos (PDI 2010)

Ao observar esses aspectos, admite-se que a tutoria pode ser um espaço privilegiado de orientação e supervisão das relações dialógicas, reflexivas, críticas de comum união da comunidade de aprendizagem colaborativa na investigação da verdade e na construção do conhecimento. Pode ser um espaço de solidariedade, colaboração e convivência pacífica, onde pessoas buscam o desenvolvimento pessoal e comunitário.

2.5 Análise e Descrição: Resultados da Coleta de Dados

A pesquisa referente aos questionários teve como participantes 73 sujeitos, sendo 06 coordenadores, 28 docentes, 31 discentes, 08 funcionários envolvidos no processo de EAD, entre eles, 05 secretários, 04 assistentes de coordenação, com as seguintes características explícitas no quadro a seguir:

| | |
|--------------------------------------|--|
| Idade | 28 a 60 anos |
| Gênero | 55 mulheres e 18 homens |
| Estado civil | 51 casados, 16 solteiros, 5 divorciados, 1 viúvo; |
| Nível de instrução | 36 especialização, 19 graduação, 9 mestrado, 8 doutorado, 1 não informado; |
| Cidades em que residem | 05 em Batatais e os outros em diferentes cidades como: Bragança Paulista /SP, Mogi das Cruzes/SP, Franca/SP, Piracicaba/SP, Mauá/SP, São Paulo/SP, Serra Azul/SP, Rio Claro/SP, Taguatinga/DF, Anápolis/GO e Burity/RO; |
| Horas diárias de trabalho | 06 (12 horas), 14 (08 horas), 07 (4 horas), 07 (06 horas), 03 (não informado); |
| Tempo de trabalho no Ensino Superior | 18 (até 03 anos), 06 (de 04 a 07 anos), 06 (de 8 a 15 anos) e 06 com mais de 15 anos; |
| Tempo de trabalho com EAD | 22 (até 3 anos), 08 (de 03 a 07 anos) e 06 (mais de 7 anos) |
| Área de formação | 29 Pedagogia e Educação), 07 (Ciências Biológicas), 08 Gestão Ambiental), 05 (Ciências contábeis), 06 (Fisioterapia), 05 (Filosofia), 01 (Serviço Social), 01 (Logística), 03 (Comercio Exterior), 06 História 01 (Administração de Empresas e 02 (não informado). |

Quadro 9 – Relato dos sujeitos da pesquisa - elaborado pela autora

2.5.1 Relato dos Dados dos Coordenadores

| | |
|---|---|
| 1. Como você avalia a EAD antes e depois de suas experiências com a modalidade? | |
| <p style="text-align: center;">Visão da EAD antes da experiência</p> <ul style="list-style-type: none"> - Visão vaga da EAD, distante; - Não acreditava. | <p style="text-align: center;">Visão depois da experiência</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os alunos que se destacam nos concursos públicos; - Colabora para o cenário educacional. |
| 2. No seu ponto de vista, quais as limitações da EAD e quais as possibilidades que ela proporciona ao estudante adulto? | |
| Limitações | Possibilidades |
| <ul style="list-style-type: none"> - Preconceito e atitudes tradicionalistas em relação às tecnologias na Educação; - Despreparo para as novas tecnologias; - Falta de seriedade. | <ul style="list-style-type: none"> - Proporciona a inclusão digital, quebra as limitações, cria autonomia do conhecimento e forma pesquisadores. |
| 3. Quantos modelos você conhece de EAD? Poderia caracterizá-los? | |
| <ul style="list-style-type: none"> - Alguns que diferem quanto à organização e currículo, sentindo um grande diferencial no CEUCLAR; - Seis. Usados em instituições diferentes, suas metodologias e ferramentas, sendo diferentes em alguns e outras bem parecidas. As Instituições são UBRA, UAB, CEUCLAR, EADUCON, ESAB E AQUIFOLIUM. | |
| 4. Quais aspectos você percebe que podem ser aprimorados na qualidade de EAD? | |
| <ul style="list-style-type: none"> - Excluir a vídeoaula (entendiante) e aprimorar uma web aula para melhorar a comunicação professor/aluno; - Personalizar a Educação EAD, desvincular educação EAD de educação tradicional. | |
| 5. Qual o perfil do aluno que você, com sua experiência na EAD, conseguiu definir? | |
| <ul style="list-style-type: none"> - Ainda um aluno dependente de certa forma, da presença do professor; - Mais preparado para lidar com a diversidade, para atuar na escola e na sociedade; - Com mais facilidade para os debates, com maior competência para se organizar. | |
| 6. Qual o papel social que o professor acredita desempenhar trabalhando na EAD? | |
| <ul style="list-style-type: none"> - A formação do professor, habilitado a ter compromisso com as mudanças; - Ser crítico da realidade, da Educação e da humanidade; - Interventor motivador e instrutor do processo de ensino. | |
| 7. Qual o impacto do uso da tecnologia no aprendizado do aluno nessa modalidade e quais as limitações desse uso? | |
| <ul style="list-style-type: none"> - O medo de não conseguir desempenhar as competências para o domínio das ferramentas tecnológicas e as ferramentas do ambiente virtual de aprendizagem. | |

| | |
|--|--|
| 8. Como o modelo instrucional que você conhece funciona em termos pedagógicos e de eficiência de aprendizagem? | |
| <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvendo a interação dos alunos; - Usando diferentes ferramentas: fóruns de discussão, portfólio de atividades, atendimento pelo 0800, e demais ferramentas de suporte pedagógico constantes em cada SAV (Sala de Aula Virtual). | |
| 9. Como você avalia a política pública que incentiva o fomento de cursos de formação de pessoas adultas nessa modalidade, em universidades públicas como privadas? | |
| <ul style="list-style-type: none"> - Investimento na modalidade; - Capacitação de professores; - Um país democrático com educação para todos. | |
| 10. Quais as possibilidades que se abrem no mercado de trabalho para uma pessoa formada em cursos pela modalidade EAD e quais os impedimentos? | |
| Possibilidades | Impedimentos |
| - Aproveitamento não só no curso, mas em termos de mão de obra em tecnologia. | - Preconceito e medo em relação à modalidade e à tecnologia. |

Quadro 10 - Relato dos sujeitos da pesquisa - coordenadores - Elaborado pela autora

2.5.2 Relato dos Dados dos Docentes

| 1. Como você avalia a EAD antes e depois de suas experiências com a modalidade? | |
|--|--|
| <p style="text-align: center;">Visão da EAD antes da experiência</p> <ul style="list-style-type: none"> - Visão vaga da EAD; - Idéia de que não correspondia à consistência do Ensino presencial; - Visão preconceituosa a respeito; - Desconhecimento da modalidade; - Vulgarmente conhecido como “pega diploma”; - Como algo distante a ser implantado. | <p style="text-align: center;">Visão depois da experiência</p> <ul style="list-style-type: none"> - Maior interatividade exigida aos professores; - Melhor administração do tempo; - Cria necessidade de formação continuada; - Preocupação pedagógica e acadêmica; - Contato direto com as diferentes linhas de pesquisa; - As tecnologias nada mudam com o compromisso social; - Desafia a disciplina, a autonomia e o conhecimento tecnológico; - Necessidade de seriedade e comprometimento; - Visão de modelo de excelência no CEUCLAR - Exige muito do docente e do discente, aluno mais responsável, menos passivo; - Modalidade de ensino construtiva, não deixando nada a desejar diante do ensino presencial; - Uma das formas de melhor acesso à Educação no país. |
| 2. No seu ponto de vista, quais as limitações da EAD e quais as possibilidades que ela proporciona ao estudante adulto? | |
| Limitações | Possibilidades |
| <ul style="list-style-type: none"> - Acesso à conexão “banda larga”; - O vínculo pessoal não é trabalhado; - Falta de acesso ao equipamento adequado; - Reduzido número de encontros presenciais; - Falta de preparo e autonomia para esta modalidade. | <ul style="list-style-type: none"> - Acesso com mais facilidade à Educação e ao Ensino Superior garantindo o direito previsto em lei; - Autonomia na busca de conhecimento; - Um salto de qualidade na vida das pessoas e na sociedade brasileira; - Criação de um ciclo virtuoso e dinâmico de contaminação saudável entre o que utilizam as ferramentas de aprendizagem disponíveis nas SAV; - Oportunidade de educação com qualidade nas condições que possa cumprir com o planejamento do curso e pessoal; - Assincronicidade do estudo – poder se conectar a qualquer momento e de qualquer lugar; - Flexibilidade do adulto que trabalha; - Contato e bom uso da tecnologia da informação. |

| |
|---|
| 3. Quantos modelos você conhece de EAD? Poderia caracterizá-los? |
| <ul style="list-style-type: none"> - Escola Vianet, SGA-SAV, EDUEAD. - semipresenciais; - Utilizam apostilas; - Só conheço o do Claretiano; - Conheço o Moodle e o do Claretiano; - Graduação, pós, extensão e Mestrado. |
| 4. Quais aspectos você percebe que podem ser aprimorados na qualidade de EAD? |
| <ul style="list-style-type: none"> - Aprimorar encontros presenciais; - Didática e procedimentos de avaliação; - Valorização e formação do professor EAD; - Realização de eventos pedagógicos e científicos; - Melhor interação entre professor e aluno. |
| 5. Qual o perfil do aluno que você, com sua experiência na EAD, conseguiu definir? |
| <ul style="list-style-type: none"> - Alunos mais maduros, comprometidos; - Alunos proativos, independentes; - Adulto que trabalha durante a semana toda, tem família e quer aprender mais, melhorar sua vida; - Aluno responsável, comprometido com suas tarefas e muito exigente. |
| 6. Qual o papel social que o professor acredita desempenhar trabalhando na EAD? |
| <ul style="list-style-type: none"> - De mediador, orientador, facilitador; - Mediador do conhecimento, orientador de idéias; - Oferecer possibilidade de atuação cidadã, transformador de sua realidade, consciente e crítico; - Transmitir conhecimento que ele esteja apto a desenvolver seu papel na sociedade; - O mesmo papel que devem ter todos os professores: comprometimento social com a profissão; - Estabelecer relações humanas, valorização do aluno, desenvolvimento de senso de coesão, incentivo. |
| 7. Qual o impacto do uso da tecnologia no aprendizado do aluno nessa modalidade e quais as limitações desse uso? |
| <ul style="list-style-type: none"> - Já há enorme número de pessoas com conhecimento da tecnologia, e as que ainda não a dominam terão de conhecer, pois a vida hoje exige e não só a EAD; - O impacto é acompanhar as novas tecnologias que aparecem constantemente; - Desafio enorme de aprender sempre mais, processo natural do ser humano, com maior exigência atualmente; - Usar a tecnologia na busca de informações para transformá-las em conhecimento interpretando, selecionando, criticando e fazendo uso em seu benefício e em benefício coletivo; |
| 8. Como o modelo instrucional que você conhece funciona em termos pedagógicos e de eficiência de aprendizagem? |
| <ul style="list-style-type: none"> - Funciona bem, através de material bem elaborado e coeso; - Democrática, pois dá liberdade de ação no aprendizado; - Atuando como uma ferramenta de aprendizagem eficiente e que proporciona o ensino desejado; |

| | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Modelo pedagógico rico, baseado em pressupostos teóricos sólidos. Funciona pela constante preocupação dos coordenadores, age com as propostas humanitárias; - Aprimorando a mediação e abordagem educativa. | |
| <p>9. Como você avalia a política pública que incentiva o fomento de cursos de formação de pessoas adultas nessa modalidade, em universidades públicas como privadas?</p> | |
| <ul style="list-style-type: none"> - Incentiva e propiciando cursos de formação que contribui para a qualificação da Educação no país; - Enorme contribuição para a inclusão social; - Atendimento à legislação vigente e garantindo a democratização do ensino; - Há ainda preconceito em relação a EAD, até por parte do governo; - Não se pode ignorar a eficiência; as instituições estão apostando neste modelo; - Tímida ainda, as instituições públicas estão muito atrasadas. | |
| <p>10. Quais as possibilidades que se abrem no mercado de trabalho para uma pessoa formada em cursos pela modalidade EAD e quais os impedimentos?</p> | |
| <p>Possibilidades</p> | <p>Impedimentos</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> - Facilidade de utilizar as tecnologias disponíveis; - Melhorias, pois a atualidade exige formação e preparação contínua; - Conhecimento mais abrangente, visão melhor de mundo; - Proporciona autonomia, determinação, cooperação e atitudes, desempenho exigido no mercado de trabalho. | <ul style="list-style-type: none"> - Quando a instituição não é séria e só se preocupa em lucratividade, o que pode acontecer com outras modalidades também; - Preconceitos em relação à EAD. |

Quadro 11 – Relato dos sujeitos da pesquisa - docentes – Elaborado pela Autora

2.5.3 Relato dos Dados dos Funcionários

| | |
|---|--|
| 1. Como você avalia a EAD antes e depois de suas experiências com a modalidade? | |
| Visão da EAD antes da experiência | Visão depois da experiência |
| - Receio e preconceito; - Medo do computador, usava como se fosse máquina de escrever. | - Passei a gostar; - Quero fazer outros cursos. |
| 2. No seu ponto de vista, quais as limitações da EAD e quais as possibilidades que ela proporciona ao estudante adulto? | |
| Limitações | Possibilidades |
| - Falta de acesso à tecnologia. | - Permitir aprender mais. |
| 3. Quantos modelos você conhece de EAD? Poderia caracterizá-los? | |
| - Só o do CEUCLAR | |
| 4. Quais aspectos você percebe que podem ser aprimorados na qualidade de EAD? | |
| - Treinar melhor alguns professores. | |
| 5. Qual o perfil do aluno que você, com sua experiência na EAD, conseguiu definir? | |
| - Que sabe o que quer e sabe se organizar melhor. | |
| 6. Qual o papel social que o professor acredita desempenhar trabalhando na EAD? | |
| - O professor ajuda o aluno a saber que a vida é dele e é ele quem tem que agir. | |
| 7. Qual o impacto do uso da tecnologia no aprendizado do aluno nessa modalidade e quais as limitações desse uso? | |
| - Faz o aluno a se virar, a aprender. | |
| 8. Como o modelo instrucional que você conhece funciona em termos pedagógicos e de eficiência de aprendizagem? | |
| - Eficiente porque facilita reflexões sobre valores, atitudes em relação ao estudo e em relação à vida. | |
| 9. Como você avalia a política pública que incentiva o fomento de cursos de formação de pessoas adultas nessa modalidade, em universidades públicas como privadas? | |
| - Precisa ainda ser ampliada e validada. | |
| 10. Quais as possibilidades que se abrem no mercado de trabalho para uma pessoa formada em cursos pela modalidade EAD e quais os impedimentos? | |
| Possibilidades | Impedimentos |
| - Todas que os outros têm. | |

Quadro 12 - Relato dos sujeitos da pesquisa - funcionários - Elaborado pela autora

2.5.4 Relato dos Dados dos Discentes

| | |
|---|--|
| 1. Como você avalia a EAD antes e depois de suas experiências com a modalidade? | |
| Visão da EAD antes da experiência | Visão depois da experiência |
| - Já conhecia a EAD; - Pouco conhecimento eu tinha. | - Meu aproveitamento tem sido muito bom. |
| 2. No seu ponto de vista, quais as limitações da EAD e quais as possibilidades que ela proporciona ao estudante adulto? | |
| Limitações | Possibilidades |
| - Não saber como usar as tecnologias. | - Estudar muito com liberdade. |
| 3. Quantos modelos você conhece de EAD? Poderia caracterizá-los? | |
| - Só conheço o do CEUCLAR. | |
| 4. Quais aspectos você percebe que podem ser aprimorados na qualidade de EAD? | |
| - Motivar melhor interatividade entre os alunos. | |
| 5. Qual o perfil do aluno que você, com sua experiência na EAD, conseguiu definir? | |
| - De compromisso consigo mesmo. | |
| 6. Qual o papel social que o professor acredita desempenhar trabalhando na EAD? | |
| - Integração: professor X aluno X busca de conhecimento. | |
| 7. Qual o impacto do uso da tecnologia no aprendizado do aluno nessa modalidade e quais as limitações desse uso? | |
| - Necessidade de conhecimento específico e exigência de novos comportamentos. | |
| 8. Como o modelo instrucional que você conhece funciona em termos pedagógicos e de eficiência de aprendizagem? | |
| - Exigência de não fazer de conta, mas estudar de verdade. | |
| 9. Como você avalia a política pública que incentiva o fomento de cursos de formação de pessoas adultas nessa modalidade, em universidades públicas como privadas? | |
| - Pode ser melhor através do esclarecimento e divulgação de bons resultados. | |
| 10. Quais as possibilidades que se abrem no mercado de trabalho para uma pessoa formada em cursos pela modalidade EAD e quais os impedimentos? | |
| Possibilidades | Impedimentos |
| - As possibilidades são as mesmas, depende da pessoa, o mercado seleciona. | - Tradicionalismo e falta abertura, flexibilidade. |

Quadro 13 – Relato dos sujeitos da pesquisa - discentes - Elaborado pela autora

2.6 Interpretação dos Dados

2.6.1 Os Olhares ao EAD no CEUCLAR

Ao término deste estudo, retomamos alguns questionamentos que nos fizemos no início da pesquisa e apontamos os resultados que se fizeram possíveis diante das leituras teóricas e da análise dos questionários realizados com os sujeitos pesquisados, e dos documentos oficiais da instituição.

Coordenadores, professores, tutores, discentes e profissionais administrativos do Centro Universitário Claretiano têm sua própria visão em relação à EAD, segundo sua experiência na Instituição.

Alguns coordenadores, em suas respostas aos formulários, evidenciaram reflexões sobre a percepção dos alunos e professores como pessoas que sabem trabalhar em equipe, são envolvidos num projeto onde, ao participarem, crescem como pessoas e como profissionais. Há padrões de exigência rígidos e a relação de ensino-aprendizagem prima por qualidade. Outros mostraram que a EAD desenvolvida pelo CEUCLAR funciona bem em termos pedagógicos devido às suas diferentes ferramentas, como por exemplo, os fóruns regulares de discussão acerca de temas relevantes na Educação. A participação efetiva de alunos e a intervenção constante do professor são ações constantes em cada disciplina. Outra atividade citada por alguns coordenadores é o portfólio de atividades regulares com a participação individual do aluno e do professor, que supervisiona a realização, dá a devolutiva, solicita correções e suscita maior reflexão.

Há outras atividades como aula presencial de apresentação das disciplinas a cada mês, atendimento por telefone e/ou online ao aluno, quando ele tem total liberdade de fazer contato e ser atendido pelo professor da disciplina em busca de esclarecimento de dúvidas, questionamentos, além das demais ferramentas de suporte pedagógico constantes em cada SAV (Sala de Aula Virtual).

Segundo os docentes na pesquisa realizada, a sala virtual é muito bem estruturada que permite uma comunicação perfeita, onde o aluno tem total liberdade e abertura e muitas formas de atendimento. Em relação ao material didático Mediacional – apostilas – representa um grande diferencial de qualidade numa perspectiva sociocrítica e que tem a interdisciplinaridade como um fator relevante. O material é o ponto forte uma vez que é

escrito pelos próprios professores que conhecem o perfil do aluno, sabe das necessidades que o aluno tem. Como todos os professores têm vivência na área educacional, experiência de sala de aula nos diversos níveis de ensino, desta forma fica mais fácil de atender a todas as exigências profissionais e pessoais.

As mudanças são tão rápidas que o professor não consegue sistematizar, o que provoca tanto no professor como no aluno certa insegurança. O aluno começa num modelo e termina no outro. As mudanças são necessárias, no entanto é preciso a participação efetiva do professor no processo. Educação continuada deveria ser continuada mesmo no sentido de dar continuidade, e ter sequência, não mudando de propósito antes de terminar o que fora iniciado.

O ambiente de trabalho é agradável, a relação humana é bem harmoniosa. Há mudanças frequentes na Instituição em que os professores devem aprender sempre mais a lidar com elas, o que faz com que se aprenda constantemente, o que provoca, também no professor, a necessidade de educação continuada.

O docente percebe que na educação a distância tem um trabalho mais exigente, uma vez que é um atendimento individual, as correções são feitas de aluno a aluno e as provas são meticulosamente preparadas, corrigidas virtualmente com comentários para que o aluno possa visualizar através da sala virtual e perceber os que deve ser melhorado. Isto provoca um desgaste grande e tem que se dedicar, exige muito do professor. Outro ponto a ser repensado são as aulas intermediárias, convivência de alunos, oficinas que deveriam continuar como era antes, pois a troca de experiência é fundamental.

Quanto aos funcionários participantes da pesquisa (secretários, tutores presenciais e supervisores), ficou evidente que para eles o ambiente de trabalho é de descontração, que faz refletir e desenvolver muitas habilidades. Eles percebem a dedicação do professor na sua interação com os alunos na busca de conhecimentos. Alguns dizem que há muito serviço, muitas mudanças, o trabalho é intenso, muitas atividades ao mesmo tempo, mas gostam de trabalhar no Centro Universitário Claretiano. Deveria ser feito um trabalho intenso no que se refere às relações interpessoais, trabalho em equipe, com as pessoas que trabalham na secretaria, assessores de coordenação, em termos de convivência e com a hierarquia dentro da Instituição.

Em relação aos discentes, é uma instituição que leva a Educação a sério, tem um norte. Os professores são competentes, os quais têm atendido os alunos de forma satisfatória, demonstram segurança diante dos conteúdos, são disponíveis, fazendo com que a aprendizagem a distância se torne tão presente, criando uma excelente relação entre professor

e aluno. Uma aluna da cidade de São Paulo faz o seguinte comentário: “Uma cidade como São Paulo, com problemas de violência e de trânsito a possibilidade de poder aprender e me desenvolver em casa é muito atraente”. As provas deveriam ser mistas, com questões abertas e fechadas. Os alunos deveriam, periodicamente, ser preparados para as mudanças que ocorrem para não dificultar o acompanhamento na sala virtual e, assim, evitar dificuldades na aprendizagem e avaliação. O sistema da faculdade é o melhor e o mais completo já visto, seria perfeito se não fossem as mudanças que ocorrem no caminho. Somos a comunidade mais distante e mais presente que tem, presencialmente muito distantes, mas próximos emocionalmente, pois há trocas de experiências, orientações e apoio.

2.6.2 Relato dos Dados

A pesquisa desenvolvida no Centro Universitário Claretiano proporcionou aos sujeitos pesquisados momentos de reflexões e uma leitura mais apurada sobre a Educação a Distância (EAD). Podemos identificar sua aplicação da EAD na instituição, quando descrevemos tais dados de acordo com os resultados obtidos na pesquisa. Coordenadores, professores, tutores, discentes e profissionais administrativos do CEUCLAR têm sua própria visão em relação à EAD, segundo sua experiência na Instituição.

Os sujeitos da pesquisa, em suas respostas aos formulários evidenciaram reflexões sobre experiências antes e depois da EAD. Estas reflexões podem enquadrar-se em unidades de sentido e de acordo com a teoria da análise de conteúdo, distribuir-se em categorias, como elencadas no item 2.1.10 deste trabalho. Temos como exemplo o coordenador geral que diz:

Cada vez mais é possível observar na prática cotidiana e nas pesquisas educacionais que a modalidade EAD se posiciona como um fator que colabora significativamente para o cenário educacional contemporâneo, não só nacional, como mundial. Quando tive o primeiro contato com a modalidade percebi muitas possibilidades de aplicação, e a cada dia vejo estas possibilidades aumentarem em virtude dos avanços da tecnologia e dos estudos sobre como a aprendizagem se processa. (Coordenador geral)

Para esse coordenador, as possibilidades efetivas de educação na modalidade a distância são inúmeras, tanto no que diz respeito à prática, aos recursos didático-

metodológicos, às construções de aprendizagens, quanto nos subsídios para a realização de pesquisas em educação, servindo de instrumento e objeto.

Outras experiências de coordenador de curso:

Antes não ousava emitir nenhum parecer, pois não tenho o hábito de me pronunciar a respeito de algo que desconheço. No entanto, admito que visualizava a EAD com certo preconceito. Após trabalhar com esta modalidade de ensino, constatei que ela exige muito não somente do docente, como também do discente. Porém, pude acumular experiências que me permitem afirmar ser uma modalidade de ensino muito construtiva, não deixando nada a desejar diante do ensino presencial. Muito pelo contrário, julgo ser uma modalidade de ensino da qual se pode usufruir e explorar muito os conhecimentos dos tutores, fazendo assim com que o aluno obtenha um ótimo aproveitamento. (Coordenador 1).

Uma questão que se coloca é com relação às limitações da Educação a distância e as possibilidades que ela proporciona ao estudante adulto (categoria 1). Como interpreta o participante: desta pesquisa:

Creio que a falta de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação é o maior fator limitante. Outros fatores: pouca familiaridade com esse instrumental (analfabetismo digital); o preconceito que ainda existe em relação ao ensino a distância. A EAD é uma forma de permitir a continuidade de estudos para pessoas que se encontram em situação de barreira geografia e/ou temporal – tanto em cursos de graduação, quanto em cursos de atualização e pós-graduação. (Aluna 18)

Da mesma forma:

As limitações que percebo são de o aluno não estar preparado e não ter autonomia para este tipo de modalidade acredita ser mais fácil e não se empenham. Além disso, acredito que os encontros presenciais poderiam proporcionar maior contato com o mundo acadêmico utilizando mais a biblioteca e a sala de informática para orientação de pesquisa e atualização. Sem dúvida proporciona flexibilidade para o adulto que trabalha, cuida da família e tem outros compromissos, mas que busca atualização profissional e formação de qualidade. (Aluno..15..)

Na perspectiva de alguns alunos e professores, a educação a distância possui limitações, mas oferece muitas possibilidades, principalmente, ao estudante adulto:

Acredito muito no processo educacional por meio de socialização e a troca de experiência, mesmo com as propostas de interatividades o vínculo pessoal não é tão trabalhado. No entanto, como anteriormente citado, acredito que a proposta EAD faz com que o aluno seja autônomo na busca pelo conhecimento. (Professor 13)

Sujeitos diferentes, com experiências e referenciais diferentes, vêm a EAD de maneira diferente.

Para muito sujeitos, a modalidade EAD é uma forma mais democrática de aprender, visto que cada um dos participantes tem acesso irrestrito ao conhecimento, tem seu próprio tempo para responder as questões propostas, não sofre interrupções inesperadas. Consegue dialogar com todos os participantes de sua turma, mantém um contato mais maduro com seus professores, tutores, equipe pedagógica e administrativa da Instituição de Ensino.

Contudo, há, ainda, certo preconceito em relação a Educação a Distância, tanto nas universidades públicas quanto nas privadas.

Quanto aos funcionários administrativos, participantes da pesquisa (secretários, tutores presenciais e supervisores), também trazem suas interpretações sobre as experiências vivenciadas nos polos:

Podemos afirmar que quando o aluno se torna parte do processo da EAD, suas visões são modificadas. Novas perspectivas são assumidas, contribuindo também para mudanças em sua vida, ultrapassando os muros escolares:

Acredito que a Educação a Distância chegou para ficar. É uma modalidade flexível e versátil. Minha graduação foi presencial e com algumas disciplinas a distância. Tive dificuldade de adaptação ao sistema e à rigorosa disciplina na qual essa novidade me era exigida. O curso de pós-graduação realizei todo à distância, com um aproveitamento e segundo, minha própria avaliação de aprendizagem de 100%. Estudei, pesquisei, me disciplinei muito, isto é, exige um comportamento diferente que a própria modalidade impõe ao aluno. Com as atividades a serem realizadas com muita agilidade e busca de novas informações, levam a ótimas discussões com diversas visões e opiniões. (Funcionária1)

[...] eu achava que era curso vago. Não acreditava que poderia ser possível formar um professor sem ter presença física do professor. Discutia com pessoas que acreditavam. Acontece que resolvi abraçar o desafio e comecei a cursar Pedagogia. Hoje tenho que dar a mão a palmatória, é possível sim um curso a distância a aprendizagem se torna mais autônoma, aprendi me programar com as tarefas até no meu serviço melhorei agora planejo tudo (Tutora1)

formação e buscam outra, tem trabalho e são mais maduros. (Aluno 1) As limitações que percebo são de o aluno não estar preparado e não ter autonomia para este tipo de modalidade acredita ser mais fácil e não se empenham. Além disso, acredito que os encontros presenciais poderiam proporcionar maior contato com o mundo acadêmico utilizando mais a biblioteca e a sala de informática para orientação de pesquisa e atualização. Sem dúvida proporciona flexibilidade para o adulto que trabalha, cuida da família e tem outros compromissos, mas que busca atualização profissional e formação de qualidade. (tutora11)

O aluno que procura a EAD de modo geral, tem um perfil diferenciado, são pessoas que já estão no mercado de trabalho e busca uma graduação como aprimoramento. Há também um número significativo de alunos que estão no EAD frequentando a segunda graduação. (Tutora 12)

Um aluno com muito mais disposição do que no presencial. Maior responsabilidade cobra mais do curso. A maioria já tem uma

A priori são alunos em busca de um curso fácil para obtenção do diploma. No decorrer do curso, somente permanecem alunos comprometidos e que de fato buscam não somente capacitação profissional, mas estão ali interessados em aprimorar algum conhecimento específico. (Aluno.....)

Cumpra-se assim, alguns dos principais objetivos e finalidades da educação, a formação ampla do sujeito, envolvendo sustentação teórica, abertura para experiências práticas, consolidação de aprendizagens, novas possibilidades.

Uma limitação importante é a pequena discussão que se faz acerca das possibilidades, visto que essas são inúmeras, e a grande discussão que se faz diante das limitações do sistema, vem sendo superada.

Um outro fator interessante do perfil dos alunos que procuram a EAD, é a idade que pode variar entre 25 a 60 anos, como mostra o Quadro VI (categoria 5):

São adultos com idade média 25 anos; casado; profissional sem nível superior, pouco tempo para estudo. (Tutora 13)

Este é o meu projeto de pesquisa para o doutorado o “*habitus*” do aluno EAD. Hoje podemos defini-lo como adultos, acima dos 30 anos; casado; já atuando na área, mas sem o diploma específico, no caso das licenciaturas, almejam cargos burocráticos; com um tempo muito limitado para os estudos (percebemos isso pelos horários que entram na sala). (Professor 10)

Com relação aos professores da EAD, fica evidente que desempenham um papel social com as mesmas responsabilidades de um professor de ensino presencial, como comentam as Professoras:

[...]a formação política do professor que o habilita a ter compromisso com as mudanças, uma vez que as legislações educacionais, por si só, não promovem as mudanças; são as pessoas que promovem, intencionalmente as transformações. É ser crítico da realidade, mas não descrente de si, da educação e da humanidade (Professora 7).

O professor tem a função de mediador, incentivador, provocador. sobre as informações que recebe e escolher as que serão úteis; ajuda na interação entre os alunos, mediando as discussões; faz provocações obrigando o aluno a refletir sobre sua prática e valores[...] (Professor 5).

O Professor 4 faz o seguinte comentário:

O docente percebe que na Educação a Distância tem um trabalho mais exigente, uma vez que é um atendimento individual, as correções são feitas de aluno a aluno e as provas são meticulosamente preparadas, corrigidas virtualmente com comentários para que o aluno possa visualizar através da sala virtual e perceber os que deve ser melhorado. Isto provoca um desgaste grande e tem que se dedicar, exige muito do professor.

Uma questão muito relevante em relação à tecnologia é entender o impacto causado pelo uso da tecnologia no aprendizado do aluno na modalidade EAD. Os participantes da pesquisa entendem que tem várias interpretações:

O uso da tecnologia vem colocar os alunos que frequentam o EAD em situação de destaque frente aos profissionais formados sem o auxílio deste recurso (Professor a 6).

O primeiro impacto é o medo de não conseguir desempenhar as competências exigidas para o domínio das ferramentas tecnológicas e as ferramentas do ambiente virtual de aprendizagem (Professor 3).

Segundo os docentes na pesquisa realizada, o material didático Mediacional MDM – apostilas – representa um grande diferencial de qualidade numa perspectiva sociocrítica e que tem a interdisciplinaridade como um fator relevante.

O material é o ponto forte uma vez que é escrito pelos próprios professores que conhecem o perfil do aluno, sabe das necessidades que o aluno tem. Como todos os professores têm vivência na área educacional, experiência de sala de aula nos diversos níveis de ensino, desta forma fica mais fácil de atender a todas as exigências profissionais e pessoais (Professor 9).

Segundo professores que participaram da pesquisa, as políticas públicas (categoria 9) que fomentam os cursos de formação de pessoas adultas na modalidade EAD nas Universidades públicas ou privadas³⁶, consideram que:

155_____

³⁶ MEC divulga notas do ENADE 2009

Foram disponibilizadas, no final de novembro, as notas referentes ao ENADE 2009 (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) dos cursos da Área de Negócios. Os estudantes do 1º e último ano dos cursos avaliados do Centro Universitário Claretiano compareceram ao exame e tiveram ótima atuação, segundo as notas divulgadas: Administração Presencial (3), Administração EaD (3); Ciências Contábeis EAD (3); Curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira EAD (3) e Curso Superior de Tecnologia em Recursos Humanos EAD (4). Esta foi a primeira participação dos alunos de cursos superiores de tecnologia a distância no exame “Os alunos tiveram um ótimo desempenho, comprovando que a EAD pode ser tão eficaz quanto a modalidade presencial no processo de aprendizagem. Esses alunos, na maioria chefes de famílias, encararam o desafio de estudar a distância de forma positiva. Parabéns aos alunos que enfrentaram o ENADE com a seriedade que a situação exigiu!” comemora o Coordenador dos Cursos Superiores de Tecnologia, Prof. Dr. Elvisney Aparecido Alves. “O resultado do Enade traduz todo o compromisso do Claretiano com a formação pessoal e profissional do nosso aluno, além do trabalho pedagógico e de gestão articulado entre direção, coordenadores de curso, docentes e tutores”.

Avalio como tímida ainda, pois as instituições públicas de ensino estão muito atrasadas nesse processo, e que poderiam disponibilizar todo seu cabedal de conhecimento e produção científica a um número maior de brasileiros, estabelecendo parcerias com a rede de ensino municipal para atingir todo território nacional, utilizando-se de seus bolsistas de mestrados e doutorados para ministrarem aulas presenciais e vídeo-aula o que realmente democratizaria a educação (Professor 15).

Vejo que ainda há muito preconceito por parte não só da população, mas também do próprio governo com relação à EAD. Ainda há concursos públicos para professores que não aceitam a participação de candidatos que tenham se formado em tal modalidade. Enquanto houver atitudes como esta dentro do próprio sistema público, a EAD não será reconhecida como merece, apesar de ter sido comprovado no ENADE o excelente rendimento dos alunos dessa modalidade em detrimento dos da modalidade presencial (Professor 12).

Eu percebo que existe um certo preconceito, tanto nas Universidades Públicas e nas privadas. Parafraçando Paulo Freire, trata-se de “não divinizar ou “diabolizar” o uso das tecnologias”, mas se existe a perspectiva da aprendizagem, devemos compreender que este é mais um desafio que se impõe e somam-se a tantos outros existentes na educação brasileira. (Tutora 7)

O mais importante é o direito a educação de qualidade inserido no texto constitucional de 1988, independente de ser a instituição pública ou privada e a modalidade regular ou a distância:

Nos anos 80, intensificou em nosso país o discurso pela democratização do ensino, certamente estamos longe disso. Democrático é poder optar pelo ensino público ou privado e também na modalidade presencial e a distância. Mais democrático ainda é a qualidade social do ensino estar presente em todas as modalidades e sistemas. Essas possibilidades não estão claras para a sociedade, nem o acesso a elas está democratizado (Professor 11).

Os alunos pesquisados comentam as possibilidades e os impedimentos que se abrem no mercado de trabalho, (categoria 10) para uma pessoa formada em cursos pela modalidade EAD:

Particularmente não tive nenhum impedimento, ao contrário, sempre fui mais bem cotado entre meus colegas de trabalho por ter mais facilidade de utilizar as tecnologias disponíveis, e também não conheço pessoas que o tiveram, pois o que o mercado de trabalho tem buscado, além da formação acadêmica, é a capacidade profissional de exercer a função a que se propõe (Aluno 2).

O impedimento é o colocado no item anterior, devido à propaganda inicial o EAD é considerado sem potencial, de pouca qualidade. O que não é verdadeiro! O profissional preparado por um curso a distância, quando trata-se de um curso gerenciado por uma instituição séria cujo seus parceiros e docentes participam da mesma postura, é mais comprometido com a autonomia, aperfeiçoamento de conceitos e especialização em áreas distintas

de acordo com seu interesse, tornando-se um profissional diferente da maioria (Aluno 4).

Vê-se então que a modalidade EAD é uma forma mais democrática de se aprender, onde cada um dos participantes tem acesso irrestrito ao conhecimento, tem seu próprio tempo para responder as questões propostas, não sofre interrupções inesperadas. Consegue dialogar com todos os participantes de sua turma, mantém um contato mais maduro com o professor, tutores, equipe pedagógica e administrativa da Instituição de Ensino.

O conhecimento que circula em todo o contexto da EAD e faz com que a EAD tenha grande desempenho e projeção no cenário educacional, que vem em grande parte da formação tradicional, fica evidenciado nos textos produzidos, nas videoconferências, na atuação da equipe gestora e pedagógica e até nas falas dos professores.

Eventos pedagógicos e científicos no CEUCLAR não são específicos da EAD, mas, são realizados para toda a comunidade acadêmica, com participação livre de todos os professores e alunos de ambas as modalidades.

Os encontros das aulas presenciais são realizados três vezes por bimestre, mensalmente, aos sábados, em um período com duração de 6 horas cada, obedecendo a quatro calendários: A, B, C e D para 34 polos. Nos encontros acontecem as apresentações das disciplinas referentes ao bimestre, aulas intermediárias e as avaliações oficiais referentes ao término das disciplinas. A frequência é obrigatória para a instituição, mas, livre para o aluno.

Apesar de as normas da EAD estarem constantemente sendo aperfeiçoadas e dos resultados sempre mais evidentes, há, ainda, certo preconceito em relação à educação a distância, tanto nas universidades públicas quanto nas privadas. Estamos longe ainda da democratização de fato da Educação. Democrático é poder optar pelo ensino público ou privado e também na modalidade presencial e/ou à distância. Mais democrático ainda é a qualidade social do ensino estar presente em todas as modalidades e sistemas. Essas possibilidades não estão claras para a sociedade nem o acesso a elas está democratizado.

3 CONCLUSÃO

Como em toda sociedade, na Educação há as pessoas e instituições que deformam qualquer projeto bem intencionado. Por isso pode-se dizer que os projetos de ensino a distância revelam ambiguidades. As diversas características da educação a distância, muitas vezes são resultado de ações de agências financeiras, ou órgãos públicos ou empresas privadas, no afã de potencializar financeiramente, tornando-se muitas vezes instrumento de comércio rentável ou por displicências, no sentido de não interesse genuíno de educar e formar o ser humano, preparando-o para a vida social e profissional.

Por causa dos diferentes propósitos em que a educação a distância se envolve, de acordo com as pessoas ou instituições que a controlam, sofre deformidades. Isto provoca grande disparidade entre o objetivo genuíno da Educação e o interesse desmesurado. Daí digressões enormes entre o que deve ser feito e o que não poderia ser feito. O ideal de suprir lacunas educacionais na população menos privilegiada, população essa com enormes dificuldades na sua promoção humana e social, dá lugar a ambiguidades e controvérsias. O propósito mesmo da Educação enquanto promoção social fica deturpado, enquanto argumentos e práticas ilegítimas acontecem, numa lógica antagônica.

Apresentado como solução para problemas educacionais, o ensino a distância converte-se em domínio no qual se imiscuem interesses políticos e econômicos de caráter restrito. Na atual conjuntura, a prevalência de interesses privados instrumentaliza a educação e distorce projetos de publicização do ensino a distância.(Batista,online)

Há visões diferenciadas, controvérsias sobre a educação a distância. Visão esta que colabora com a reprodução do capital no mercado educacional, uma vez que não é oferecida pela Escola pública e quando oferecida é cobrada do aluno. Sabe-se que a economia de mercado educacional tem seu interesse próprio de promover lucro em vez de inclusão social e desta forma, toda e qualquer forma de Educação é vista como interesses próprios que provocam a exclusão social:

Cria um mercado sem precedentes cujas fronteiras são cada vez mais elásticas. Diante da abertura das economias periféricas e da escalada da desregulamentação, os limites do mercado para a educação a distância são definidos por barreiras lingüísticas e culturais. O ensino *on line* amplia o alcance e acelera extraordinariamente a reprodução do capital no campo da educação. (Batista, online)

Mas não se trata da educação a distância, essa ou outro tipo de Educação ou produto/serviço poderá acelerar a reprodução do capital na Educação. Toda e qualquer ação

com propósitos alheios à inclusão, como a elitização, provocará exclusão. A Educação, como se fosse uma outra mercadoria qualquer, é transformada em objeto de flutuações do mercado, quando está inserida no liberalismo.

Quanto ao despreparo no manejo tecnológico, que alguns autores e autoridades da educação provam a dificuldade em proporcionar maior amplitude à educação a distância, determinando que ela se converta em barreira para a população com pouca ou nenhuma familiaridade com a tecnologia, deve-se levar em conta que já existem muitas ações levadas adiante em termos de oferta do ensino da tecnologia nas diferentes instituições de ensino e de outras instituições sociais. Cada vez mais, nos lares brasileiros chegam computadores, portanto a condições de compra mais fáceis.

Não há como barrar a tecnologia, a evolução, o que resta a todos é interagir com elas, buscando acompanhar e aprender continuamente. Resultado: tomando-se medidas muito profundas no plano social, a inclusão das massas no mercado de trabalho será cada vez mais eficiente e consistente. E a estratégia a ser adotada para o enfrentamento dessa questão só poderá ser por meio da educação permanente.

Críticas são feitas sobre a interação virtual, no sentido de tirar das pessoas a possibilidade das relações humanas e sociais, dizendo que essas relações só acontecem em instituições sociais, entre elas a escola. Definem a educação a distância como volátil, anulando a função socializadora, pretendendo que as conexões técnicas e as interações, que as relações não substituem a Escola. Contudo, esta ideia não se sustenta, uma vez que a educação a distância é utilizada para adultos que já tiveram na infância e adolescência oportunidades de socialização e não é deixar de fazer um curso a distância que vai eliminar o individualismo. Pelo contrário, o aluno que trabalha o dia todo, se for para a Escola, terá menos oportunidade de convivência familiar, ficará mais ausente ainda. Com a utilização do ensino a distância, poderá escolher o melhor horário para o estudo e conciliar relação familiar com aprendizado.

Os consórcios educacionais, entre eles os da educação a distância são a resposta do mercado à inépcia política e à inexistência de sistemas de educação pública regional e nacionalmente. O colapso da educação pública aliado ao descaso das políticas de governo leva os estudantes a ficarem à mercê de interesses privados. Críticas como essa são levadas a público insistentemente, como se a instituição privada fosse o grande problema, sem analisar a grande diferença que faz a escola privada. Leva qualidade e facilidade ao aluno que, se fosse esperar no passo do modelo educacional tradicional, oferecido pela escola pública, regular não conseguiria condições dignas e preparação para o mercado de trabalho, formando assim a

grande fila de pessoas necessitadas e abandonadas pelas políticas públicas de Educação. Haja vista a Brasil-UNIREDE, Universidade Virtual Pública do Brasil, criada em meados de 1999, com recursos de R\$ 4 milhões provenientes dos ministérios da Educação, Ciência e Tecnologia e das Comunicações, que congrega 62 instituições de ensino superior públicas. A UNIREDE, formada por instituições públicas, não oferece gratuidade à sociedade.

A UNIREDE nasce sob o signo de políticas e de concepções que não conferem primazia à educação pública. Nesta medida, torna-se alvo de setores que tentam convertê-la em veículo de produtos educacionais para o mercado, transformando o ensino, a pesquisa e a extensão universitária em fonte de dividendos privados.

Uma vez mais a escola privada entra em cena, tentando colaborar na medida do possível a resolver os problemas sociais por não perceber nos órgãos públicos a devida atenção à Educação.

O verdadeiro ideal da UNIREDE é o ensino público. Contudo, dificuldades são encontradas em explicitar este propósito, pela incapacidade de captação e gestão de recursos financeiros. O ideal se inscreve na perspectiva de “consolidar a educação a distância, como alternativa de democratizar o acesso ao ensino superior público”³⁷.

Na mesma época em que surgiu, já com grandes dificuldades de viabilização, é criada a Universidade Virtual Brasileira-UVB. BR., formada por instituições privadas visando a oferta de cursos por educação a distância, cobrindo assim a lacuna existente.

Sob este prisma, ao invés de fazer frente ao setor privado, instituições públicas contribuem para a implantação do ensino pago e abdicam de sua vocação. Assumem postura incompatível com sua função social (BATISTA,online).

A Universidade Virtual do Estado de São Paulo (USP, UNESP e UNICAMP), viabilizada mais recentemente, em 2009, oferece 6600 vagas já no ano de sua implantação, é destinada inicialmente a professores em exercício, sendo 5000 vagas para o curso de pedagogia; 700 de licenciatura em biologia; 900 de licenciatura em ciências e 70 polos avançados de ensino para atividades presenciais.

De outro lado, o ensino a distância supera as distâncias físicas e geográficas, facilita a vida das pessoas interessadas a se promoverem. Foi idealizado para adultos autônomos, disciplinados, que sabem administrar bem o tempo e usando-o da melhor forma, pois muitas vezes não conseguem despender para estar presente numa Escola, o que condiciona conciliar

³⁷ "As senhas de acesso, por módulo, por tempo determinado (FPE: 15/11/00 a 15/01/01), para os profissionais externos, serão distribuídas mediante apresentação de comprovante de pagamento às Universidades conveniadas, no valor de R\$195,00 por módulo." UNIREDE Curso de Formação em EAD.

vida particular, profissional, familiar e crescimento pessoal. Desta forma, cada vez mais, a Educação passa a ser oferecida em igualdade à sociedade, provocando igualdade de oportunidades e justiça social, que significa democratização. Sem dizer ainda que os valores das mensalidades são bem menores que os dos cursos presenciais, o que facilita a aquisição de conhecimentos e certificação para promoção humana e, conseqüentemente, social. Haja vista, também o benefício que estes cursos promovem às pessoas que residem longe das grandes cidades ou na zona rural.

De toda forma, o que se pode perceber no Brasil é a expansão do mercado educacional, seja público ou privado, o que vai, aos poucos, eliminando preconceitos relacionados ao ensino a distância, à medida que familiarizam estudantes com novas tecnologias e linguagens, diminuindo também as distâncias sociais.

A proposta da LDB é que todas as pessoas, sejam elas, criança, jovem ou adulto, possam aproveitar de todas as formas de Educação com o objetivo de satisfação de suas necessidades básicas de aprendizagem. Estas necessidades significam tanto os instrumentos essenciais para a aquisição de informações quanto os conteúdos básicos – habilidades, valores e atitudes – formas de sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento de sua comunidade e sociedade, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentais e continuar aprendendo pela vida afora.³⁸ De toda forma o que se pode perceber no Brasil é a expansão do mercado educacional, seja público ou privado, o que vai, aos poucos, eliminando preconceitos relacionados ao ensino a distância, à medida que familiarizam estudantes com novas tecnologias e linguagens, diminuindo também as distâncias sociais. Assim a universidade vai se capacitando cada vez mais a exercer seu papel como um dos vetores do desenvolvimento sócio-econômico nacional.

Para aqueles que têm dificuldades orçamentárias, muitas vezes a incorporação de novas tecnologias e meios de comunicação parece algo quase que impossível ou muito distante e, por isso, é vista por muitos como utopia. No caso da informática, até pouco tempo não havia como imaginar-se como parte de uma incorporação de um sistema, por pessoas de pequena renda orçamentária porque, ou se comprava um computador de grande porte, com seus altos custos de instalação e programas proprietários, ou não se fazia nada. Com o desenvolvimento da tecnologia, hoje a realidade é bem outra, no que se refere à informática ao vídeo. É bem possível começar-se inovações a partir de pequenos investimentos.

³⁸ Declaração Mundial sobre Educação para todos.

O contato, mediatizado por tecnologias, dos indivíduos com eventos e ideias existentes em outras culturas produz um efeito de descontextualização (com relação ao mundo local vivido) e de recontextualização num mundo globalizado que, tecnicamente virtual, fornece novos parâmetros para compreender seu próprio contexto. Este contato traz profundo crescimento, esclarecimento e enriquecimento pessoal quando recebe informações de que a vida pode ser reestruturada por informações de diferentes possibilidades.

No entanto, uma pesquisa do jornal O Estado de S. Paulo concluiu que mais de 18 mil alunos de cursos de educação a distância de instituições particulares e públicas sofreram preconceito por terem optado por essa modalidade de ensino, segundo levantamento da Associação Brasileira de Estudantes de Ensino a Distância (ABE-EAD), que recebe as denúncias desde 2007. São casos de discriminação por alunos de cursos presenciais, dúvidas dos empregadores sobre a validade dos cursos - mesmo os autorizados pelo Ministério da Educação (MEC) -, dificuldades para conseguir estágio, para obter o registro profissional e fazer inscrição em concurso. Hoje há no Brasil mais de 2,6 milhões de alunos em 1.752 cursos, segundo o Censo de Educação a Distância. A ABE-EAD entrou com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o Conselho Nacional do Ministério Público. Por meio da resolução nº 40, o órgão dizia que só diplomas de cursos presenciais seriam aceitos para o Ministério Público (MP). Além do conselho, outros órgãos vêm problemas no ensino a distância.

De acordo com o jornal Estado de São Paulo em recente pesquisa, alunos que cursaram educação a distância tiraram as mesmas notas no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) quando comparados aos que fizeram cursos de ensino superior presenciais. Ainda visto com desconfiança por alguns sob o argumento de que a qualidade seria comprometida, o ensino a distância é um dos que mais crescem no País, chegando a cerca de 760 mil alunos matriculados na graduação.

Estamos numa fase de transição na educação a distância. Muitas organizações estão se limitando a transpor para o virtual, as adaptações do ensino presencial (aula multiplicada ou disponibilizada). Há um predomínio de interação virtual fria (formulários, rotinas, provas, e-mail) e alguma interação on-line (pessoas conectadas ao mesmo tempo, em lugares diferentes). Apesar disso, já é perceptível que começamos a passar dos modelos predominantemente individuais para os grupais na educação a distância. Das mídias unidirecionais, como o jornal, a televisão e o rádio, caminhamos para mídias mais interativas e mesmo os meios de comunicação tradicionais buscam novas formas de interação. Da

comunicação off-line estamos evoluindo para um *mix* de comunicação off e on-line (em tempo real).

Educação a distância não é um "fast-food" em que o aluno se serve de algo pronto. É uma prática que permite um equilíbrio entre as necessidades e habilidades individuais e as do grupo - de forma presencial e virtual. Nessa perspectiva, é possível avançar rapidamente, trocar experiências, esclarecer dúvidas e inferir resultados. De agora em diante, as práticas educativas, cada vez mais, vão combinar cursos presenciais com virtuais, uma parte dos cursos presenciais será feita virtualmente, uma parte dos cursos a distância será feita de forma presencial ou virtual-presencial, ou seja, vendo-nos e ouvindo-nos, intercalando períodos de pesquisa individual com outros de pesquisa e comunicação conjunta. Alguns cursos poderão fazê-los sozinhos, com a orientação virtual de um tutor, e em outros será importante compartilhar vivências, experiências, ideias.

Dados estatísticos demonstram que como é fácil entrar há também como desistir facilmente. Em muitas universidades a evasão chega a 70% em alguns cursos. Fica claro então que este tipo de curso é para quem é organizado, disciplinado e tem concentração para conseguir estudar em casa ou no trabalho. Essa é uma das razões de a Educação a distância atrair um público mais experiente do que o do vestibular de cursos convencionais. Cerca de 68% dos alunos são de idade superior a 25 anos, aponta censo de 2008 da Abed (Associação Brasileira de Educação a Distância).

Em 2007, o Enade (exame do Ministério da Educação em que se avaliam universitários) revelou que alunos de cursos a distância se saíram melhor do que os de presenciais em 7 de 13 áreas em que houve a comparação. Mas não é sempre que Educação a distância significa qualidade: em 2008, o MEC mandou desativar 1.337 pólos de educação a distância no país.

Dúvidas podem surgir na hora de optar por um curso a distância, em relação a vantagens e desvantagens no mercado de trabalho. Segundo pesquisa feita pela Abed (Associação Brasileira de Educação a Distância), a resposta nas empresas em que já existe uma cultura de Educação a distância entre os seus funcionários, não há desvantagens. No CensoEAD.br/Abed, ainda inédito, de 32 grandes empresas, como Vale do Rio Doce e Petrobras, 24 (75%) responderam que não faz diferença, durante um processo seletivo, que o profissional seja formado por um curso presencial ou a distância. Para o presidente da Abed, Fredric Michael Litto (2009), apesar de ainda haver preconceito, o cenário tem melhorado principalmente porque a qualidade dos cursos evoluiu.

È fundamental que os projetos valorizem sempre, a experiência individual, principalmente, no tratamento dos conteúdos a partir da experiência de vida e cultura dos alunos. E, quando necessário, que os cursos sejam precedidos ou, em todos os seus estágios, por pequenos cursos (ou módulos) que ensinem como estudar, como utilizar seu tempo e estimulem o aluno a tomar iniciativas e a construir sua autonomia. A avaliação deve questionar se o curso tem seus reais objetivos atingidos e se os alunos estão verdadeiramente desenvolvendo sua autonomia e independência na construção de seus saberes.

O que provoca a eficácia da Educação a distância é a incorporação de procedimentos educativos que auxiliem o estudante a ingressar nesta modalidade, pois estes têm forte influência dos métodos presenciais e, principalmente, são pouco acostumados a estudar a partir de seu próprio esforço individual. Ademais, essas mesmas tecnologias estão possibilitando um salto de qualidade na comunicação, produzindo mecanismos de contato entre os alunos, mesmo a distância, para que troquem experiências e vivências na condição de alunos. Um dos meios mais apropriados para tal, dado o baixo custo, é o correio eletrônico e a conferência eletrônica. No Brasil, as organizações não-governamentais já possuem um sistema altamente sofisticado, de baixo custo e fácil de ser utilizado, chamado AlterNex, que liga as organizações e as pessoas por meio do computador que tenha um aparelho chamado MODEM (MODulador/DEMolulador).

Com o desenvolvimento da Internet gráfica (Web), as fronteiras para a educação a distância se expandiram, podendo reunir-se num só meio de comunicação as vantagens dos diferentes modos de se comunicar informações e ideias, de forma cada vez mais interativa, reduzindo-se custos e ampliando as possibilidades de autodescobrimento, por meio, principalmente, do uso de milhares de opções de buscas de informações na grande rede mundial. O idioma, para alguns ainda é problema, mas a crescente produção de materiais educativos em vários idiomas, como o português, reduzirá essa limitação em prazo muito curto. Os avanços na área de microcomputação indicam uma tendência excepcional para a educação, quando da universalização, a baixo custo, da multimídia e da "realidade virtual".

Grande parte das observações contrárias à utilização de modernas tecnologias na educação dá-se não por causa da tecnologia em si, mas principalmente pelo uso que dela se faz. Por um lado, não se prepara os profissionais da educação para tirarem o máximo proveito da tecnologia e, por outro, esta tem, em várias ocasiões, servido simplesmente como meio de fixação de uma mensagem única e acrítica.

A tecnologia da comunicação telefônica digital e a instalação de cabos de fibra ótica no Brasil possibilitam a introdução de meios adequados para a teleconferência e a integração

de cursos multimídia remotos em computadores pessoais. Essa nova aplicação tecnológica na educação terá efeitos muito importantes no treinamento de pessoal das grandes corporações e de grandes contingentes de pessoal.

Diversos movimentos seguem nesta diretriz da “autoaprendizagem” ou do aprendizado contínuo vai muito além dos muros da escola convencional. Entre eles, o movimento conhecido no Brasil como “Escola Nova”, influenciada pela corrente progressista de John Dewey ou outras linhas de pensamento como a piagetiana e montessoriana. Outro exemplo é a escola “Lumiar” que valoriza “a aprendizagem significativa, a convivência democrática e a autonomia de cada indivíduo”.

Fundamental o cultivo da consciência coletiva, das ideias da Educação sem fronteiras para que a EAD se torne poderosa aliada na construção do conhecimento.

Um padrão culturalmente novo na Educação que se apresenta na Educação a Distância é a ideia de que falar e ouvir, dialogar são substituídos por ler e escrever, copiar. Isto se torna difícil, uma vez que comparativamente é situação nova e não comum entre os alunos e, por isso precisa de uma mídia e de instrumentalizar os alunos para o uso desse tipo de linguagem.

A mudança de estratégia de ensino, de uma aprendizagem oral para um sistema mediado tecnicamente caracteriza-se por um rompimento com a tradição acadêmica. Outro desafio é o comportamento de aprendizagem, pois os alunos internalizam uma nova abordagem e para isso têm que organizar sua aprendizagem independentemente, desenvolvendo assim melhor dinamicidade e execução de suas tarefas, se avaliando constante.

O cuidado que se deve ter em empreender Educação a Distância é não transformá-la naquilo que ela não é: **ensino industrializado**, quando os materiais são produzidos sem contextualização, despersonalizados e mecanizado. Ou quando é **consumista**, levando o ensino a uma distribuição e consumo, dando ênfase às leis do mercado e não às condições pedagógicas. E, ainda, em ensino **institucionalizado**, quando a instituição se torna dominante e as relações interpessoais inerentes ao ato educativo se perdem. **Autoritário**, quando tem uma ordem extremamente estreita, controle rígido, que se transforma em condição autoritária. **Massificante**, quando a aplicação massiva tem só o objetivo do resultado rentável, sem preocupação com a qualidade:

A produção massiva [...] está despertando um interesse crescente nos programas de cooperação internacional, que estão utilizando, com pouquíssimas adaptações, as produções dos grandes centros de educação a distância já existentes, não importando o país ou região do planeta em que tenham sido produzidos. (GUTIERREZ; PRIETO, 1994, p.17).

A educação a distância apresenta várias vantagens. Muitas destas se resumem à própria concretização de seus objetivos e estão relacionadas à abertura, flexibilidade, eficácia, formação permanente e personalizada, e à economia de recursos financeiros. Citam-se, então, as várias vantagens desta modalidade de ensino:

- • Combinação entre estudo e trabalho;
- • Permanência do aluno em seu ambiente familiar;
- • Menor custo por estudante;
- • Diversificação da população escolar;
- • Pedagogia inovadora;
- • Autonomia do aluno;
- • Materiais didáticos já incluídos no preço;
- • Interatividade entre alunos, professores e técnicos de apoio;
- • Apoio com conteúdos digitais adicionais;
- • Conteúdos desenvolvidos com orientação de aplicabilidade.

Enfim, a EAD possibilita uma flexibilidade: Onde estudar? Quando estudar? Em que ritmo? Por isso, ao entendermos os níveis de ensino que se utilizam da Educação a Distância para o seu desenvolvimento, faz-se necessário reconhecer as várias vantagens desta modalidade. Neste último caso entra a questão da credibilidade da EAD. Por muito tempo, ela foi considerada como uma modalidade de educação de segunda categoria, destinada a ensinamentos profissionalizantes, para indivíduos que não tinham condições de pagar por um curso regular, ou haviam sido fracassados no sistema de educação regular. Sua credibilidade também foi muito questionada no que tangia às avaliações, uma vez que o aluno prestava seus exames em casa e depois os enviava pelo correio, fato que não impedia a fraude.

Nunca antes a sociedade humana havia presenciado tantas transformações no que diz respeito à informação e ao conhecimento. Esses fatos criam uma demanda por um constante aprendizado por parte de todo tipo de profissional, da mesma forma que determinam as ações das empresas em busca da oferta de conhecimento e treinamento a seus funcionários. E esse é o cenário em que a EAD ganha cada vez mais força.

Os cursos superiores a distância se multiplicam. Desde 2001, quando foram autorizados pelo governo, o número de alunos aumentou 700%. Com o auxílio da Internet, 382 faculdades oferecem disciplinas de graduação e pós-graduação no Brasil, tendo sido matriculados em 2001, 5.000 alunos e em 2004, 160.000 alunos, em 2009, estima-se que

estejamos perto da casa dos três milhões de estudantes, dados obtidos na Folha Dirigida Educação a Distancia.

Há ainda muito preconceito por parte não só da população, mas também do próprio governo com relação à EAD. Ainda há concursos públicos para professores que não aceitam a participação de candidatos que tenham se formado em tal modalidade. Enquanto houver atitudes como esta dentro do próprio sistema público, a EAD não será reconhecida como merece, apesar de ter sido comprovado no ENADE o excelente rendimento dos alunos dessa modalidade em detrimento dos da modalidade presencial. Na realidade não há impedimento nenhum para aquela pessoa formada em cursos pela modalidade EAD no mercado de trabalho, pois o que o mercado tem buscado, além de formação acadêmica, é a capacidade profissional de exercer a função a que se propõe.

Um bom curso é aquele que empolga, surpreende, faz pensar, envolve ativamente, traz contribuições significativas e põe o aluno em contato com pessoas, experiências e idéias interessantes. Depende de um conjunto de fatores previsíveis e de uma "química", uma forma de juntar os ingredientes que faz a diferença. Precisa, sobretudo, de educadores maduros intelectual e emocionalmente, pessoas curiosas, entusiasmadas, abertas, que saibam motivar e dialogar. Pessoas com as quais valha a pena entrar em contato, porque sempre se sai enriquecido.

O educador, seja de que modalidade for, atrai não só pelas ideias, mas pela qualidade de contato. Oferece sempre algo surpreendente no que diz, nas relações que estabelece, no seu olhar diferenciado, na forma de se comunicar e de agir. Um curso consistente depende de administradores, diretores e coordenadores abertos, que se envolvam no processo pedagógico, que apoiem os professores inovadores, que equilibrem o gerenciamento empresarial, tecnológico e humano, para que haja um ambiente de maior inovação, intercâmbio e comunicação.

Há também a necessidade de ambientes ricos de aprendizagem, boa infra-estrutura física: salas, tecnologias, bibliotecas. A aprendizagem não acontece só na sala de aula virtual, mas nos inúmeros espaços de encontro, de pesquisa e produção que as grandes instituições propiciam aos seus professores e alunos. Um bom curso é mais do que conteúdo, é pesquisa, troca, produção conjunta. Para suprir a menor disponibilidade ao vivo do professor, é importante ter materiais mais elaborados, mais autoexplicativos, com mais desdobramentos (*links*, textos de apoio, glossário, atividades...). Isso implica em montar uma equipe interdisciplinar, com pessoas da área técnica e pedagógica, que saibam trabalhar juntas, cumprir prazos, dar contribuições significativas. Depende muito da possibilidade de uma boa

interação entre os seus participantes, do estabelecimento de vínculos, de fomentar ações de intercâmbio. Quanto mais interação, mais horas de atendimento são necessárias. Uma interação efetiva precisa de ter monitores capacitados, com um número equilibrado de alunos. Em educação a distância não se pode só "passar" uma aula pela TV ou disponibilizá-la num *site* na Internet e dar alguns exercícios. Precisa ter um planejamento bem elaborado, mas sem rigidez excessiva. Deve evitar a execução totalmente hermética, sem possibilidade de mudanças, sem prever a interação dos alunos e equilibrar planejamento e flexibilidade (que está ligada ao conceito de liberdade, de criatividade). Nem planejamento fechado, nem criatividade desorganizada, que vira só improvisação. Adaptar os programas previstos às necessidades dos alunos, criando conexões com o cotidiano, com o inesperado, transformar o curso em uma comunidade viva de investigação, com atividades de pesquisa e de comunicação. Com a flexibilidade se adapta às diferenças individuais, respeitam-se os diversos ritmos de aprendizagem, integram-se as diferenças locais e os contextos culturais. Com a organização, busca-se gerenciar as divergências, os tempos, os conteúdos, os custos, estabelecem-se os parâmetros fundamentais. Um bom curso é aquele que termina academicamente, mas continua na lista de discussão, com trocas posteriores, os colegas se ajudam, enviam novos materiais, informações.

Perante os diversos desafios enfrentados pela sociedade, é cada vez mais necessária a construção de ideais de paz, de liberdade e de justiça social para um desenvolvimento humano harmônico e autêntico, pois a maturação e realização do ser humano estão na busca de seus ideais. É direito do homem, é dever do Estado uma Educação adequada que liberte, que promova, que provoque a melhoria contínua na vida de cada cidadão, na performance, na demanda de trabalho e no empreendimento pessoal, humano e profissional.

REFERÊNCIAS

AHLERT, A. **A Éticidade da educação: o discurso de uma práxis solidária/universal**. Ijuí (RS): Ed. UNIJUÍ, 1999.

_____. **Políticas públicas educação na construção de uma cidadania participativa no contexto do debate sobre a ciência e tecnologia**. Disponível em:

<<http://www.unicentro.br/editora/revistas/guairaca/20/47-70%20Pol%EDticas%20p%FAblica.pdf>>.

Acesso em: maio de 2010.

ALARCÃO, I.; TAVARES, J. **Supervisão da prática pedagógica**. 2. ed. Coimbra: Almadina, 2003. (Ciências da educação e pedagogia).

ALVES, J. R. M.. **Educação a distância e as novas tecnologias de informação e aprendizagem: educação a distância o estado da arte**. 1998. Disponível em:

< <http://www.engenheiro2001.org.br/programas/980201a1.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2006.

_____. **Educação a distância o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

ANDRAGOGIA. Disponível em:<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Andragogia>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

ANDREOLA, B. A. Ética e solidariedade planetária. **Estudos teológicos**, São Leopoldo, v. 41, n.2, p. 39-58, 2001.

ARANHA, M. L. A. **Historia da educação e da pedagogia**. 3. ed. São Paulo: Moderna 2006.

ARMENGOL, M. C. **Universidad sin classes: educación a distância en América Latina**. Caracas: OEA. UNA. Kepelusz., 1987.

AZEVEDO, W. Muito além do jardim de infância: o desafio do preparo de alunos e professores *online*. **Revista Brasileira de Educação a Distância**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 36, set.-out. 1999.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

_____. Educação a distância: perspectiva histórica. **Revista Estudos**, n. 26. Disponível em: <<http://www.abmes.org.br/Publicacoes/Estudos/26/lina.htm>>. Acesso em 12 mar. 2006.

BARRETO, R. G.; PRETTO, N. L. **Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Quarteto, 1996 .

BARRETO, R. G. Tecnologia e educação: trabalho e formação docente. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, set./dez. 2004. Dossiê “Globalização e Educação: precarização do trabalho docente - II” Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000400006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 10 fev.2008.

BARROS, N. M. **Aprendizagem a distância: do rádio ilustrado à realidade virtual aumentada**. 27. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2006.

BATISTA, W. B. **Educação a distancia e o refinamento da exclusão social**. Disponível em: http://www.revistaconecta.com/conectados/wagner_refinamento.htm Acesso em: 29 out. 2010.

BAUDRILLARD, J.. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Antropos, 1991.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BELLONI, M. L.. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia**. Brasília, DF: MEC, 1999.

_____. Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9610.htm>>. Acesso 23 abr. 2007.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 24 maio 2007.

_____. Lei n. 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1 e 2 graus, e da outras providencias. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em: 12 maio 2011. [REVOGADA PELO ART. 92 DA LEI 9394, DE 20/12/1996 D.O. 23/12/1996].

_____. Decreto n. 5.622 de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 25 maio 2007.

_____. Decreto-Lei 477 de 26 fev.1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, DF, 26 fev.1969. Disponível em: <http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_14.htm>. Acesso em: 12 maio 2011.

BRASIL. Decreto-Lei 236 de 28 de fevereiro de 1927. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. **Diário Oficial da União**, poder Executivo, DF, 28 fev.1967. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-236-28-fevereiro-1967-376046-norma-pe.html>>. Acesso em: 12 maio 2010.

_____. Decreto 2.494 de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n. 9.394/96). **Diário Oficial da União**, poder Executivo, DF, 11 fev. 1998. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/d2494_98.htm>. Acesso em: 25 fev. 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília, 1999.

CAMPION, M.; RENNER, W. The supposed demise of Fordism: implications for distance education and higher education. **Distance Education**, Toowoomba, v. 13, n. 1, p. 7-28, 1992 .

CARVALHO, A. B. G; SILVA, E. M; Políticas públicas em educação a distancia e a formação de professores no Estado da Paraíba. In: SEMINÁRIO REGIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO NORDESTE, 4., 2006 Natal. Disponível em: <http://anabeatrizgomes.pro.br/moodle/file.php/1/POLITICAS_PUBLICAS_EM_EDUCACAO_A_DISTANCIA_E_A_FORMACAO_DE_PROFESSORES_NO_ESTADO_DA_PARAIBA.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2011

CASTELLS, M. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO. **Missão e projeto educativo**. Batatais: CEUCLAR, 2005.

_____. **Projeto Educativo Claretiano**. CEUCLAR, 1990.

CHAVES, E. **Tecnologia na educação, ensino a distância e aprendizagem mediada pela tecnologia: conceituação básica**. Disponível em: <<http://www.chaves.com.br/TEXTSELF/EDTECH/EAD.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2007.

CIRIGLIANO, G. F. J. La educacion abierta. Buenos Aires: El Ateneo, 1983. In: NUNES, I. B. – História da EAD no mundo. In: LITTO, F. M; FORMIGA, M. (Orgs) **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education, 2009.

DANIEL, J. S. **Mega Universities and Knowledge Media: Technology Strategies for Higher Education** (London: Kogan Page) apud Potashnik, Michael et Capper, Joanne. Distance Education: Growth and Diversity. URL : Disponível em: <<http://www.worldbank.org/fandd/english/0398/articles/0110398.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2010.

DECLARAÇÃO Mundial Sobre Educação Para Todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/Declaracao_Jomtien.pdf>. Acesso em: 25 set.2010

DECLARAÇÃO de Jomtien. In: Dicionário interativo de educação brasileira. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=111>>. Acesso em: 12 maio 2010.

DELORS, J. (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF : MEC : UNESCO, 2006.

_____. **Educação: um tesouro a descobrir**. 5. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 2001.

_____. (Org.) **Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI**. São Paulo: Cortez, 1999.

DINIZ, T. M. R. G. O estudo de caso. In: MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1991.

DOHMEM, G. Definição de EAD. In: MINIWEB Cursos. **Conhecendo EAD: definições de EAD: módulo2**. Disponível em: <http://www.miniwebcursos.com.br/cursos_antigos/conhecendo_ead/botoes/modulos/modulo_2/artigos/definicoes_ead.html>. Acesso em: 12 maio 2011.

DUBET, F. **Sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994

EDUCAÇÃO a distância = educação presencial + distancia Disponível em: http://www.vazzi.com.br/arquivos_blog/ead_vantagens_desvantagens.pdf. Acesso em: 5 nov. 2010.

EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO. Disponível em: <<http://www.forumeja.org.br/meb>>. Acesso em: 30 out. 2010.

ESCOLA LUMIAR. Disponível em: <<http://www.lumiar.org.br>>. Acesso em: 14 nov, 2010.

FOLHA DIRIGIDA. EDUCAÇÃO A DISTANCIA. Brasil já soma cerca de 3 milhões de alunos a distância. Disponível em: <<http://ead.folhadirigida.com.br/?p=435>>. Acesso em: 20 mar 2011

FURTER, P. **Educação permanente e desenvolvimento cultural**. Petrópolis: VOZES, 1975.

GIDDENS, A. As conseqüências da modernidade. In: BELLONI, M. L.. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. Mundo em descontrol: o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2000. In: BELLONI, M. L. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados, 2006.

GHIRALDELLI, P. **Historia da educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GONZALEZ, M. **Fundamentos da tutoria em educação a distância**. São Paulo: Avercamp, 2005.

GUIMARÃES FILHO, A. S. A EaD e o ensino da rede pública estadual: básico e médio no Estado do Maranhão. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TUTORES DA EDUCAÇÃO A DISTANCIA. Disponível em: <<http://www.anated.org.br/index.php/multimedia/artigos/160-a-ead-e-o-ensino-da-rede-publica-estadual-basico-e-medio-no-estado-do-maranhao.html>>. Acesso em: 12 maio 2011.

GUTIERREZ, F.; PRIETO, D. **A mediação pedagógica: educação à distância alternativa**. Campinas: Papirus, 1994. (Educação Internacional do Instituto Paulo Freire).

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

HARVEY, P. L. Ciberespaço e comunáutica: apropriação redes grupos virtuais. Lisboa: Instituto Piaget. 1989. In: HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

HOMBERG, B. Definição de EAD. In: PINTO, R. **Reflexões: educação a distância - EaD, algumas definições**. Disponível em: <<http://ricardote.blogs.sapo.pt/648.html>>. Acesso em: 12 maio 2011.

KEEGAN, D. **Foundations of distance education**. 2.ed. Londres: Routledge, 1991.

LABORATÓRIO de Informática das Escolas Públicas. In: Disponível em: <http://www.anated.org.br/index.php/multimedia/artigos/160-a-ead-e-o-ensino-da-rede-publica-estadual-basico-e-medio-no-estado-do-maranhao.html>. Acesso em: 21 mar. 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 1986.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, R. L. **A tutoria: uma importante função na implementação de projetos de qualidade em EAD**. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2002/ead/eadt4b.htm>>. Acesso em: 22/02/05.

LIMA JUNIOR, A. S. **Tecnologias inteligentes e educação: currículo hipertextual**. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

LITTO, M. F.; FORMIGA, M. (Org). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

LITTO, F. M. In: **Falando sobre EAD**: informações sobre EAD no Brasil e no mundo. Disponível em: <<http://blog.aprendendoead.com.br/>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

LITWIN, E. (Org.). **Educação à distância**: temas para o debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre: Artmed, 2005.

_____. Das tradições à virtualidade. In: SENAC. **Curso de especialização a distância**. E-Book. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 2005. 1 CD-ROM.

McLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1969.

MAGALHÃES, M. A. B. Guias para o ensino a, distância: estrutura e estilo. **Revista de Tecnologia Educacional**, Rio de Janeiro, p. 7, maio/jun. 1988.

MARTINELLI, M. **Aulas de transformação**: o programa de educação em valores humanos. São Paulo: Peirópolis, 1996.

MARTINELLI, M. L. (Org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MASSONETO, L. F. **Secretaria da Educação a Distância**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=289&Itemid=356>. Acesso em: 23 maio 2007.

MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio de conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 6. ed. São Paulo: Hucitec; 1999.

MINIWEB CURSOS. **Conhecendo EAD**: definições de EAD - módulo 2. Disponível em: http://www.miniwebcursos.com.br/cursos_antigos/conhecendo_ead/botoes/modulos/modulo_2/artigos/definicoes_ead.html>. Acesso em: 12 maio 2011.

MOORE, M. Definição de EAD. In: MINIWEB CURSOS. **Conhecendo EAD**: definições de EAD - módulo 2. Disponível em: http://www.miniwebcursos.com.br/cursos_antigos/conhecendo_ead/botoes/modulos/modulo_2/artigos/definicoes_ead.html>. Acesso em: 12 maio 2011.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância**: uma visão integrada. São Paulo: Thomson Learning, 1973.

MORAN, J. M. Contribuições para uma pedagogia da educação *on-line*. In: SILVA, M. (Org.). **Educação online**: teorias, práticas, legislação, formação corporativa. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **O que é educação a distância**. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>>. Acesso em: 25 maio 2008.

MORAN, J. M. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

- NISKIER, A. **Tecnologia educacional: uma visão política**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- NUNES, I. B. História da EAD no mundo. In: LITTO, F. M; FORMIGA, M. (Org.) **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education, 2009.
- OLIVEIRA, D.A. Política Educacional nos anos 1990: educação básica e empregabilidade. In: DOURADO, L.F.; PARO, V. H. (Org.). **Políticas públicas e educação básica**, São Paulo: Xamã, 2001.
- PETERS, O. Definição de EAD. In: MINIWEB CURSOS. **Conhecendo EAD: definições de EAD - módulo 2**. Disponível em: <http://www.miniwebcursos.com.br/cursos_antigos/conhecendo_ead/botoes/modulos/modulo_2/artigos/definicoes_ead.html>. Acesso em: 12 maio 2011.
- PINTO, A. de C.. **A formação de professores para a modalidade de educação a distância: por uma criação e autoria coletivas**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004
- ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**. 30.ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- RUMBLE, G.; OLIVEIRA, J. **Vocational Education at a distance: international perspectives**. London: Kogan Page, 1992.
- SCHÖN, D. A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SENGE, P. M. **A Quinta disciplina: arte, teoria e prática da Organização de Aprendizagem**. 13. ed. São Paulo: Best Seller, 1990.
- SILVA, M. (Org.). **Educação online: teorias, práticas, legislação, formação corporativa**. São Paulo: Loyola, 2003.
- TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____.; LESSARD, C. **O Ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- TRINDADE, A. R. et al. A Universidade Aberta: um sistema de comunicação multi-mídia, In: BELLONI, M. L. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados, 2006.
- TRIVIÑOS, A. S. **Introdução à pesquisa em ciência sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- UNIREDE. Disponível em: <<http://www.unirede.br>>. Acesso em: 23 fev. 2010.
- UNIVERSIDADE virtual estréia em agosto. Folha de S. Paulo, São Paulo, 27 jun. 2000. Cotidiano, p. 5
- UNIVERSIA. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/>> Acesso em: 12 jun. 2010.

UNIVESP. Disponível em: < [http:// http://www.univesp.ensinosuperior.sp.gov.br](http://www.univesp.ensinosuperior.sp.gov.br)>. Acesso em: 11 maio 2011

APÊNDICES

Apêndice A

Identificação

Nome:

Profissão:

Idade:

Sexo: Masculino Feminino

Estado civil: Casado(a) Divorciado(a) Viúvo(a) Solteiro(a) Outros

Qual é sua formação? Graduação Especialização Mestrado Doutorado

Área de Formação:

Função atual: Professor

Linha de Pesquisa:

Cidade onde reside:

Horário de trabalho:

Tempo de trabalho no ensino Superior:

Tempo de trabalho na EAD Claretiano:

Área de atuação na EAD:

Apêndice B

QUESTIONÁRIO

1 - Como você avalia a educação a distância – EAD -, antes e depois das suas experiências com a modalidade?

2 – No seu ponto de vista, quais as limitações da educação a distância e quais as possibilidades que ela proporciona ao estudante adulto?

3 - Quantos modelos você conhece de EAD? Poderia caracterizá-los?

Conheço somente o modelo do Centro Universitário Claretiano.

4 – Quais aspectos você percebe que podem ser aprimorados na qualidade da educação a distância?

5 – Qual o perfil do aluno que você, com sua experiência na EAD, conseguiu definir?

6- Qual o papel social que o professor acredita desempenhar trabalhando com a EAD?

7 - Qual o impacto do uso da tecnologia no aprendizado do aluno nessa modalidade e quais as limitações desse uso?

8 - Como o modelo instrucional que você conhece funciona em termos pedagógicos e de eficiência de aprendizagem?

9 – Como você avalia a política pública que incentiva o fomento de cursos de formação de pessoas adultas nessa modalidade, em universidades tanto públicas, como privadas?

10 – Quais as possibilidades que se abrem no mercado de trabalho para uma pessoa formada em cursos pela modalidade EAD e quais os impedimentos?